



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - TRÁFICO DE ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1134/02	DATA: 20/12/02
INÍCIO: 10h37min	TÉRMINO: 16h57min	DURAÇÃO: 05h22min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 05h23min	PÁGINAS: 168	QUARTOS: 65
REVISÃO: Anna Augusta, Eliana, Gilberto, Lia, Maria Teresa, Marlúcia, Mesquita, Monica		
CONCATENAÇÃO: Yoko		

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO
ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Professor da UNIFESP ELIANA RODRIGUES – Pesquisadora da UNIFESP CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – Advogada da UNIFESP REGINALDO FRACASSO – Procurador-Chefe da UNIFESP LIANA JOHN – Jornalista PANTA ALVES DOS SANTOS – Motorista PEDRO ALEXANDRO YNTERIAN – Criador de animais

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES
Há orador não identificado. Há expressões ininteligíveis. Há expressões inaudíveis. Há apartes paralelos ininteligíveis. Grafia não confirmada: vran vran carracré(?)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 19ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico ilegal de animais e de plantas da fauna e da flora silvestres. Esta reunião foi convocada para realização de audiência pública para tomar depoimento de vários convidados. Solicito a vinda à mesa imediatamente do Prof. Elisaldo Luiz de A. Carlini, da UNIFESP; da Dra. Eliana Rodrigues, pesquisadora da UNIFESP, e de Reginaldo Fracasso, Procurador-Chefe da UNIFESP. Esclareço que iniciaremos com um período de vinte minutos, em que cada um dos convidados poderá explanar sobre o tópico que consta do requerimento; depois, iniciaremos o período de perguntas. O objetivo desta Comissão, como sempre dizemos no início de nossas reuniões, diferentemente de outras CPIs, que buscam punição, prisões, e fundamentados pelo tema, que é extremamente amplo, tráfico de animais e plantas silvestres, como no Brasil as informações sobre a questão genética, da biopirataria especificamente, envolvendo conhecimentos tradicionais indígenas, muito pouco explorada e muito pouco explicada, e também para orientação porque, como falei, a CPI quer fazer um trabalho propositivo. O que constar do relatório da CPI terá caráter não determinativo, mas primeiro informativo e depois indicativo, para que, na próxima Legislatura, tudo aquilo que nós indicarmos, todas as informações a que a CPI tiver acesso possam gerar legislação e praticidade no trato desses tópicos tão difíceis. Parecia muito fácil, no início dos trabalhos, a questão do tráfico de animais e plantas, mas nos deparamos com uma realidade absolutamente complexa. Hoje em dia há quadrilhas que se dedicam ao tráfico de animais, e a mesma quadrilha que trafica animais perdeu sua especificidade. Ela pode fazer, ela vai traficar o que der dinheiro no momento: pode ser arma, pode ser droga, podem ser animais também. Na questão de plantas, temos a realidade da madeira, que salta aos olhos. Eu tive muito cuidado inclusive de não descambar, não deixar que a CPI se prendesse, especificamente, à questão da madeira, mas, de uma forma mais ampla, buscar a experiência de muitas pessoas que estão, por este País, estudando e pesquisando no Brasil — que parece que são poucas mas são muitas; dar voz para que essas pessoas possam colocar sua experiência, sua motivação e os resultados dos seus estudos. Se nós conseguirmos... Pretensão e água benta nunca faz mal a ninguém,



como se fala, mas se conseguirmos pelo menos esclarecer que o Brasil perde milhões e milhões de reais — não sei se bilhões, mas milhões e milhões de reais todo ano, a todo momento — tanto com o tráfico de animais como da flora brasileira, da fauna e da flora, se nós conseguirmos pelo menos isso, se conseguirmos mostrar que há outros caminhos possíveis para que os governos possam ter condições de ofertar serviços melhores, o que nós já sabemos, não precisamos ficar aqui discutindo. Daí a convocação, o convite a todos os senhores e às senhoras. Eu tenho certeza absoluta de que aproveitaremos e muito. Os senhores terão ouvidos atentos para tentar, talvez, não entender por que, mas pelo menos mostrar para o Brasil. Vocês podem estar certos de que o que estamos falando aqui, como está sendo gravado, será ouvido, primeiro, pelos Deputados da CPI e depois pela Câmara dos Deputados, e haverá a reverberação das nossas conclusões e do nosso entendimento. Espero que nos perdoem a falta de conhecimento específico. Faremos perguntas que... Pelo menos a Deputada Vanessa não, que já tem, assim, uma... Mas eu tenho certeza de que farei algumas perguntas que poderão ter, assim, um conteúdo irritante, mas, na realidade, é porque nós pouco sabemos do tema e não temos essa pretensão. O que nós queremos mesmo é buscar pelo menos essa resposta, mostrar que podemos fazer alguma coisa. Eu acho que os senhores e as senhoras podem ajudar a todos nós. Então, com a palavra, primeiro, até por uma questão de antigüidade, porque antigüidade é posto — não de velhice, não é, mas de antigüidade pelo tempo — o Prof. Elisaldo Luiz Carlini, da UNIFESP. Eu vou até pedir desculpas aos senhores mas, como tem o *datashow*, vou descer também para poder aproveitar mais um pouco. O senhor pode... Sempre quando for falar, diga seu nome e o cargo que ocupa, por favor.

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Meu nome é Elisaldo Carlini e sou professor da Escola Paulista de Medicina, que é um dos órgãos da Universidade Federal de São Paulo. Eu queria, inicialmente, agradecer muito o convite para vir aqui falar porque, realmente, é uma coisa que está nos afligindo muito, e eu acho que a gente pode contribuir de alguma maneira e ouvir críticas também do que nós temos feito. Eu queria dizer, Sr. Deputado, que, na realidade, quando eu cheguei aos setenta anos, eu "resetei" e estou começando tudo de novo; me considero muito jovem depois dos setenta. Eu tenho uma trajetória no desenvolvimento de pesquisa



de plantas medicinais. (*Segue-se exibição de imagens.*) A primeira planta que eu investiguei, está ali mostrado, foi em 1966, mas não foi o primeiro produto, o primeiro objeto natural, porque eu trabalhei antes, sob a orientação do meu professor quando estudante de Medicina, com animais. Por exemplo, nós trabalhamos com o veneno das lagartas urticantes, porque achávamos que desses venenos tão potentes, dessas lagartas de fogo, poderiam surgir medicamentos. Então, eu tenho uma trajetória nesse sentido. Eu fiz um levantamento das plantas que nós pesquisamos até hoje. No grupo que eu dirijo, nós pesquisamos 89 plantas. Dessas 89, duas plantas nós conseguimos demonstrar muito bem o efeito que a medicina folclórica dizia ter e nós obtivemos patentes. Quando digo nós é a Universidade Federal de São Paulo junto com uma indústria farmacêutica genuinamente brasileira. Uma das patentes, uma das plantas é a patente da espinheira santa, que vai ser agora o primeiro medicamento oficial. Mas eu quero dizer que, embora seja uma planta brasileira, tenha sido essa planta pesquisada aqui no Brasil, por pesquisadores brasileiros, a primeira patente dela — está aí, no próximo — é uma patente japonesa, por um laboratório japonês, onde, no pedido de patente, na segunda linha, está escrito aqui: uma celastrácea da medicina folclórica brasileira. Então, vejam, veio o próprio pedido japonês, eles têm essa patente dessa planta brasileira, está dito lá que é uma planta brasileira do nosso folclore. Nós conseguimos uma patente aqui no Brasil depois dessa, porque nós modificamos rapidamente a forma do extrato, está patenteado pela UNIFESP e por esse laboratório nacional uma nova patente dessa planta. Por outro lado... Nós vamos começar a falar sobre o projeto kraho, dos índios krahos, que vivem no Estado do Tocantins, porque esse é um problema que nós enfrentamos. Esse levantamento foi parte de uma tese de doutoramento da Dra. Eliana Rodrigues, que está aqui na Mesa, que tem uma vasta experiência em fazer levantamentos etnobotânicos e etnofarmacológicos. Ela pode comentar isso depois, no depoimento dela, como é que se procede e como se faz para proteger a propriedade intelectual das pessoas que deram as informações. Eu queria dizer que aqui, na penúltima linha, índios krahos, 99 e 91, está preservada totalmente a identidade dessas plantas. E, na realidade, a nossa grande briga nesses dois anos é como os índios podem assinar, junto conosco, o direito de patente. Essa é a grande dificuldade que nós temos, que



eu vou explicar mais ou menos em seguida. Como foi desenvolvido esse projeto também eu acho que é interessante, não por causa do projeto, mas para dar aos Srs. Deputados uma idéia de como no Brasil está sendo tocada a pesquisa científica. Nós temos, em primeiro lugar, que arrumar uma entidade que financie a pesquisa, que visa uma tese de doutorado. No caso foi a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, que examinou o projeto em 98 e o aprovou em 99. Diante dessa aprovação, três anos é o tempo dado pela FAPESP para a gente executar a proposta presente. Nessa proposta constava que nós iríamos procurar qual seria, talvez já tivesse (*ininteligível*) qual seria o local que nós iríamos observar e (*ininteligível*). Não queríamos a Amazônia, não queríamos a Mata Atlântica, porque já tem muita gente interessado nisso. Então, nós pensamos ou no Pantanal, ou no Cerrado. Escolhemos duas possíveis nações indígenas, os bacairis — acho que é bacairis — e os krahos, ou o Pantanal. Na realidade, o projeto, depois dos estudos, de conversar com muita gente da universidade, o projeto se concentrou junto aos índios krahos. Foram feitos contatos em 99 e 2000, como está ali assinalado, para explicar aos índios se eles queriam que a gente fosse lá, se nos aceitavam dentro de determinadas condições. Já adianto desde agora qual é a condição, ou as condições, que a Universidade Federal de São Paulo queria implantar nesse projeto. Primeiro: levantamento etnobotânico, para saber as plantas e obter os dados, que seria a contribuição científica dos índios, propriedade intelectual deles, e que iria se associar a essa contribuição as pesquisas feitas numa universidade e apoiada por um laboratório que iria ser escolhido. E foi dito aos índios, e é mantida a palavra até agora, três pontos fundamentais: não sairia pesquisa nem patentes se os índios não pudessem assinar como co-proprietários da patente; segundo, no caso de uma planta desenvolver-se até o medicamento fitoterápico, a plantação, o cultivo da planta deveria ser feito na terra dos índios, pelos próprios índios, que seriam treinados agora para uma agricultura, através de um agrônomo — eu nunca consigo lembrar desse nome — que iria treinar os índios lá. Então, na realidade, nós estaríamos, além da patente, estaríamos dando também uma possibilidade de ter uma atividade sustentada, contínua, dos próprios índios. A seguinte mostra quais foram os pedidos de autorização de pesquisas, para pesquisa. São muitos, nós podemos ver. Começa pela Universidade Federal de São Paulo, que aprova no



mesmo, o mesmo pedido; depois pedimos à FAPESP, como segundo passo — em novembro de 99 foi feito o pedido, a aprovação foi em janeiro de 99; aí o Comitê de Ética em Pesquisa da nossa Universidade tem que aprovar, e ele aprovou. Então, janeiro, aprovou em novembro de 2000. E à FUNAI foi feito logo depois de o projeto ter sido aprovado pela FAPESP. Nós tínhamos a garantia de poder executar, mas demorou um ano e meio para a FUNAI aprovar. Nesse meio tempo, a própria FUNAI nos solicitou, através dos muitos contatos que fazíamos: primeiro obtenham a aprovação do comitê do CNPq, o que é ético e está correto, então, foi obtido nessa data; obtenham do Ministério da Saúde, a chamada Comissão Nacional de Ética em Pesquisa; nós obtivemos. E nós submetemos, logo em seguida, quando obtivemos (*ininteligível*) a estruturação da CGEN, o projeto enviado. Então, esse projeto foi absolutamente colocado publicamente a todas as instituições, e nós obtivemos todas as aprovações para a execução do projeto. O projeto é feito com esta finalidade, pesquisa propriamente dita, para dar ao País plantas que poderiam ser trabalhadas. Uma outra coisa que era a nossa finalidade: nós sabemos, porque eu trabalho há quase quarenta anos, para ser preciso, há mais de quarenta anos nessa área, que não há controle nenhum sobre plantas aqui neste País. Faz-se o que bem entende, e geralmente quem quer fazer e faz é gente que vem de fora, porque nós somos muito atrasados ainda em entender essa importância que nós temos de fazer a pesquisa. Então, nós queríamos que esse projeto fosse uma espécie de exemplo de como fazer as coisas. Não se faz antes de ter a aprovação de todos os órgãos. Segundo, não se faz antes de garantir aos índios o direito de propriedade daquela descoberta, e até participar, inclusive, dessa parte. A nossa grande surpresa foi, logo após isso... A *Folha de S.Paulo*, por exemplo, publicou logo em seguida um artigo, não sei está...

A SRA. ELIANA RODRIGUES – O primeiro foi esse que o senhor deu da vacina antipirataria. Na seqüência, vem esse da vacina antipirataria.

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Pois é, é isso que estou falando. A *Folha de S.Paulo* publica uma notícia...

SRA. ELIANA RODRIGUES – É o primeiro. O senhor quer que coloque ali?

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – É, só para mostrar. Ela publica uma notícia, é um editorial, comentando sobre... A *Folha* entrou em contato com a



FAPESP sobre a importância de se criar um modo, um modelo, uma maneira de chegar até conceder, realmente, o direito para os índios. Está nesse artigo aí. O que acabou acontecendo? Foi feita a defesa de tese, pública, aprovada. A FAPESP publica na sua revista, a *Pesquisa FAPESP*, um artigo comentando sobre essa tese. Aí surge uma coisa que nós começamos a ficar atrapalhados, porque nós não conseguimos encontrar quem poderia assinar o direito de patente pelos índios, porque os índios não têm direito de assinar. Nós entramos em contato com três — e aí nós começamos a descobrir uma coisa, que para nós foi um pouco surpreendente —, três associações ou ONGs entre os índios krahos, essas três que estão nomeadas aí. Nós entramos em contato e foi feito um acordo. Os índios concordaram sempre, desde o início, estavam entusiasmados. Nós trouxemos os índios para São Paulo, para cumprir um item da carta dos povos da floresta, que diz que quando um determinado segmento social concede um conhecimento, a outra parte, a que recebe, deve retribuir o conhecimento. Então, a Universidade Federal de São Paulo trouxe três índios para cá, para São Paulo. Eles ficaram uma semana conosco vendo como é feito tudo. Eles aceitaram muito bem essa parte toda. Entenderam, inclusive ficaram uma semana vendo como os animais funcionam, como que eles recebem uma planta, como é que se produz o medicamento. Estava tudo bem. Aí foi feito um acordo. A Universidade Federal de São Paulo consultou Brasília, uma associação, para ver como é que ela poderia fazer um acordo provisório, desde que nós não tínhamos ainda, que os índios não poderiam assinar algo legal, mas um acordo ético. Nós consultamos associações, e foi feito um acordo provisório, ético, da nossa instituição, para garantir, enquanto não se resolvesse o problema de como os índios poderiam assinar, garantir os direitos deles. Foi feito. E esse foi o grande problema, porque nós não sabíamos da existência de todas as organizações dos índios. Parte dos índios assinaram e a outra parte estava de acordo, mas não entrou, e o nosso entender era de que a nação kraho estava participando. Foram feitas assembleias entre os índios, comparecem a Dra. Eliana e outros membros de nossa equipe lá, discutem tudo. E aí ocorre uma situação estranha: um outro grupo de índios se diz marginalizado nessa parte de patente. Nós dissemos: não — e conversamos inclusive com um indigenista da FUNAI — ou é para todo mundo ou não é para ninguém. Não tem sentido partir uma nação



homogênea, como parecia ser, e um grupo vai ser privilegiado e o outro não. Foi feita uma reunião em 25 de maio de 2002, na qual nós não comparecemos. Nós não comparecemos porque recebemos um aviso por liderança dos índios, dizendo: olha, nós queremos uma reunião só entre índios; não queremos branco para resolver alguma pendência que exista. Além do mais, recebemos um telefonema que era uma verdadeira ameaça, dizendo que, se nós não comparecêssemos, seríamos, aguardaríamos inclusive processo. O reitor da Universidade (*ininteligível.*) processo a Universidade Federal de São Paulo não comparece e nós não comparecemos. A partir daí, logo em seguida, surgem notícias nos jornais que nos deixam completamente atarantados. Mais tarde, os índios fazem reuniões, acho que está mais ou menos resolvido, mas acho que isso deve servir como exemplo, não é? Então, o jornal *O Globo*, por exemplo, para a nossa tremenda surpresa, *O Globo* publica uma manchete — para mim é inesquecível a data — em 9 de junho de 2002: suspeita de biopirataria, e acusa a Universidade Federal de São Paulo de ser biopirata. Foi uma surpresa enorme para nós, porque nós tínhamos insistido junto à FUNAI, inúmeros telefonemas, quem é que pode assinar pelos índios, e não havia decisão nenhuma. Entramos com um projeto da CGEN também e nada acontece. E a *Folha de S.Paulo* também publica logo em seguida: tribo quer 25 milhões por ervas medicinais, dizendo que iam processar a Universidade Federal de São Paulo. Eu quero dizer que isso tudo está resolvido depois de um ano e meio, numa reunião que houve no dia 10 de dezembro agora, lá em Araguari, Estado do Tocantins, onde está a nação kraho, com a presença do Presidente da FUNAI, de todo o mundo. Mas quero dizer também que causou um desgaste enorme, de mais de ano; um prejuízo imenso à pesquisa neste País e, mais do que isso ainda, um exemplo talvez do que não deve ser feito. Porque quando uma instituição com setenta anos de existência, como a Universidade Federal de São Paulo, e um pesquisador chefe do grupo, no dia em que ele completa 72 anos — por isso a data inesquecível —, recebe uma acusação desta ordem por um jornal de altíssima divulgação no Brasil todo, e ainda diz: não sei se é ingenuidade ou má-fé, depois na *Folha* se diz que só pode ser má-fé; e com a Procuradoria colocada aqui, a Procuradoria da República em São Paulo, dizendo que eles não iniciaram processo nenhum. Bom, enquanto isso, essa é a minha parte final, quanto à esta luta, quer dizer, uma universidade



pública está tentando fazer uma pesquisa dessa ordem, o que aconteceu exatamente nesse período? Acho que é interessante fazer o cotejo. O próximo *slide* deve mostrar, por exemplo, que a revista *ISTOÉ* publica um imenso artigo sobre uma universidade de São Paulo, que não é pública, é privada, que fez um convênio com um instituto americano e que já tinham 1.300 extratos de plantas brasileiras feitos, e que, evidentemente, estavam sendo feitos e mandados para fora. Tudo na maior tranqüilidade, com licença de um órgão do Governo, que não sei qual é. Isto está à disposição dos senhores. Também surge...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Quem assinou o convênio?

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Eu não sei quem assinou o convênio. Está dito aqui a instituição?

(Não identificado) – É a UNIP.

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – É a UNIP, Universidade Paulista. Bom, e depois aparece também, num jornal da SBPC, nessa mesma época, uma outra notícia, dizendo que uma empresa brasileira privada tinha acabado de assinar o laboratório Glaxo Smith Kline também um acordo...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Com a Extracta.

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – É, Extracta a firma, também um acordo de transferir... Está aqui escrito o subtítulo, se eu conseguir ler: multinacional receberá licença de comercialização. Isso na época em que eles estavam acusando a Universidade Federal de São Paulo, que inclusive, Sras. e Srs. Deputados, mantém, há mais de quarenta anos, um posto indígena no Xingu. A Universidade Federal de São Paulo tem um interesse enorme em fazer isso, e é acusada publicamente. E também, para terminar, não sei se tem a *ISTOÉ* da pirataria...

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Não, agora é do Acre.

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Não, a do Acre, exatamente.

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Não, não tem aqui, professor.

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Aquela das duas patentes...

A SRA. ELIANA RODRIGUES – É a última.

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Então, o que eu vou ler, porque não está aqui, também é publicada uma pequena e curta na revista *ISTOÉ* de maio de 2002: índios vão à luta contra laboratório. Eu só coloco a frase final. O repórter



pergunta a um índio: o que os senhores farão? O índio responde: vamos conscientizar as tribos. Estrangeiros estão adquirindo conhecimento com os pajés da Amazônia e os patenteando como se fossem descobertas deles. Aí a revista *ISTOÉ* pergunta: dê exemplos. A resposta: um pesquisador inglês aprendeu com o povo wapixana, do Acre, a usar a erva kunani como anticoncepcional e o biribiri como anestésico. Patenteou os princípios ativos fora do Brasil. Isso acontecendo enquanto a universidade pública está tentando evitar que isso ocorra. Para terminar — eu deixo isso com os senhores — se for seguir o que está ocorrendo agora, por exemplo, esse congresso aqui, esse simpósio aqui, o XVII Simpósio de Plantas Medicinais, que ocorreu no mês passado em Cuiabá, não poderia ser feito, porque tem centenas e centenas de trabalhos feitos com plantas brasileiras e eu duvido que qualquer deles tenha conseguido a licença apropriada, porque nós não conseguimos em dois anos. Então, aqui eu deixo com os senhores e poderia mandar os outros documentos também. Era o que tinha a dizer. Peço perdão por ser muito enfático. É que, realmente, isso nos deixa muito preocupados. Francamente, achamos até que isso não deveria ter acontecido, não só com uma universidade federal, como também pelos próprios índios, quer dizer, ficarmos numa situação desta ordem. Eu agradeço muito a atenção dos que me ouviram e estou às ordens para responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Agradecemos ao Prof. Elisaldo Luiz de A. Carlini. A segunda expositora será a Dra. Eliana Rodrigues, pesquisadora da UNIFESP. Eliana, você dispõe de vinte minutos mas não precisa ficar como o Dr. Carlini, olhando para o relógio, não. Pode ficar tranqüila. Ficou vinte minutos em ponto. Aliás, 19 minutos e 55 segundos. Não há essa necessidade. Nós temos tempo. Inclusive, estamos aguardando, está vindo do Ceará um austríaco que já foi preso no Brasil umas cinco vezes e é o famoso chocadeira de cueca. Não sei se a senhora escutou, mas ele levava os ovos, pegava os ovos no Brasil inteiro e levava os ovos na cueca para poder ficar na temperatura ambiente até a Áustria, onde tem... Vai ser um depoimento muito interessante, porque ele vai dizer como é que funciona na INFRAERO, como é que funciona na Polícia essa coisa, como é que se consegue sair com quarenta ovos, por exemplo, amarrados no corpo. Então, só estará aqui às 17h. Então, temos bastante tempo, tranqüilidade. Não tem problema, tá? Não precisa olhar para o relógio.



A SRA. ELIANA RODRIGUES – Bom, então, o meu nome é Eliana Rodrigues. Sou pesquisadora do Departamento de Psicobiologia. Eu não vou usar esse tempo para falar. Eu vou usar esse tempo para, na verdade, responder às questões que vocês têm para fazer, porque acho que grande parte do que deveria ser dito sobre o projeto o professor já falou. Então, vou me abster. A única coisa que eu gostaria de dizer, o que me afligiu mais em tudo isso, é que a gente sabia das dificuldades, porque a gente estava trabalhando com propriedade intelectual. Como o professor já falou, já foram realizados cinco levantamentos etnofarmacológicos anteriores a esse, e em nenhum momento ninguém nunca ouviu falar no meu nome, porque simplesmente eu nunca publiquei nada. Isso tudo está armazenado dentro de computadores, parado, porque até hoje a gente não tem instrumento legal para fazer com que esses povos, com quem eu tive contato, tivessem direito a alguma coisa se um dia algum dos conhecimentos deles se tornassem medicamentos patenteados etc. Por entender essa dificuldade, e por ser a primeira vez que a gente estava, então, se lançando na continuidade de um levantamento, pura e simplesmente, de trabalho de campo, a gente procurou ajuda, então, de advogados, da FUNAI, do Ministério Público, e a gente não teve essa ajuda. Então, o que mais me afligiu em todo o processo é isso. No momento em que a gente precisou... O professor não falou, mas a gente tentou fazer duas reuniões, uma em novembro de 2001, com a presença, quando a gente trouxe os índios para São Paulo; e outra em fevereiro de 2002, quando nós chamamos o Ministério Público para estar presente, a FUNAI, e infelizmente essas pessoas não estavam presentes. Então, no momento em que a gente chamou para discutir, para ajudar a gente, não tivemos orientação. É uma coisa que a gente tem falado muito: o pesquisador faz pesquisa, ele não faz lei. Seria demais ele querer fazer tudo também, não é? Então, a gente buscou ajuda de quem poderia ajudar, mas, infelizmente, como sabemos que é um caso polêmico, não tivemos. Então, é só isso que eu queria dizer, que acho que não é justo agora que a gente pague por um preço por, sei lá, uma ausência de legislação, enfim. Outra coisa que queria falar antes de abrir para as perguntas é que estou sentindo falta de representatividade indígena nessa reunião aqui hoje, porque poderia ser muito esclarecedora a visão deles de tudo isso. Era só isso. Acho que poderíamos



reservar o tempo agora para responder mais, porque as pessoas querem saber mais do que ouvir apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O.k., Dra. Eliana. Tem uma explicação depois por que esse representante não veio. Mas vamos ao Dr. Reginaldo Fracasso. Dr. Reginaldo, temos vinte minutos para a sua exposição inicial. Deputado Luisinho, que veio do Rio de Janeiro, também participando da CPI, seja bem-vindo. A viagem foi boa, com certeza.

O SR. REGINALDO FRACASSO – Reginaldo Fracasso, Procurador-Geral junto à UNIFESP. Bom, o que posso acrescentar à exposição do Prof. Carlini é que, primeiro, o Prof. Carlini e a Prof. Eliana não procuraram assessoria técnica quando surgiram problemas. Eles, desde o início, efetivamente, procuraram o Núcleo de Propriedade Intelectual da UNIFESP para que isso se desenvolvesse na forma devida, na forma prevista em lei, só que essa forma prevista em lei é uma dúvida para todas as instâncias possíveis: é dúvida para a FUNAI, é dúvida para o Ministério Público Federal, e, por óbvio também, a UNIFESP está encaminhando e disciplinando isso em seu âmbito interno. Bom, depois de diversas... Um dos problemas iniciais, como foi ressaltado, consiste na questão de saber se os índios, se o povo kraho poderia firmar um contrato de patentes e como se daria isso. Concluiu-se, depois de longas discussões, inclusive pelo Ministério Público Federal, que, com a assistência deste órgão, haveria essa possibilidade. Diante disso, superou-se uma etapa que parecia intransponível. Na seqüência, superada essa etapa, só não se formalizou todos os documentos necessários para que se preservasse os interesses de todas as partes envolvidas, principalmente da comunidade indígena, e surgiram divergências entre as organizações representativas dessa comunidade. Parece que isso já foi superado, mas até agora estava inviabilizando a sua finalização. Quanto ao fato de ter sido noticiado que se proporiam ações contra a instituição, não há ações propostas nesse sentido. Isso significa hoje que a situação está se caminhando para um deslinde que preservará o interesse de todas as partes. Sugeriria até, se fosse o caso, à Dra. Cristina, que é a advogada que assessora o Núcleo de Propriedade Intelectual da UNIFESP, que acompanhou muito de perto todo esse desenvolvimento, que poderia acrescentar, acho que à Mesa, principalmente as dificuldades na legislação com as quais ela se



tem deparado para poder dar continuidade a esse projeto, poder assessorar na continuidade desse projeto. Também estou à disposição para maiores esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Muito obrigado, Dr. Reginaldo. Não sei se a doutora pode... De repente, se houver alguma pergunta específica da sua área, sem problema, a senhora pode intervir. Na realidade, trata-se de um caso, e até estou procurando saber, a nossa assessoria está vendo, o porquê o nosso índio não apareceu. Mas foi feito o convite, eu acho, um requerimento, e não sei por que ele não apareceu.

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Eu posso interromper?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Só que existem algumas dúvidas que foram elencadas, esquecendo a questão jornais, esquecendo a questão de notícias, processos. O assunto passou a ser de interesse da CPI na medida em que foi exatamente o que foi apresentado pelo Dr. Carlini. Exemplo. Porque tivemos ontem, por exemplo, a exposição do Dr. Roosmalen. Não sei se os senhores já escutaram falar, o Dr. Roosmalen é um pesquisador que é bancado por ONGs e trabalha no INPA. Ele é bancado por ONGs internacionais, recebe dinheiro, e também é funcionário de um órgão federal de pesquisas específicas. Ele foi contratado para ser botânico e trabalha para as ONGs internacionais para fazer trabalhos com primatas. Oferece nomes de macacos que ele descobre a 1 milhão de dólares, por exemplo. No caso do Príncipe da Holanda, como era compatriota dele, ficou por 200 mil dólares só. Então, exatamente ao contrário. Quer dizer, é um outro exemplo de como estamos desprotegidos. Às vezes, burocratizamos tanto e, às vezes, facilitamos demais. E os contratos firmados entre ele, o Roosmalen, que é um pesquisador importante a nível de mundo. Tem trabalhos e prêmios mundiais. Só que ele não foi contratado para isso. Ele foi contratado para ser pesquisador de Botânica no INPA. Mas, pela facilidade de trabalhar com ONGs, que é uma coisa boa, que desburocratiza, mas ele consegue fazer e assinar contratos com essas mesmas ONGs, contratos com cláusulas draconianas, que só passam a ter o conhecimento do que foi pesquisado ele, o pesquisador, e a ONG que pagou, e não o órgão para quem ele trabalha. Quer dizer, é o outro lado da mesma questão, de como nós somos desprotegidos. Mas existe uma dúvida. Dr. Carlini, se o senhor



quiser se retirar, tudo bem, mas nós vamos fazer algumas perguntas bastante específicas. Carlini, não é?

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI - É isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Temos algumas dúvidas e vai funcionar realmente como exemplo. Li a reportagem do *O Globo* na época. Se não me engano, o *Jornal do Brasil* também falou alguma coisa, mas em notas, não teve o destaque que *O Globo* deu. Na realidade, é uma coisa desagradável, uma universidade ser tachada de biopirata. Extremamente desagradável. Durante as perguntas, os senhores e as senhoras aqui da UNIFESP vão ver que, na realidade, existem algumas dúvidas que precisam ser esclarecidas, até para que esse exemplo, como foi falado pelo Dr. Carlini, esse exemplo seja aproveitado ao máximo, tudo o que vocês fizeram de errado, do que a universidade fez de errado ou fez de certo, até para se propor um caminho definido de como tem que ser feito, como não tem. Nós temos dúvidas que foram iniciadas pela reportagem e depois, com os contatos que fizemos prévios à esta reunião... Nós vamos nomear, por livre e espontânea pressão, a Deputada Vanessa Grazziotin como Relatora substituta, já que o nosso Relator não pôde vir. O Relator manda mais do que o Presidente. Manda muito! Então, nomeamos. Ela é a primeira a fazer perguntas, pode interromper a toda a hora, essa coisa toda. Então, com essa nomeação, por livre e espontânea pressão, para iniciar as perguntas, concedo a palavra à Deputada Vanessa Grazziotin.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O Sr. Presidente deu a informação incompleta, porque eu serei a Relatora substituta nesta fase. Na próxima, será o Deputado Luisinho, que aqui está, e assim faremos um revezamento. Se o Presidente quiser, eu posso coordenar o trabalho para que, na outra audiência, seja ele o Relator substituto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Idéia fantástica. Gostei. É muito melhor sentar aí.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Primeiro, quero cumprimentar o Dr. Carlini e toda a sua equipe, os pesquisadores e servidores da Universidade Federal. Quero dizer a vocês que, primeiro, esse é um problema da biopirataria, do uso da patente. Nós vimos o exemplo do Japão, um outro país,



patenteando um medicamento oriundo de uma planta brasileira, que não é o único. Há vários outros exemplos: anestésicos poderosos e outros medicamentos usados que hoje nem mais patente sobre eles há, cujas pesquisas foram iniciadas no Brasil e patenteadas no exterior. Essa é uma preocupação antiga. Mas percebo que o Governo brasileiro começa a trabalhar esse aspecto há muito pouco tempo. Conversávamos ainda há pouco, Sr. Presidente, a respeito da medida provisória que regulamenta o acesso ao patrimônio genético, sobre algumas dificuldades da medida provisória. Eu mesma sou uma crítica não só de alguns aspectos de seu conteúdo, mas da forma como ela passou a vigorar como lei, uma forma centralizada. E o momento inclusive, um momento em que estávamos no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, em fase final de apreciação do projeto de acesso substitutivo, do Senador Osmar Dias. Há um projeto original de há mais de seis anos atrás da Senadora e futura Ministra do Meio Ambiente Marina Silva, parece, o Governo brasileiro editando essa medida provisória. Entretanto eu penso que a avaliação que devemos fazer mais genérica é que melhor com ela do que sem ela, porque não havia qualquer forma de regulamentação ao patrimônio genético. E como toda novidade traz problemas, obviamente que estamos, desde o início da CPI até agora, ouvindo críticas à medida provisória, sobre a dificuldade que ela tem causado a uma série de pesquisadores. Por outro lado, entendemos que as coisas não podem mais continuar, não podiam mais continuar da forma livre como vinham acontecendo no País. Não pela ação de universidades públicas, de pesquisadores que só atuam em instituições públicas, mas pela ação descontrolada de uma série de pesquisadores que vêm de todos os cantos do mundo pesquisar a nossa região, pesquisar a nossa biodiversidade, principalmente na Amazônia. Como os senhores colocaram basicamente o problema vivido pela UNIFESP, principalmente no Projeto Kraho que os senhores desenvolvem, eu vou me ater a alguns aspectos relativos a isso. Mas, primeiro, eu gostaria de fazer uma pergunta mais geral. Temos aí a medida provisória que regulamenta o acesso ao patrimônio genético. Por outro lado, há uma PEC tramitando no Congresso Nacional. Não sei se o Dr. Carlini foi depor, foi falar ou foi ouvido pela Comissão Especial que analisa o projeto de emenda constitucional, que considera patrimônio genético como patrimônio da União. Eu gostaria de ouvir a opinião dos senhores. O que os senhores acham dessa proposta,



porque o patrimônio mineral é da União, ou seja, toda a riqueza que está no subsolo é patrimônio da União. Tenho uma opinião sobre isso. Gostaria de ouvir a opinião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Para sua resposta, melhor o ping-pong, não é, Dr. Carlini.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ping-pong?

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Bem, não estou a par desse projeto. Eu acho que quem poderia opinar melhor do que eu seria a Cristina, que está exatamente trabalhando nessa área na Universidade Federal de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas a tendência é de o patrimônio genético ser da União. Primeiro, qualificar como patrimônio e depois da União.

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – Bom dia, meu nome é Cristina Assimakopoulos, sou advogada do Núcleo da Propriedade Intelectual da UNIFESP.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Só oriento a Secretaria para que faça o termo depois da doutora. Pois não, doutora.

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – Bom, não tenho conhecimento também dessa norma mencionada pela Deputada Vanessa, mas eu entendo que o patrimônio genético... Os senhores querem que a gente divida, primeiro, como patrimônio e depois como patrimônio da União? É essa a dúvida? Ou o fato de o patrimônio genético ser da União.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Basicamente. Deputada.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O Projeto de Emenda Constitucional, a PEC, é de autoria do Poder Executivo. E tramita na Câmara para considerar o patrimônio genético como um patrimônio da União. Ou seja, seria um princípio geral que depois teria de ser regulamentado. Ou seja, parte dele. Por exemplo: quando há exploração do petróleo, do minério, o Governo fica com uma parte. Então, quando qualquer benefício extraído do patrimônio genético da nossa biodiversidade o Governo teria sua parcela, bem como aquele que detém o conhecimento tradicional e outros enfim. Isso tudo seria discutido na Lei de Acesso e de Repartição de Direitos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A senhora não está propondo uma CIDE genética não? (*Risos.*)

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – Bom, na verdade, é um pouco difícil eu dizer se concordo ou não com isso, pelo seguinte. Quando se fala em patrimônio da União, concordo sim, porque o patrimônio genético pertence a União, porque dessa forma a gente evita que esse monopólio que existe por parte dos laboratórios que não permite que pessoas carentes tenham acesso a medicamentos extremamente importantes para sua saúde. Eu acho que fico um pouco assim com relação a essa parcela que deveria ir para o Governo. Acho que, se tiver uma parcela que vai para o Governo, essa parcela tem de ser reinvestida em pesquisa, em proteção ao patrimônio genético e tentar resolver tudo isso que está acontecendo. Quer dizer, tem de ser uma parcela especialmente destinada a isso. Aí, sim. Até pode ser por meio de universidades públicas ou de órgãos de fomento públicos. Tudo bem, se for para essas instituições, concordo plenamente. Mas desde que seja criado um fundo de proteção ao patrimônio genético. Caso contrário, acho que o patrimônio genético não tem de beneficiar mais coisas ainda do que estamos vendo por aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Dra. Eliana, Dr. Reginaldo, alguma observação sobre esse tema? Dr. Reginaldo.

O SR. REGINALDO FRACASSO – Reginaldo, da UNIFESP. É muito difícil fazer uma reflexão momentânea a respeito disso. Mas sempre defendo que a propriedade, que bens que possam beneficiar toda a população estejam sob o domínio do Poder Público. E que, lógico, a sua execução — não sei qual seria a palavra correta —, a exploração disso seria concedida à iniciativa privada, a quem possa exercer, porque o Estado não teria como executar isso diretamente. Mas o patrimônio, o domínio, indiscutivelmente, eu sou favorável que fique em poder da União. E seria muito mais fácil de controlar e de buscar a defesa dos interesses do País com essa titularidade. Já seria por lei, de plano, de domínio da União, sem maiores discussões. Discutiria como se daria essa exploração no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Deputada Vanessa.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Satisfeita, Sr. Presidente, mesmo porque eu tenho uma opinião muito parecida. Acho que, como princípio,



concordamos. Entretanto, temos de ter cuidado na elaboração da lei que trata de repartição — sem dúvida nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pois é, senão estaremos estatizando o patrimônio genético.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Estatizando não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Deixar bastante claro.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas estaremos dando ao País a carga que lhe cabe, assim como os índios precisam ter, o caboclo, aqueles que detém o conhecimento tradicional tem de ter sua parcela também e não apenas as grandes indústrias, os grandes conglomerados econômicos, porque hoje eles que se beneficiam sozinhos.

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Eu queria dar meu parecer, posso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pela determinação até dos fóruns a partir do momento que seja patrimônio do Estado.

A SRA. ELIANA RODRIGUES – É concordo também, acho que tem de pertencer à União. Mas também acho que o Governo tem de estar bem capacitado para analisar esses projetos, caso a caso, e muito bem preparado; Senão não adianta nada.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Uma outra pergunta sobre aquela patente japonesa sobre da espinheira santa. Aquela patente foi cancelada? Porque tivemos casos de algumas patentes de plantas medicinais brasileiras, princípios ativos extraídos daqui que foram cancelados. E essa, há algum processo?

O SR. ELISALDO LUIZ A. CARLINI – Não. Não tenho informação de que foi cancelada e nem sei da existência de processo contra. É uma patente internacional.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Os senhores lá do Núcleo nunca pensaram em solicitar o cancelamento, entrar com o processo para cancelar a patente japonesa?

O SR. ELISALDO LUIZ A. CARLINI – Eu, pelo menos... Nem sequer me informaram dessa possibilidade. Estou sabendo dessa possibilidade agora. Inclusive, na patente japonesa, quando eles descrevem as propriedades da planta, citam os trabalhos feitos pela UNIFESP. O que eu sei é que agora o Japão está vendendo essa patente para a União Européia. Já sei que na França já está sendo



comercializada essa planta brasileira. Na Suíça, foi pedido agora o registro de todo o trabalho. Eu nem saberia. Deputada, a gente que trabalha em laboratórios, somos assim absolutamente desinformados, pelo menos até agora, a respeito dessas situações. Acho que agora estamos despertando para isso. Tinha uma noção, há muito tempo, de que alguma coisa era preciso fazer. Por exemplo, na época, no fim da década de 80, início da década de 90, eu mesmo entrei em contato com o CNPq, com a CEME que existia, que acho em má hora foi fechada, com a FINEP dizendo: Gente, isso aqui é do Brasil, as plantas... Vamos tentar patentear. Eu não sei como fazer, a universidade não tinha ainda essa estrutura que tem agora. Nenhuma instituição do Governo brasileiro soube dizer como fazer. Disseram que tinha que ter um pedido internacional de patente. E eu realmente não estava capacitado para fazer isso e nem queria fazer particularmente. Eu quero deixar claro, por exemplo, que eu acho que patente, feita numa entidade pública, não pode ter nomes individualizados. Ela tem que ser para a universidade. E é a universidade que vai destinar eventuais *royalties* disso não para os pesquisadores, mas para a própria pesquisa, que é executada na universidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Deputada Vanessa.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Parece que a...

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – Não, não. Na verdade, eu ia falar o que o Prof. Carlini já mencionou. É que o núcleo nasceu em maio de 2000. Então, ele é bem posterior a esse problema da espinheira santa. Por isso, a gente nunca fez nada com relação a isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Fica aqui uma sugestão. Que a gente poderia inclusive colocar em nosso relatório que a UNIFESP — não apenas ela, mas com o apoio do Ministério de Ciência e Tecnologia, se for o caso, com a Procuradoria-Geral — entrem com um processo pedindo, solicitando cancelamento. Não é um processo rápido, é um processo demorado, mas plenamente possível.

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – É, porque é um processo caro também.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Há um setor jurídico que cuida desses problemas, dentro da universidade, que pode perfeitamente... Uma



patente de medicamento usado pelos índios já foi cancelado. O processo demorou muito tempo, mas a patente foi cancelada e os índios tiveram os seus direitos reconhecidos. Então, eu acho, Prof. Carlini, que vale a pena. Vale a pena inclusive para mostrar para o mundo que nós não estamos inertes, que nós não estamos parados diante desse roubo, desse assalto que vem sendo promovido. Acho que poderíamos colocar isso. Fica, desde já, Sr. Presidente, a sugestão de incluir isso em nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A senhora é Relatora substituta. Não precisa me sugerir.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E, aproveitando o gancho, discutindo aí um pouco o aspecto da patente, eu queria sugerir mais uma pergunta. O Núcleo de Propriedade Intelectual, da UNIFESP, você, a senhora acabou de nos responder, foi criado em maio de 2000 ou de 2001?

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – Maio de 2000.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Maio de 2000. Então, é um núcleo recente que tem um ano e pouco. Não tem, não completou nem o segundo ano de vida ainda. Os senhores já conseguiram usar o núcleo, patentear algum processo, algum produto, e como tem sido? Duas perguntas sobre isso. Se já patentearam algum processo ou produto e encontraram muitas dificuldades quanto a isso. E segundo: se existem, em outras instituições de pesquisa, ou universidades que os senhores tenham conhecimento, núcleos ou órgãos semelhantes, e se seriam iguais ou parecidos, quais as diferenças.

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – O núcleo nasceu em maio de 2000. Nós conseguimos depositar várias patentes. A Universidade Federal de São Paulo, em seus setenta anos de história, tinha apenas oito patentes, das quais duas ou três foram até do Prof. Carlini. E nesse último ano a gente conseguiu uma coisa, que a gente achou até que foi uma vitória. Perto das empresas privadas parece brincadeira, quer dizer, mas agora, em 2002, nós conseguimos cinco patentes. Então, nós estamos conseguindo depositar. Infelizmente, nenhuma relacionada com pesquisas que envolvam acesso a patrimônio genético por causa da medida provisória. Nós seguramos todas as pesquisas e estamos em contato constante com o CGEN. Então, as patentes novas são nas diversas áreas da



universidade: bioquímica, biofísica, nefrologia, tudo isso, mas nenhuma patrimônio genético. E a segunda pergunta da senhora, nós temos contato com todas as instituições. Na verdade a gente fez um grupo muito unido, porque as dificuldades das instituições de pesquisa são muito parecidas. Então, em primeiro lugar, conscientizar a comunidade universitária de que patente não é ruim, de que patente serve para que a gente tenha a opção de fazer o bem para a comunidade que a gente atende. Porque a impressão que se tem é que se patentear a pessoa mais humilde não vai ter acesso e que a universidade tem que só jogar conhecimento para a sociedade. E é isso que a gente está tentando mudar. É essa consciência que estamos tentando mudar. A outra dificuldade que todas as instituições públicas encontram é com relação à verba para desenvolver esse tipo de atividade. Porque, enquanto aqui no Brasil o depósito de patente até que é barato, vamos dizer assim, para uma instituição pública, você gasta trezentos, quatrocentos reais com verbas administrativas do INPI, lá fora é muito caro. Então, essa é uma outra questão. Então, as outras universidades públicas, com quem eu tenho muito contato, é a Federal do Rio de Janeiro, Federal do Rio Grande do Sul, Federal de São Carlos, o pessoal da Amazônia. Tem muitas universidades públicas envolvidas nisso, várias federais, estaduais, todo mundo preocupado com isso. Aqui em São Paulo, por iniciativa do Sr. Secretário de Ciência e Tecnologia, Professor Massambani, nós estamos criando a rede paulista de tecnologia para tentar justamente... O que a gente quer é padronizar as normas das universidades e tentar fazer com que todo mundo trabalhe junto. Eu acho que aí também eu vou tomar a liberdade de deixar uma sugestão: que é pra que todo mundo tome conta do próprio INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial), porque ele está abandonado. Quer dizer, patentes estão demorando oito anos pra serem analisadas. E isso não é por culpa do pessoal do INPI, é por falta de concursos. Fazem concursos temporários para a pessoa trabalhar por dois anos, sendo que um técnico de patente demora um ano e meio para ser treinado. Então, isso também dificulta muito o nosso trabalho, enquanto o escritório americano libera uma patente num piscar de olhos.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – A senhora falou, o Prof. Carlini também já se referiu, que vocês estão em contato com o CGEN. O CGEN é o órgão que trabalha, atua dentro do Ministério de Ciência e Tecnologia?



A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – Isso. E do Meio Ambiente.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E do meio Ambiente?

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS - Do Meio Ambiente.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ah, é do Ministério do Meio Ambiente.

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – Isso. Só que foi criado pela medida provisória.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ah, o CGEN é o Conselho.

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – É o Conselho da medida provisória.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Perfeito. Eu estava confundindo. O CGEN de que os senhores falam é o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, aquele que foi instalado há pouco tempo por força da medida provisória. Que, segundo já estivemos com eles, com representantes, membros desse Conselho, que falaram também à CPI — em torno de sessenta e poucos pedidos haviam — para a coleta e pesquisa. Naquele momento, nenhuma autorização havia sido concedida, mas de lá pra cá...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Inclusive houve até uma reunião naquela dia.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – De lá para cá, algumas concessões já ocorreram. As suas, as dos senhores, da UNIFESP, teve alguma que já foi aprovada?

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – Não. Nós recebemos apenas um parecer do CGEN em que eles esclareceram, na verdade, muitas dúvidas nossas com relação até essa questão que surgiu da indenização, tudo isso. Que eles falaram olha, UNIFESP você pode ir até aqui. Dali para a frente não pode. Então, nós estamos atuando nesse sentido com o CGEN; aprovação ainda não veio nenhuma, mas eles estão sendo super assim, estão ajudando bastante.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas eles já aprovaram alguns pedidos lá recentemente. De umas duas ou três semanas, eles já iniciaram o processo de análise e aprovação. Bom, eu vou passar agora para as perguntas



relativas a esse problema que vive a UNIFESP. É importante para que todos nós saibamos. Eu entendo perfeitamente, Dr. Carlini, a sua angústia, mesmo porque vivemos esse problema no dia-a-dia. Por que para algumas coisas as concessões, as autorizações, as licenças demoram tanto e pra outras elas acontecem tão rápido? Por que tanta coisa acontece sem licença e ninguém vê, ou pelo menos faz de conta que não vê? Nós estamos trabalhando com alguns casos assim. Eu ouvi, pesquei o Dr. Carlini dizendo que vocês têm ou tiveram um trabalho muito grande no Parque do Xingu com os índios. Se os senhores tomaram conhecimento de um trabalho de pesquisa que lá foi desenvolvido por esse pesquisador, chamado Dr. Roosmalen, uma pesquisa financiada pela Embaixada da Holanda e por uma outra instituição holandesa, uma ONG holandesa, salve engano. E o objetivo era fazer um inventário. E que esse inventário, todo ele, teria sido feito por este pesquisador, com financiamento desses países que inclusive, disse, tinha autorização da FUNAI. Se estava todo perfeitamente concedido e autorizado, nós vamos ver. Se os senhores têm conhecimento disso, da existência do inventário.

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Veja, eu não tenho conhecimento não. Eu até duvido um pouco que isso tenha sido feito com autorização da universidade. Agora, porque a universidade realmente tem, assim, um carinho muito grande por esse projeto que vem de muito tempo. Tanto, por exemplo, um motivo de orgulho enorme nosso é que a primeira turma de auxiliares de enfermagem índias foi formada. E agora passam a fazer a medicina no Xingu, juntamente com a medicina deles, tendo acesso também a um posto de saúde onde os funcionários por especialidade são os próprios índios. Então, eu não sei se vocês... Eu duvido que seja a universidade federal possibilitaria um trabalho desse tipo que me parece a mais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não. Mas não foi essa a pergunta da Deputada não. Ela está querendo saber se esse posto avançado, campus avançado — no meu tempo a gente chamava campus avançado, não sei se ainda é —, se esse campus avançado da universidade teve informações, através dos seus próprios índios de que haveria uma pesquisa de levantamento de patrimônio feita por esse Dr. Roosmalen. Não tiveram acesso.



O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Acho um pouco difícil. Mas o que eu poderia fazer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A essa informação, não à autorização, à informação.

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Mas o que eu poderia fazer, porque a escola mantém constantemente pessoas lá. E tem um médico, o professor da escola que praticamente vive lá para orientar os problemas de saúde. Nós podemos perguntar oficialmente, dar uma resposta oficial. Eu acho que seria uma coisa interessante.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Acho que nos ajudaria muito, não é Presidente? Porque a informação que nós obtivemos é que esse trabalho foi feito e que esse inventário existe, mas segundo o pesquisador disse que somente a FUNAI possui uma cópia e os próprios índios, o cacique — ele até declinou o nome do cacique de que não me recordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Me parece que foi interessante não interrompendo interrompendo. Foi muito interessante, mas ele deu o que seria uma enciclopédia fantástica nas mãos de qualquer empresa multinacional ou mesmo nacional. Quem tivesse conhecimento, nossa, esse levantamento do conhecimento, não é? Mas só que estava com o Presidente da FUNAI que caiu no avião. E ele deixou entrever, na colocação dele, que também estava esse conhecimento todo no avião que caiu com o Presidente da FUNAI. Pelo menos foi o que eu entendi que ele quis dizer. (*Risos.*) Foi muito interessante. Depois... Aliás, foi um dos depoimentos mais ricos que a CPI já teve de como fazer errado as coisas que precisam se acertar. Deputada, a senhora tem mais alguma pergunta? Eu tenho algumas perguntas chatas para fazer aos...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Tenho, mas ela quer falar sobre isso.

A SRA. ELIANA RODRIGUES – É sobre isso. Talvez seja isso, não é, não sei. Eu tenho sete ou oito artigos sobre quatro pesquisadores que desenvolveram trabalho muito grande no Parque do Xingu. É um pessoal da Alemanha, se não me engano. E inclusive eles começam os artigos agradecendo à Fundação FUNAI pelo apoio. Esse aqui, por exemplo, é de 92. Então, falam: estudos de etnobotânica no



Parque Indígena do Xingu, plantas tintoriais e fixadoras, e tem contraceptivas, tem sexo determinantes, várias. Não sei se é sobre isso que a senhora está falando. É recente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não. Isso aconteceu há...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não é tão recente. Já vem há algum tempo e são pesquisadores holandeses financiados, inclusive pelo governo holandês, através da Embaixada.

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Até onde eu sei...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – É deve haver outros, óbvio, isso vai nos ajudar muito.

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Mas são publicações. Está publicado. Quer dizer, não está nem escondendo nada. São...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não, isso é o inventário. Esse é um trabalho, é o inventário botânico completo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Esse foi um trabalho específico. Eles foram atrás de coisas específicas; o que foi feito...

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Não. É um inventário. Isso que estou dizendo é um inventário também. Esse é um dos oitos artigos que elas publicaram. É um inventário etnobotânico dessas pesquisadoras de que estou falando.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – É um trabalho etnobotânico, segundo ele, que foi realizado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Tá bom. Nós temos como entrar em contato. A CPI tem como entrar em contato com o médico que está lá no Xingu, tem como ligar e falar com ele? Então, depois é só deixar o telefone, a assessoria vai entrar em contato, falar com ele. Não precisa ser hoje. Pode ser outro dia, não há problema, para saber se ele irá responder à pergunta da Deputada, se há informações sobre esse senhor cientista chamado Roosmalen, que fez lá um trabalho de três meses no Xingu, nosso Xingu. Bom, Deputada...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Eu farei algumas perguntas rápidas, Sr. Presidente. E depois eu lhe passo a palavra.

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Eu gostaria de dar uma informação que eu acho pode ser relevante aqui para a Comissão. Na realidade, o relatório que



obtivemos dos índios krahos, que nós não publicamos ainda os nomes científicos, nós sabemos, está tudo arquivado, guardado. Nós fomos aos livros populares no Brasil, principalmente um livro, que não é popular, que é de M. Pio Correa, o Dicionário de Plantas Úteis do Brasil. São cinco volumes, mais de meio metro de altura de dados publicado em 1925. Para nossa surpresa — aliás, não foi muita surpresa nossa não —, das cinquenta primeiras plantas que nós olhamos, quarenta estavam já nesse livro desde 1925. Então, essa riqueza nossa já está praticamente num domínio público. Não é questão de estar preservando um segredo não. Porque isso realmente é público agora. Então, uma coisa que eu acho que seria interessante que tomassem conta, quer dizer, o que já está publicado, em todos os livros, desse trabalho, até que ponto isso é patrimônio ou não. Esse livro, tenho certeza de que existe no exterior também.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Os senhores falaram também que a universidade é o objetivo e que esse trabalho que a Universidade Federal de São Paulo desenvolve é para desenvolver novos produtos. Enfim, na área de medicamentos e em outras áreas, mas na área de medicamentos ele tem uma parceria com os laboratórios nacionais. Poderia falar o nome de alguns laboratórios que atuam em parceria com a Universidade Federal?

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Olha, eu posso dizer, mas eu vou contar a dificuldade que nós estamos encontrando. Quando os índios estiveram conosco, nós procuramos, nós não tínhamos ainda contato com os laboratórios todos. Nós procuramos um laboratório — e eu sou amigo do presidente deste laboratório — eminentemente nacional, e falamos: *“Vocês poderiam receber os índios e explicar como é feito o medicamento dentro de um laboratório?”* A resposta foi sim. Nós fomos até lá, a esse laboratório, que é o laboratório Aché, e os índios ficaram lá vendo e tal. Por isso que o laboratório foi acusado, não é, publicamente, e eles obviamente não ficam felizes com esse tipo de coisa. Eu vou dar o nome dos outros dois laboratórios — eu pediria para dar para senhora pessoalmente, porque eu teria um pouco de medo. De repente, sai muito abertamente o nome dos laboratórios.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Perfeito, pode passar para nós a informação.



O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Eles podem ficar até ofendidos.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Tem que constar na ata, tem que terminar a pergunta. Nós poderíamos fazer uma sessão secreta para isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Exato, faríamos uma sessão reservada, depois para declinar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Porque a pergunta feita, ela tem que ser respondida por questões da ata, por questões da taquigrafia, mas, se a Deputada Relatora achar que deve, tão logo termine essa ...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Vamos tomar reservadamente essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Reservadamente essa informação.

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Eu acho até que os presidentes desses laboratórios gostariam mesmo de mostrar o interesse deles. Porque veja: há uma coisa muito curiosa na indústria farmacêutica brasileira, que eu milito, assim, numa área de farmacologia há muito tempo, não é? A gente tem laboratórios e laboratórios, tanto multinacionais quanto nacionais. Sem exceção, os laboratórios nacionais estão muito desejosos de participar do desenvolvimento de produtos à base de plantas brasileiras, porque é a única maneira que restou à indústria nacional de furar patentes, de ter patentes próprias, inclusive. Então, eles estão muito ansiosos de chegar e participar também, junto com a universidade, mas eles também, obviamente, não gostariam, como nós ficamos muito sentidos, de repente, um nome ser exposto publicamente.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Perfeito.

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – É um negócio horrível esse.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor falou do Aché, que é um laboratório que faz parceria, porque isso já deve estar de domínio público. Nós entendemos perfeitamente o seu cuidado e tomaremos essa informação, Dr. Carlini, reservadamente. Não se preocupe V.Sa.

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Ótimo. Obrigado, eu agradeço a senhora a compreensão.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Os senhores também falaram da UNIP, inclusive dando algumas cópias. Eu a conheço não profundamente. Acho, Sr. Presidente, faço as perguntas e as propostas ao mesmo tempo. Nós temos que ouvir o representante da UNIP, da Universidade Paulista, porque de fato este é um grande projeto que se desenvolve na Amazônia, principalmente na calha do Rio Negro, do Estado do Amazonas. E sobre esse projeto existem muitas informações e muitos comentários que pairam no ar e que não são bons, Sr. Presidente. Refiro-me a esse projeto que a UNIP desenvolve com o Dr. Drauzio Varela e outros pesquisadores que estão envolvidos, que, vez ou outra, fazem expedições, expedições nos rios da Amazônia, particularmente no Rio Negro. Precisamos ouvi-los. Talvez num próximo Estado que a gente vá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O próprio Amazonas, quando chegarmos.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – É, teremos que chamá-lo. A UNIP existe lá, tem instalações no Amazonas, podem ir para lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Podemos até, se a senhora passar o nome, tem a UNIP e, de repente, nós podemos já avançar.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Isso é muito importante, inclusive eles têm barcos muito bem equipados. Não sabemos quem nos acompanha nessas expedições e não fazem só expedições de pesquisa, não. Existe uma certa premiação para os alunos, que é fazer um turismo na Amazônia. Aí, aqueles que foram os alunos melhor colocados nos colégios, que eles também atuam no ensino médio, eles são premiados com viagens, e uma dessas viagens é na Amazônia. Então, nós não sabemos quem viaja, o que é feito. Mas tenho conhecimento disso também. Se os senhores poderiam nos falar alguma coisa, se têm algumas informações que acham que seria importante essa CPI ter conhecimento a respeito desse trabalho que desenvolve a UNIP.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Posso, então, fazer minhas perguntas?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Da UNIP.

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Eu não tenho informações, eu realmente sei o que a senhora sabe.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Doutora, é uma informação sobre o trabalho?

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Não, eu me limito às matérias da *ISTOÉ*. Extra, assim, eu não sei dizer, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Seria antiético, Doutora. A senhora tem alguma?

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – Também não. Só o que é publicado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Só o que é publicado. Deputada.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Bom, vamos entrar ao caso específico. Essas matérias que saíram nos jornais — *Globo*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de São Paulo* — diziam respeito a essa possível biopirataria. Por que os senhores acham que essas matérias saíram? Haveria articulação, alguém por trás dessas matérias, algumas associações ligadas aos índios, ou associações outras, ou algumas ONGs? Por que teria saído essa matéria e de onde surgiram as informações?

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Eu, até para mim facilita ter assinado um termo que eu sou obrigado a contar, a dizer o que eu sei. Veja: quando a situação chegou a quase um impasse, quando nós recebemos a notícia de que parte da nação kraho não estava a par do projeto, e nós fomos convidados para comparecer a uma reunião, sob ameaça, eu telefonei para pessoa que está, que se identifica na reportagem de *O Globo*, que é funcionário da FUNAI, e disse: olha, eu quero deixar claro para o senhor que essa é uma informação que nós não sabíamos, mas deixo claro também – e empenho minha palavra de honra – que ou esse é um projeto da totalidade da nação kraho, ou não é projeto de ninguém, não é? E ainda falei assim: a última coisa que eu gostaria, não é, nesta fase da minha vida, é de que não só a gente não contempla a totalidade, como eu vejo nisso a possibilidade de criar uma dissensão interna dentro da nação kraho que seria para mim muito, de muito sofrimento saber que uma atitude da gente cria — isso eu falei pessoalmente para pessoa. Eu falei: não há nenhuma dúvida sobre isso. O senhor fique absolutamente tranqüilo; desde agora, nós vamos considerar que o projeto é de



todos, não sei quem é que tem que assinar, o senhor tem que nos informar. Isso foi dito muito claramente, e também dissemos isso para os índios, com quem nós tínhamos contato, que eles também aceitaram isso como uma coisa lógica e óbvia. Eu não sou capaz de informar o que levou a esta notícia nos jornais. Para mim, é uma coisa, até hoje eu fico num estado de dúvida, e eu não consigo atinar com nenhuma coisa de ordem lógica, não é? Há um motivo? É óbvio que houve. Qual é o motivo? Possivelmente, é uma briga entre instituições dos índios, não é, que tem por trás mentores — uma está se sentindo prejudicada, não é? Então, essa instituição do índio, chamada Kapey, o que nós assinamos é uma chamada Vyty-Cati, essa Kapey não pertence a essa instituição chamada Vyty-Cati. Mas acontece que representantes dessa Kapey estavam presentes e eles assinaram a nossa relação total. Então, eu não entendi, até hoje eu não entendemos por quê. Uma terceira associação, chamada mãkraré, mãkraré, não é, também estava presente nos nossos contatos mãkraré — depois eu acho que podem ser dados os dados com exatidão. E vejam que a coisa se torna mais surpreendente ainda quando essa instituição Kapey, que se sentiu prejudicada, ela tem projetos assinados, só ela com a EMBRAPA. Então, para nós é uma surpresa muito grande esses fatos. Não conseguimos entender isso, realmente, não é. Eu posso dizer para senhora mais umas coisas também que eu acho inacreditáveis, não é? Nós tentamos insistentemente contatos com a FUNAI. Nós só conseguimos contato, como eu faço parte da Secretaria Nacional Antidrogas — a minha área de psicofarmacologia envolve drogas de abuso e tal — eu tive contatos com o Gen. Cardoso, que dirige a ABIN, é o presidente do Conselho Nacional Antidrogas. E tenho contatos também com o Prof. Miguel Reale Junior, que na época ele tinha entrado no Ministério. Eu pedi a interferência dos dois para marcar uma entrevista com o presidente da FUNAI. Foi quando nós conseguimos. E era um presidente novo e ficou muito surpreso de saber isso, nós fomos até à Procuradora. Ele prometeu rápidas providências. Logo depois que sai o Ministro Miguel Reale, sai então o presidente, nós pedimos — quantas vezes foram marcadas audiências?

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Seis.

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Seis vezes foram marcadas audiências e desmarcadas pela FUNAI. O atual presidente, que compareceu agora



na reunião que tivemos junto com os índios, se mostrou também muito surpreso de que a situação chegasse a esse ponto. E nós não temos nenhuma outra informação, a não ser elencar esses dados para senhora.

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Eu posso complementar? Eu vou ser um pouco mais leviana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Doutora?

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Eliana. Eu vou ser um pouco mais leviana que o Prof. Carlini, talvez. Eu vejo que foi um despeito de uma das lideranças brancas dentro, que atuam dentro da etnia kraho, da nação kraho, e, por conta disso, fez a solicitação de uma indenização e tentou influenciar os índios para que obtivessem essa indenização. Só que, para nossa felicidade, a etnia kraho, agora no dia 10, último, teve essa reunião em Araguaína, estavam presentes os dezessete caciques das aldeias. E na sua totalidade, praticamente na sua totalidade, ao invés de indenização, eles querem a continuidade do projeto, não é? Então, eu acho que para mim existe uma razão muito clara. Esse branco quer essa indenização, através dos índios, para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quem é esse branco?

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Fernando Schiavini. Isso é óbvio, público. Está em todos os jornais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O que ele é?

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Ele é técnico da FUNAI. Inclusive, o Presidente da FUNAI fez uma advertência...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Fernando Schiavini.

A SRA. ELIANA RODRIGUES – O Presidente da FUNAI, durante essa reunião, fez uma advertência em público a ele. Então, isso para a gente, a FUNAI, inclusive, posicionou-se a favor da continuidade do projeto, muito embora ela diga que quem tem que tomar essa decisão sejam os próprios índios, mas a posição dela é essa. E ela fez uma advertência pessoal a essa pessoa, que foi a pessoa que causou todo esse alvoroço, não é, talvez por despeito. Agora, o que o professor falou, essa mesma pessoa já assinou um contrato que diz respeito a recursos genéticos, que é conhecimento dos krahos sobre os milhos, não é? Então, quer dizer, ninguém fala nada sobre esse projeto. É isso que eu não entendo. E ele fez



um contrato apenas com a Kapey e não incluiu as outras 4 associações dos índios. E aí? Ninguém fala nada.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E esse Sr. Fernando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Fernando Schiavini de Castro.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – ...Schiavini, ele pertence a alguma Organização Não-Governamental?

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Sim.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Qual é?

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Kapey. O da Kapey. Ele é a pessoa que é responsável pela Kapey, a outra associação indígena.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Kapey.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não, mas a Kapey não é uma associação indígena?

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Sim, mas quem toma de conta dela é ele.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ah, ele é assessor dessa associação?

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Sim. Ele que fundou, provavelmente, essa associação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Faz as duas funções, não é?

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele atua como autoridade indigenista da FUNAI e também como Presidente da...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas ele tem alguma ligação com alguma outra Organização Não-Governamental maior?

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Ele se promoveu muito. A Kapey.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não, a Kapey é uma associação que foi criada para representar os índios krahos.

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Sim.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Assim como várias outras existem. Eu tenho vivência com isso. Eu sei que eles não conseguem criar uma. São duas, três. Cada corrente tem uma diferente. Em Roraima, então, isso dá briga, muitas vezes, morte. Por trás dessas associações autônomas dos próprios índios,



existem outras ONGs que atuam. A senhora saberia dizer onde atua esse Fernando, que corrente ele defende, participa?

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Não, a única coisa que tomei conhecimento dele, infelizmente através dessa matéria, eu sei que ele se promoveu muito com tudo isso, porque saíram depois disso várias matérias sobre ele na *ISTOÉ*, tal. E nós temos aqui várias reportagens mesmo dizendo desse contrato dele com a EMBRAPA, entre Kapey e EMBRAPA. Então, ele exerce uma forte influência sobre algumas lideranças de Itacajá. Porque, na verdade, a Kraholândia são 320 mil hectares, 17 aldeias, tá? Nos Municípios de Goiatins e Itacajá. E nós trabalhamos com uma aldeia pertencente à Associação Vyty-Cati e duas aldeias pertencentes à Associação Kapey. De forma que se nós tivéssemos alguma má-fé, nós...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Das dezessete aldeias existentes...

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Nós trabalhamos com três apenas.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Com três.

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Porque é muito dispendioso. A gente não tinha recursos para trabalhar com mais.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas procuraram reunir todos os índios de todas as aldeias. Todos os caciques.

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Em duas assembléias que são feitas anualmente. Não só todos os krahos, mas todos os timbiras. Porque não sei se é do conhecimento dos senhores, mas os timbira compreendem cinco etnias, entre elas a kraho. E aí lanço uma pergunta aqui sobre repartição de benefícios, não é? A gente que trabalha com os pajés, que lá chamam waiacas, a gente sabe que o conhecimento deles vêm os avós etc. E muitos avós desses pajés são, por exemplo, canela, gavião, kricati. Então, como é que fica isso? Então, a Associação Vyty-Cati, que foi portadora de todo esse projeto, do contrato etc, ela tem, além da nação kraho, ela inclui os timbira, as cinco etnias. Aí, então, seria muito mais justo, porque o que ficou estabelecido em assembléia é o seguinte: estamos trabalhando com três aldeias das dezessete, não é? Os benefícios, não vão só, os possíveis e futuros *royalties* iriam não apenas para essas 3 aldeias, iriam para as dezessete e também para os outros timbiras, que nós consideramos tão co-proprietários quanto os



krahos, não é? Porque não é kraho, mais kraho, igual a kraho, não é? Quer dizer, kraho, mais apinajé, enfim. E isso seriam as parcelas, que seriam acordadas entre eles. Quanto iria para que etnia, percebe? Isso teríamos muito tempo para discutir, porque o medicamento o professor pode explicar até melhor, ele leva aí, sei lá, 10 anos para ser patenteado. Todas as pesquisas e patentes, até chegar nos *royalties*. Então, a gente estava muito tranquilo, porque desde a primeira visita que foi feita em julho de 99, tudo isso que estamos falando aqui foi falado em reuniões com eles, inúmeras reuniões. Que se eles quisessem aceitar esse projeto, que não seria uma coisa imediata, que precisaria de muito dinheiro e muito tempo. Mas que, como nós não sabíamos como as coisas iriam encaminhar, precisaríamos assinar um documento para garantir no futuro essa participação deles.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Que foi esse documento prévio, na realidade um pré...

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Exatamente.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – De pré-compromisso.

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Que foi, os termos deles foram sugeridos pela advogada — não sei se posso falar o nome aqui, a Valéria Araújo Leitão, que é advogada do ISA, naquela ocasião era advogada do ISA, que a gente achou que foi a pessoa mais adequada para ajudar a gente nessa questão, já que ninguém entendia nada disso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E a participação do ISA nesse projeto? Tem alguma?

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Não, não. Foi uma assessoria, assessoria individual da advogada.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Perfeito. E os senhores colocaram ali na projeção o ano das licenças obtidas, mas essas licenças foram obtidas ou não? Porque lá tem a própria Universidade Federal, aí tem o Conselho da Universidade, aí vem FUNAI — se pudesse retornar. Se os senhores tinham essas autorizações e principalmente da FUNAI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Se o parecer foi favorável, não é isso?



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E se essa autorização foi recebida antes de o projeto ser iniciado na área?

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Não, não foi antes, foi ao longo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ah, foi ao longo?

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Nós vamos explicar por que foi ao longo. Primeiro, nós encaminhamos, então, o projeto para FAFESP para saber se a gente ia ter verba ou não. A partir do momento que nós ... O senhor quer explicar? A partir do momento que nós obtivemos o parecer favorável, nós tínhamos três anos para gastar esse dinheiro, na verdade, quatro, mas o último ano a gente tem que reservar para escrever a tese. Então, só três anos, ou seja, a gente tinha que achar um grupo indígena, fazer todo trabalho de campo — que eu acho que para quem trabalha com levantamento etnofarmacológico sabe que você não pode chegar numa aldeia e falar: Ah, o senhor usa remédio para quê? Não é assim. Então, são feitas várias viagens antes, você tem que estabelecer um vínculo de confiança com a comunidade, principalmente com as mulheres, depois com os pajés. Então, é uma coisa que leva um certo tempo, principalmente porque a gente estava em São Paulo indo para Tocantins, que é muito caro e muito, enfim. As aldeias são muito isoladas, muito mesmo, então, sai muito caro esse trabalho. Então, nós tínhamos três anos, praticamente é uma corrida contra o tempo, até porque se a gente demorasse mais do que isso não teria mais dinheiro para isso. Estou fazendo essa introdução para dizer o seguinte: entramos com um pedido do Comitê de Ética lá da nossa universidade. Depois de uns dois meses, eu recebi — nessa data. E ...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Novembro de 2000 foi o Comitê de Ética, não foi?

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Em janeiro de 2000. Por quê? Porque, em janeiro de 2000, nós já tínhamos entrado em contato com os krahos, eles já tinham nos dado a licença. Eles fizeram cartas dizendo: Você pode ... Os caciques, depois das reuniões, eles faziam ...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Há carta com a assinatura dos dezessete caciques?

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Não, não, três. Das três aldeias inicialmente.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Das três comunidades?



A SRA. ELIANA RODRIGUES – Inicialmente. Em janeiro de 2000, nós entramos, então, efetivamente com as autorizações. E o CEP nos respondeu o seguinte: *“Nós não podemos estar em pendência, porque nós precisamos da autorização da FUNAI”*. O.k. Aí nos encaminhamos para FUNAI o pedido. Depois de um tempo, a FUNAI respondeu o seguinte: *“Nós não autorizamos sem autorização do CONEP e do CNPq”*. Só que no meu entendimento — e é ignorância mesmo — eu achei que quem fizesse esse encaminhamento fosse a própria FUNAI, mas não era. E eu estou lá esperando, estou esperando, e os índios também esperando um *feedback*. Então, estamos fazendo contato. E tem que gastar o dinheiro, porque tem um tempo para gastar o dinheiro. Tudo bem. Até que um dia eu ligo para FUNAI: Escuta, não está saindo resultado nenhum. Aí a FUNAI explica: *Não, mas é você que tem que fazer o encaminhamento*. Então, eu fiz o encaminhamento, fizemos para o CNPq em novembro de 2000. E o CNPq até que foi rápido. Só que o CONEP, o encaminhamento dele é feito através do CEP. Ele encaminhou. E o CONEP falou o seguinte: *“Não, eu não libero enquanto o CEP não liberar”*. E aí fechou o círculo, porque se o CEP não liberar enquanto a FUNAI não liberasse, e o CONEP só iria liberar se a FUNAI liberasse. Quer dizer, fechou e aí ninguém liberava, e aí parou a pesquisa. Então, só foi possível, porque o CEP fez a gentileza de desatar esse nó e ser o primeiro a autorizar. Ele autorizando, o CONEP autorizou, e com isso a FUNAI autorizou e aí voltamos. Mas esse caminho árduo, então, levou um ano e meio. E isso nós nunca escondemos de ninguém, inclusive está publicado na tese para dizer a dificuldade que nós temos de trabalhar. Se a gente quiser trabalhar direito mesmo, na lei, não existe compatibilidade entre o tempo que você tem que desenvolver a pesquisa pelo seu financiador com o tempo que leva para você ter uma aprovação.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Aí teremos que mudar. O tempo começa a contar depois das autorizações, dos CGENs, vamos ter que fazer algumas mudanças dessa forma

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Sim, mas o que o profissional faz...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Porque senão é isso, se perde o dinheiro e o financiamento.

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Eu acho que esse é um ponto importantíssimo que a Comissão poderia realmente auxiliar e muito, porque, veja,



nós não podemos iniciar nenhum projeto de pesquisa sem antes ter feito um pedido de verba adequada às instituições públicas. Agora, para você fazer esse pedido e o pedido ser aprovado, aí eles fixam um tempo. E se nós formos sofrer de novo essa via-crúcis que sofremos para obter a aprovação final, o tempo estaria vencido e a pesquisa não estaria iniciada. E tem uma outra coisa também que é preciso levar em conta, Deputada. É que para a ciência no Brasil esperar um mês, dois meses, três meses, é muito tempo. Nós estamos um século atrasado. Devíamos ter ciência de que nós não podemos perder mais uma hora, nenhum dia. Quer dizer, nós teremos que realmente, uma vez sendo sido aprovado por um Comitê de Ética e garantido esses aspectos todos, o que nós fizemos foi tentar e fizemos um documento. Esse documento é válido para Universidade Federal de São Paulo, está lá garantido tudo aos índios. E assinado por índios. Nós chamamos aqui até o Prof.. Dalmo Dalari para nos ajudar. Professor, nos ajude sair, nós queremos o mais rapidamente possível.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – É, bom, na realidade, o que dá para gente perceber sobre tudo isso, primeiro, é que desde o início dos trabalhos da Comissão a gente tem enfrentado esse problema. Os pesquisadores, pelo seu lado, até pela sua capacidade, pela sua intelectualidade, são extremamente ansiosos. Então, acham que qualquer tipo de burocracia demora. Nós temos que achar um meio-termo, porque não é a burocracia pela burocracia, é a burocracia pelo controle. Agora, é óbvio que ela não pode demorar um ano, não pode demorar dois anos. Eu não diria, Prof. Carlini, um mês. Eu acho que é um tempo razoável. Agora, quando se falam em dois, três, quatro meses, aí, sim, é um tempo demais, principalmente para nós todos que vivemos a extrema angústia de passar a vida sem recursos para pesquisa. E quando aparecem os primeiros recursos, aí o problema enfrentado já é outro. Mas, enfim, então, o que eu percebi é que, ao mesmo tempo em que os senhores foram pedindo as autorizações dos órgãos competentes, enquanto isso, a pesquisa já estava sendo desenvolvida e a coleta também já estava acontecendo.

A SRA. ELIANA RODRIGUES – É. Então, aí eu posso fazer um aparte?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Pois não.



A SRA. ELIANA RODRIGUES – É como eu expliquei. Em julho de 99, então, foi feito o primeiro contato. Então, eu fui para primeira aldeia, fui me apresentar, fui levar o projeto. Fizemos várias reuniões naquela aldeia para explicar o que era o projeto. E já, naquele momento, eles sabem fazer acordos tão bem quanto nós. Então, nós acordamos várias coisas. Falei: Olha, eu tenho um tempo x, uma verba y. Então, eu vou vim tantas viagens, eu vou vim apenas sete viagens, que era o dinheiro que mais ou menos já tinha calculado. Então, vou ter diárias para as pessoas que vão me acompanhar no mato, para os pajés. Essa diária não é pelo conhecimento, essa diária é pelo tempo que você deixa de caçar, deixa de ir à roça. Então, isso ficou muito claro.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Então, na realidade, não houve pagamento ao índio pelo material coletado?

A SRA. ELIANA RODRIGUES – De jeito nenhum.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O que houve foi ...

A SRA. ELIANA RODRIGUES – De jeito nenhum, pelo tempo que ele deixou. Porque, às vezes, eu andava com o pajé quilômetros, o dia inteiro atrás de uma planta e não achava. Isso era muito ruim. Então, ele tem a família dele.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E o pajé, os índios, recebiam essa diária formalmente do projeto, com recibo?

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Não, eles não dão recibo, não é? Até a gente pegava na Associação Vyty-Cati uma vez ou outra, mas não é uma coisa, não tem com...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Então, era informal o pagamento que fazia a eles?

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Informal, informal, porém, era um acordo verbal, não é, que isso para eles vale muito. Então, isso tudo para dizer o seguinte...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Para eles vale, para nossa sociedade não vale.

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Eu acho que deveria valer, não é, mas talvez não valha, não sei.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não.



A SRA. ELIANA RODRIGUES – Mas isso tudo para explicar o seguinte: existia esse planejamento que tinha que ser feito e tinha um comprometimento meu. Eu não poderia chegar e dizer: Olha, eu vou voltar aqui — porque lá só tem rádio —, vou voltar aqui daqui a três meses. Se eu não voltasse dali três meses, isso já seria um motivo para causar uma desconfiança e uma falta de confiança mesmo de ambas ... Então, eles podiam deixar de confiar na gente, entende, e isso já poderia quebrar um relacionamento que tem que ser de extrema confiança de ambas as partes no levantamento etnofarmacológico. Então, existia um comprometimento e a gente cumpria sim, não é? Então, vamos voltar em maio. Tinha que voltar em maio, até porque não tinha outra maneira de chegar e falar: Ah, não vou mais porque não dá.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E quanto quantidade de material, quantas espécies foram coletadas, de quantas plantas nesse período?

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Olha, foram coletadas quatrocentas amostras.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – De quatrocentas espécies diferentes?

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Não, quatrocentas amostras.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – De quantas espécies?

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Ninguém sabe. Aí é que tá.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ah?

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Até o momento foi possível... Todas essas plantas estão depositadas no Instituto de Botânica do Estado de São Paulo. Talvez seja interessante dizer como que eram coletadas.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Pois é, eu ia perguntar isso, onde estão. No Instituto de Botânica.

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Então, o que era realmente coletado? Então, eu saía com o pajé no mato para o lado que ele achasse que fosse interessante. Ele dizia: “*Olha essa planta aqui* — chama vranvran carracré”(?), um nome indígena, por exemplo. Eu anotava, ele dizia: Ela serve para tal, tal e tal coisa, usa assim, usa assado, não sei o quê. Tirava uma foto da planta, coletava, quando era possível, três amostras de cada planta. Amostras ou com flores ou com frutos, senão não é



possível, é muito difícil você identificar, do ponto de vista científico, o nome específico mesmo, o material sem flor ou fruto. Então, quando possível, eram coletadas três amostras de cada planta, colocadas no meio de jornal e depois ela é, tem que ser, porque eu tenho que coletar pelo método molhado, porque eu fico vinte, trinta dias direto na aldeia, senão funga tudo. Então, o método de coleta é você diluir o álcool a 70% e joga isso aí de maneira que aquele material está morto. O que vai acontecer? Depois você chega a São Paulo, então, o Instituto de Botânica aqui do Estado de São Paulo, com a coordenação da Dra. Lúcia Rossi, a gente pegava, então, esse material, colocava na estufa para desidratar e fazer as *essicatas*, três *essicatas* no máximo de cada planta. E elas todas estão aí, então, no acervo do nosso herbário.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Elas estão registradas?

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Tem *volcher*, tudo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – No Instituto de Botânica?

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Qualquer dúvida é só falar com a Dra. Lúcia Rossi.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – É, nós precisaríamos dessa documentação depois.

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Com certeza.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E algumas dessas plantas teriam sido enviadas para algum laboratório farmacêutico?

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Ah, eu não terminei de... Eu posso terminar?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Pois não.

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Então, quatrocentas plantas, não é? Até o momento foram identificadas, foi impossível identificar 164 das quatrocentas. Outras tantas, ou porque não tinham flores, não tinham frutos, a gente chama de material estéril, ou então porque nós não temos taxonomistas no Brasil, especialistas na família gênero, não foi possível identificar. E a gente não quer mandar para fora, porque a gente tem esse problema: vai mandar para onde?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas vocês já buscaram pesquisadores de outros institutos, de outras universidades?



A SRA. ELIANA RODRIGUES – Não. Então, quem tem essa conduta é a Lúcia Rossi. Ela não expandiu ainda não, ela não fez esse trabalho de pegar: Bom, agora vou mandar para UNICAMP, vou mandar ... Algumas ela fez, mas é basicamente no Estado de São Paulo, falta fazer isso ainda, não é? Mas aí tem que ser caso a caso, é uma coisa lenta e demorada. A segunda pergunta: se isso foi encaminhado para algum laboratório? Nenhum.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Nenhum laboratório?

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Nenhum laboratório. Isso eu tenho muita tranquilidade para falar.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E além de plantas, havia coleta de algo mais lá nesse projeto, ou somente plantas?

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Coleta do quê?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – De outros materiais genéticos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Tipo fósseis, tipo fungos.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Fungos, microorganismos?

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Não, plantas.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Só plantas?

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Porque é interessante que eles até utilizam alguma banha animal e tudo mais. Mas a gente não se concentrou nos animais não, só nas plantas mesmo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – É, os pajés, nós temos conhecimento que eles estão se organizando já no Brasil inteiro. Recentemente teve, em Manaus, um encontro de pajés. O Prof. Frederico Arruda, que é da Universidade Federal do Amazonas, que já esteve na CPI, trabalha muito com os pajés. Se o núcleo da UNIFESP participa dessas, tem contato com essa organização dos pajés, participa dessas reuniões, fóruns que eles realizam?

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – Eu não tenho contato com essa associação dos pajés. O que eu tenho é um contato que foi criado por uma iniciativa do INPI. O INPI treinou alguns advogados índios em propriedade industrial, intelectual. Eu tenho contato com alguns deles e a gente tem assim uma



troca de e-mails desde esse evento que foi realizado em maio no INPI. Mas com essa específica dos pajés não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não, não é? Pelo que eu percebo aqui o projeto estava caminhando até que teve esse problema, está paralisado, aguardando a licença do Conselho Gestor. Mas mesmo, enquanto ele estava caminhando, ainda permanecia a dificuldade de encontrar a forma de como os índios estariam representados na patente, no ato do patenteamento. E isso os senhores já chegaram a uma conclusão, com é que ... Ainda não?

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Agora, na reunião de 10 de dezembro, finalmente houve uma reunião, conseguimos que a FUNAI organizasse essa reunião. Estavam presentes todos os pajés, e foi unânime a opinião dos pajés de que o projeto deve continuar. E a Universidade Federal de São Paulo já tinha proposto anteriormente, quando surgiu a dificuldade dizendo que essa outra instituição Kapey não estava representada, a universidade já tinha mandado um ofício, felizmente foi com prova de envio, porque eles tentavam negar que tivesse mandado essa carta, convidando três outros índios para chegar até aqui, em São Paulo, onde nós explicaríamos tudo de novo para representantes de outras organizações. Então, isso ficou muito claro. E agora em janeiro — que dia foi?

A SRA ELIANA RODRIGUES – Entres os dias 20 e 31.

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI –Entre os dias 20 e 31 já está marcada uma outra reunião que virão agora esses índios. A FUNAI prometeu que vai mandar outros também. Devemos receber aqui uns dez índios. Vamos explicar tudo de novo, de como é feito um projeto dessa ordem.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Então, a coleta foi feita, mesmo sem autorização, mesmo depois veio a medida provisória. Enfim, houve alguns problemas aqui, houve alguns problemas, mas, enfim. E as plantas algumas, boa parte delas identificada, outras ainda não. Todas elas depositadas no Instituto de Botânica de São Paulo. E inclusive com a indicação do uso, não?

A SRA. ELIANA RODRIGUES – Isso aí a gente sempre tomou muito cuidado para, nem no rótulo esses dados...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Então, esses dados são exclusivos da Universidade Federal de São Paulo?



A SRA. ELIANA RODRIGUES – Exatamente.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não está em outro lugar, a não ser...

A SRA. ELIANA RODRIGUES – De nenhuma maneira.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Na Universidade Federal de São Paulo?

A SRA. ELIANA RODRIGUES – E mais especificamente em um computador, quer dizer, que tem acesso, professor. Quer dizer, é uma coisa extremamente restrita.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E é bom não dizer muito quais os computadores onde estão essas informações. E algumas substâncias dessas plantas identificadas, já estão sendo estudadas, isoladas, estudadas, não Dr. Carlini?

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Não, não, nem iniciamos essa fase.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não iniciaram?

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Quer dizer, os ramos coletados é uma quantidade muito pequena para tentar fazer qualquer processo seleção, mesmo se fosse possível. Eles foram tratados por álcool que inviabiliza qualquer coisa dessa ordem. E o nosso projeto ele vem de uma colocação científica nossa de 20 anos pelo menos. Nós achamos que não é o momento para tentar obter princípios ativos de plantas, mas, sim, de obter um extrato ativo que pode ter dez, vinte, cem substâncias, comercializar esse extrato ativo. E, com a renda obtida desse extrato, aí, sim, iniciar o lento processo de isolamento de princípios ativos. Deputada, isso é uma coisa interessante, porque, embora as plantas estejam aqui, esse caminho é um caminho que nós devemos seguir. Quem está seguindo esse caminho são as grandes empresas multinacionais. Nos últimos quatro ou cinco anos, nós tivemos acho que uns dez ou quinze fitoterápicos registrados no Brasil com faixa vermelha, venda sob prescrição médica, todas plantas do exterior, plantas estrangeiras, foram desenvolvidas pelos cientistas ingleses, americanos e japoneses. E eles fazem o extrato. Estão ganhando muito bom dinheiro. Com isso eles vão ter uma verba muito boa para desenvolver a pesquisa de isolamento de princípio ativo. E eu para ser muito franco, Deputada, eu também não acredito muito que é a melhor conduta



farmacológica e médica obter o princípio ativo. Eu acho que muitas vezes é imbatível a associação de princípios ativos existentes numa planta. E vamos lembrar a medicina chinesa. A medicina chinesa não é um princípio ativo nem é um extrato de planta. Ela se baseia quase sempre em extrato de várias plantas associadas. Então, eu acho que isso é um ponto de vista hoje muito atrativo financeiro e econômico, porque uma substância obtida quimicamente é apanágio de uma grande indústria que tem química fina etc. Então, entra num outro território econômico que o extrato pode ser produzido bem em países como o Brasil, que ainda não tem uma química fina desenvolvida, e já com muito maior facilidade e rapidez, gastando-se muito menos também. Então, a idéia nossa de início não era desenvolver pesquisa no sentido de obter princípios ativos já desde o início, não é?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E, sim, trabalhar com fitoterápicos? Substâncias?

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – É, íamos trabalhar com fitoterápicos, inclusive...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas esse trabalho de pesquisa, conforme o senhor falou, ele está parado?

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Totalmente parado. Aliás, eu inclusive dei um *deadline* para a FUNAI. Falei: Olha, a partir, se não resolver até do dia 31 de dezembro, esse projeto nós vamos parar. Porque, na realidade, a gente mantém um grupo de seis ou sete pesquisadores, temos animais em laboratórios, biotérios e tal, e ficar com um grupo à espera do que vão resolver, quer dizer, o grupo entra em falência, falência até de produtividade científica. E nós temos no Brasil 55 mil plantas à espera, pelo menos plantas de floresta, à espera de investigação. Então, para um grupo de pesquisa isso não é um programa de ou é isso ou é morte. Olha, nós temos a caatinga toda do Brasil à disposição de quem quiser ir lá; o pantanal, é a segunda planta que nós patenteamos foi uma que veio do pantanal. Então, nós temos o mundo inteiro para trabalhar, não é?. Eu estou esperando porque há um compromisso nosso com os índios. E vou ser franco com a senhora, eu acho que deveria valer na comunidade seria a palavra e não o documento por escrito, porque eu estou aprendendo alguma coisa extremamente importante na minha vida. Quer dizer, é o olho para olho. O índio te olha e fala: “Tá



bom”, e tá bom mesmo. Isso me lembra um pouco a minha geração. Meu pai sempre dizia: *“Meu filho, um fio da minha barba vale mais do que qualquer coisa que eu assino”*, era algo que se fazia antigamente, não é?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – É, Prof. Carlini, mas há índios e índios, por isso é que temos que ir além das palavras...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E há bigodes e bigodes,

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Sr. Presidente, agradeço aos nossos convidados e me dou por satisfeita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Tenho certeza de que a senhora vai fazer outras perguntas antes de terminar. Bom, vou fazer umas perguntas rápidas, inclusive, a primeira explicação, a do Dr. Fernando Schiavini de Castro. A CPI também tem uma verba, como vocês estavam falando, também temos uma verba para administrar. E essa verba é consumida, a nossa é umas das primeiras CPIs que faz isso, vai, faz audiências públicas fora, e o deslocamento é caro. Tanto o índio kraho quanto o Sr. Fernando foram também convocados para estarem aqui, mas a nossa assessoria financeira — que talvez seja bastante severa, porque, afinal de contas, é dinheiro público — argumentou da seguinte maneira: puxa, a CPI está em Brasília, eles estão em Brasília, então, nós os ouviremos em Brasília. Na realidade, foi basicamente por causa disso. Eu queria saber: como funciona...

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – Deputado, desculpe interromper o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pois não.

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – Eu só gostaria de fazer uma colocação sobre essa reunião de Brasília. Esse indigenista que foi chamado representa uma das associações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele vai como indigenista,

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – Não, tudo bem, tudo bem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não vai como...

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – E parece que você tinha comentado que há um outro índio que foi chamado. Nós gostaríamos, se isso



for viável para os senhores, que fossem ouvidas as lideranças de todas as associações, inclusive da que assinou o protocolo com a gente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas deixa só eu lhe falar, é tudo uma questão de...

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – Que não foi chamada para isso, ela não tem conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O caso da CPI, vou deixar bem claro para a doutora, não é resolver o problema nem da universidade, nem dos índios.

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nós não vamos nos... até porque temos só até o dia 31 de janeiro. Então, o que queremos é aproveitar esse caso, pelo menos com as suas indicações, sem conclusões...

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) –certo? Sirva de exemplo, como foi citado aqui, de exemplo de como as coisas no Brasil estão...

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – De como podem os interesses, porque, pelo que me consta, pelo que estou vendo, há um sem-número de interesses envolvidos, numa questão que a princípio é extremamente simples, científica.

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – Não, eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Extremamente simples. Então, é isso que eu estou querendo falar para a senhora, nós vamos escutar, não só sobre esse problema, aí vai ser mais o índio kraho.

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – Certo, certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas é uma questão, nos interessa também essa questão do Roosmalen, não é para prender o Roosmalen,

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É porque é um exemplo também de como...



A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – Não, eu só dei essa sugestão pelo seguinte, o interessante de ouvir as diversas lideranças ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Vamos ouvir, vamos ouvir...

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – ... é que cada uma delas tem um interesse,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – ... o que pudermos.

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – ...uma não quer, a outra quer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Isso.

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – Então, se a intenção é que se crie um modelo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Isso.

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – Vamos ouvir, porque alguns querem, outros não querem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É esse o objetivo.

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – E com isso a gente constrói um modelo mais eficiente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não é só...o Dr. Fernando vai ser ouvido como indigenista, não como interessado no caso específico, porque não vou deixar que isso aconteça. Agora deixe-me falar de minhas perguntas. A partir do momento em que essa universidade, eu sou professor universitário também, só que meu negócio é mais... é um pouquinho mais grosseiro, é cirurgia, então...Nós lá na faculdade, houve um momento em que estávamos estudando a cirurgia, agora até já abandonamos a técnica, mas, como na ciência, na Medicina, e na cirurgia principalmente, há muito modismo, nós sugerimos uma verba para estudar uma cirurgia específica, chamada naquela época vagotonia superseletiva, numa cidadezinha lá de Teresópolis onde moro. Foi uma técnica que avançou bastante, e nós começamos a exportar essa técnica. Mas quem fazia era a faculdade, não nos mandavam descrever a técnica, aquela coisa toda, mas ficava claro, naquele momento, que eu não ganharia nada, como o senhor mesmo colocou, nem eu, nem os outros cirurgiões, por essa técnica, que foi publicada em praticamente em todas as revistas de cirurgia brasileira, — aliás, é um dos títulos



que guardo com mais carinho. Também, foi a única coisa que consegui fazer nessa área. Aí, eu e outro cirurgião — éramos dois cirurgiões. Ficou claro: eu tive que assinar exatamente isso. Nessa questão de ciência, de busca, funciona da mesma maneira. Ou seja, no momento do contrato... porque o senhor faz a proposta da técnica que vai utilizar, metodologia, aquela coisa toda. Bom, fez, isso aqui está pronto. Os resultados, nesse primeiro... que o senhor manda para ser apreciado, deve ter um conselho, um conselho de pesquisa.

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Aqui é a FAPESP, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Fundação, o senhor mandou para ela?

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Para ela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E depois para o Conselho de Ética da Universidade?

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Primeiro para o Conselho de Ética da Universidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Primeiro para o Conselho de Ética da Universidade.

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Evidentemente para o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Perfeito. Há esse compromisso tácito? Investigar patentes de medicamentos é um bom negócio, não só para a faculdade, como para o próprio pesquisador, não é? É um negócio financeiro. Há um negócio que eu considero também muito interessante, que é você ter o nome... porque eu tive essa oportunidade e gostei muito, é o que estou falando, o maior título que tenho é a revistinha lá, onde está escrito, a primeira revista que saiu. É uma das coisas que eu gosto de ver, de vez em quando eu olho.

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – É lógico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas, nesse caso de medicamentos, além dos investimentos periféricos envolvidos, há também — você lida com muita verba, lida com dinheiro público — aquela coisa toda, no caso aí é dinheiro público, mas lida também com o resultado de patentes, que vai ser daqui a 10 anos, eu concordo, 10, 20 anos, mas que também é um bom negócio. O senhor



acha um bom negócio? A primeira pergunta é essa: o senhor acha um bom negócio, para o pesquisador, não para o senhor, para a faculdade, mas é um bom negócio?

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Não, vejamos, depende de como a gente encara como pesquisador o que é um bom negócio, se for para fazer um trabalho científico, estou dando a minha visão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É isso o que eu quero.

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Se for para o pesquisador, o cientista, publicar um bom trabalho, formar um bom cientista para o País, ter o seu nome reconhecido na literatura internacional por ter feito uma contribuição, acho que é um excelente negócio. Do ponto de vista de ganhar dinheiro, eu, por exemplo, durante toda a minha vida profissional, toda ela, eu tive tempo integral e dedicação exclusiva, eu nunca fiz de outra maneira, nunca tive um cliente particular na minha área de trabalho. Então, na verdade, fui uma pessoa — como há vários, muitos outros colegas — que fez uma opção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Deixa eu lhe perguntar, para ficar mais claro: funciona, nesse mercado, como o direito autoral de música, que o baterista que fez ganha um dinheirinho, que o cara... funciona assim, quer dizer, depois de vendido o CD, — tem, doutora, a parte legal, mas preciso saber do ponto de vista do cientista.

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – Do cientista

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Funciona assim? Quer dizer, eu vou fazer um remédio, então, todas as pessoas envolvidas na pesquisa, desde o início até o seu fim, levam depois uma parcela de *royalty*. É assim que funciona?

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Olha, eu vou dizer ao senhor como é que isso funciona.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A visão do pesquisador, depois, a visão legal.

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Eu deixei claro — talvez depois a Dra. Cristina pode acrescentar —, eu deixei claro que não aceito o que a Escola Paulista de Medicina fez, o *royalty*...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor não aceita o quê?



O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Eu não aceito o que a Universidade Federal de São Paulo fez, porque o que acaba ocorrendo é que ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O que ela fez?

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Ela fez o seguinte: no caso dos *royalties*, parte deve ir para o descobridor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Então funciona exatamente como o direito autoral. É assim, doutora?

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – É.

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Mas deixa eu dizer para o senhor qual é o ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, o senhor colocou o que o senhor acha, sua posição, mas é assim que funciona?

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Não, não funciona assim, porque não eu não aceito isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor não aceitou nesse caso, mas é assim que funciona, doutora?

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – Na verdade, o que existe é um decreto presidencial que autoriza as universidades públicas — Decreto nº 2.553 — a repassarem *royalties*...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, sim.

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS –...para seus pesquisadores a título de incentivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, mas é legal, isso é legal.

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – Agora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas é legal, é legal, é assim que acontece.

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – É legal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A pergunta é essa, não é uma questão de legalidade ou ilegalidade, quer dizer, a questão é legal, funciona igualzinho ao direito autoral de...

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – Isso, é isso mesmo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O baterista ganha, o vocal ganha.

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – Claro, é assim que você estimula aquela pessoa a produzir mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Lógico.

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – Agora, depois, o que a pessoa pretende fazer com os *royalties*, é uma iniciativa dela,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Dela, pessoal.

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – ...como no caso do Prof. Carlini,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O professor diz que não.

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS –...ele está abrindo mão nesse caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas a equipe dele poderia receber também, poderia fazer a opção.

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – Poderia

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Lógico, é legal.

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – É uma faculdade deles.

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – É legal, mas não é legítimo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Na sua opinião, e o senhor abriu mão.

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Até mesmo porque, Deputado,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Lógico.

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI –...acho que é importante esclarecer isso, veja: se o pesquisador da universidade começa agora a falar: “*Ah, vou pesquisar isso, porque isso vai me dar um royalty*” e não pesquiso isso, porque isso não dá *royalty*”, ele vai estar dirigindo a pesquisa para um...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Lógico, concordo.

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI –... fim utilitário, que não é o papel da universidade.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Concordo, mas também não acho errado aqueles que querem ganhar dinheiro, também não acho errado.

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Eu também não acho errado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eu, pessoalmente, também não acho errado.

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Eu deveria sair do meu tempo integral de dedicação exclusiva e ganhar muito bom dinheiro, legitimamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Isso, isso, o senhor pega só 4 horas, nas outras 4 o senhor ganha o seu dinheiro. Mas também não acho errado, eu só queria saber se é bom negócio. Quer dizer, a pergunta é: primeiro, como é o negócio, quer dizer, é um negócio em que todo mundo pode ganhar dinheiro nos *royalties*, que demora tempo, também, como o senhor disse, não é? Agora, eu queria saber o seguinte: é bom negócio? Porque também como vamos, olha bem, temos que desmistificar muita coisa. A gente está tentando também desmistificar. Se existem laboratórios multinacionais que brigam, que matam, que mandam, para receber algum tipo de extrato, algum tipo de planta, a princípio, pelo menos eu, como leigo no assunto, sei receitar o remédio, agora, não sei se é bom negócio, se realmente isso aí dá lucro mesmo para valer. E para quem é o bom negócio? Quem é que ganha mais nessa história? É o que descobre, é o que destila, o que pega a substância, ou o que comercializa? Para quem é bom negócio isso, ou é bom negócio para todo mundo? É só uma pergunta de curiosidade.

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Vou dar alguns dados numéricos, então, dependendo da planta que você usa, pode ser um tremendo de um bom negócio. Vou dar um exemplo de uma planta que é muito vendida aqui no Brasil, a Ginkobiloba, uma planta africana, o senhor seguramente deve conhecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eu nunca a receitei porque realmente...

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Mas deve conhecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – ...ela não me convenceu, até agora.

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Bom, essa planta tem um movimento anual que está se aproximando a 1 bilhão de dólares ao ano.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Igual ao Vitasay.

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – No Brasil deve estar vendendo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Igual ao Vitasay, eu já soube disso. Depois que o Pelé disse que era bom, todo mundo... Agora ele começou aquele negócio... O negócio do Pelé foi ótimo. Quero até dizer ao senhor, muito legal. Quando ele estava no Vitasay, estava na vitalidade. Então, puxa, ele ganhou muito. Com aquela coisa do Vitasay ele foi lá em cima. Agora, como ele está fazendo o negócio da impotência, a coisa já não está... com o Vitasay... não funciona (*risos*). Vamos lá, doutor.

O SR. REGINALDO FRACASSO – Gostaria apenas de acrescentar essa questão da divisão. Essa questão vai na linha, ao encontro da questão apresentada, sobre propriedade do patrimônio genético; seria interessante que fosse aprovado, no meu modo de ver, para que isso ficasse no patrimônio nacional, e a exploração fosse dividida depois, mas ficasse resolvida a propriedade. Agora, por que surgiu, por que se procurou legislar, por meio de decreto, acerca dessa questão? Porque o que estava acontecendo era que os órgãos públicos que desenvolviam pesquisas — e os pesquisadores, os órgãos públicos corriam o risco de os pesquisadores abandonarem o serviço público e desenvolverem isso na instância privada, porque no serviço público não havia nenhum incentivo. Foi um meio-termo, conseguimos fazer com que aqueles pesquisadores que não tivessem a filosofia de vida que tem o Prof. Carlini, se mantivessem do serviço público, para que ali, incentivados com a possibilidade inclusive de desenvolver aquela pesquisa e obter um resultado diria até que lucrativo, ao final, se mantivessem naquela instância.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Vai ser lucrativo, num caso desses, específico, para a universidade? E aí eu pergunto para a doutora: essa questão dos direitos autorais, funciona como direito autoral mesmo, na realidade, direito autoral, direito de propriedade, patente, aquela coisa toda? Isso tem suas repartições, fica um pedaço para o ...

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – Isso

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) –... pesquisador e equipe, depois fica outro pedaço para aqueles que vão tentar industrializar, iniciam um processo de industrialização de repente; depois, o de distribuição e venda... bom



comercialização, todo mundo fica com a sua parte, mas, na patente mesmo, só o pesquisador, e a instituição que o manteve, é isso?

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – Não, na patente, você tem duas figuras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim.

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – Uma que se chama titular, e a outra, pesquisador. Na titularidade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Seria, nesse caso, a universidade?

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – Vamos supor, nesse caso, UNIFESP, os índios, a associação indígena, e a FAPESP, que financiou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim.

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – Pesquisadores: Dr. Elisaldo Carlini e sua equipe, Dra. Eliana e todo o mundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Entendi, entendi, então, quando fossem distribuídos os *royalties*, seria para o titular e o pesquisador.

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Seria essa a repartição.

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – É, como é que funciona: no *royalty*, a pessoa que vai comercializar vai passar os *royalties* para a UNIFESP, certo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Certo.

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – A partir do momento em que esses *royalties* entrarem na UNIFESP, eles deixam de ser os 5% praticados no mercado para medicamento e se tornam 100. Então, entrou lá dentro, virou um bolo de 100%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Entrou 100%.

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – Como é dividido isso? Sessenta por cento fica para as despesas gerais da universidade: luz, telefone, água, esse tipo de coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas, por exemplo, o titular ficaria com 60%?



A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – Sessenta por cento; 30% para os pesquisadores e 10% ficam reservados, da forma possível, legalmente cabível, porque você só tem a conta única da União dentro da Universidade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Perfeito.

A SRA. CRISTINA THEODORE ASSIMAKOPOULOS –...para aquele departamento. O departamento precisou de um microscópio, vai lá, liga para o departamento de contabilidade e compras da escola, e diz: “*Estou precisando usar aqueles 10% para comprar um microscópio, porque preciso fazer uma nova pesquisa*”. É assim que funciona.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Entendi. Entendi. Bom, há algumas dúvidas que foram colocadas no início. Não se entende uma universidade fazendo biopirataria. Mas essa peça que foi colocada ali, a gente vê, o cientista tem muita pressa — e o senhor mesmo coloca aí, é bom que tenha, não é? Não pode também deixar que aconteça. Só que, num Estado burocrático como o brasileiro, mas também nos outros, só que a diferença que lá se exige até mais, mas se têm técnicos na ponta, técnicos governamentais que são também em quantidades suficientes e qualidade também bastante boa. Daí a rapidez. Mas nós tivemos a notícia, por exemplo, que para você fazer uma patente de medicamentos nos Estados Unidos, o nível de exigência é dez vezes maior. É dez vezes maior. E a diferença é que... E o tempo envolvido também não é tão diferente assim, segundo as informações colhidas. E a gente coloca a questão da ciência querendo avançar e a burocracia freando, não é freando, mas é a sensação que se tem. Bom, senhores, eu não sei se o Deputado Luisinho tem alguma pergunta.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Sr. Presidente, não. Eu não vou participar das pergunta que eu já cheguei e a exposição já tinha sido feita. Então, não acompanhei desde o início. Eu queria agradecer a presença de todos, gostei da exposição da Deputada Vanessa. V.Exa. fez uma exposição muito boa. Acompanhei bem. Aprendi um pouquinho, não é, descobrimos aí as dificuldades que as universidades estão tendo para fazer pesquisa. Acho que o Dr. Carlini está certo na posição dele, mas nós temos que entender a posição também do Dr. Reginaldo que fala que, se não der dinheiro para o pesquisador, infelizmente, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Vai embora.



O SR. DEPUTADO LUISINHO – Ele vai embora e nós vamos perder esse pesquisador. Tanto que realmente eu sou defensor da participação. E como a Deputada Vanessa disse, tem que buscar uma forma para a gente agilizar mais o processo e que comece a contar o tempo da pesquisa, para o gasto desse dinheiro após a autorização final. Eu acho que isso é uma contribuição que a CPI pode dar para que a gente possa realmente pesquisar na área pública do nosso País e não deixar as áreas privadas invadirem como estão invadindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eu não sei se nós vamos poder resolver, mas podemos indicar, visto que não é uma forma para ser decidida por decreto nem por lei. Gostaria de dizer — depois cada um dos senhores e senhoras podem fazer sua exposição final — que é importante chegarmos a esse meio termo, mas, que, primeiro, os interesses da Nação sejam preservados, os interesses daqueles que, com o conhecimento do tradicional e indígena sejam não preservados, mas vigiados pela sociedade brasileira como um todo. E terceiro, que pare essa sangria efetiva de dinheiro... De dinheiro, quando nós falamos... Hoje em dia, recurso é dinheiro. Hoje em dia, tudo que você tem se resume a dinheiro. Patrimônio genético é um patrimônio... Por isso que é patrimônio, porque envolve dinheiro.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Sr. Presidente, só um detalhe, não é? A doutora falou uma coisa interessante ali. O índio sabe negociar tanto como o homem branco. Então, ele tem que ser vigiado realmente, porque está arriscado chegar outro lá e ele negociar com outro de fora. Se não for vigiado, sai de qualquer jeito, vai haver biopirataria, porque ele funciona sozinho lá onde ele está na área isolada do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O que não podemos também permitir — e dentro do nosso relatório vai ficar bastante claro — é que pesquisadores — não são os casos aqui com certeza — usem estruturas físicas e materiais de universidades para depois ganhar o seu dinheiro. Não é? E isso nós também não vamos permitir. Então, o que nós estamos buscando é agilidade, mas com absoluta segurança... que o nosso patrimônio genético. Eu estou começando a usar uma... Quer dizer, a gente às vezes fica... Eu estou usando uma expressão que, para mim, está sendo muito interessante que eu vou começar... A fronteira



genética de um país. Como é que você define a fronteira genética de um país? Não é? Que pontos são esses? Porque não é a fronteira física. A fronteira genética de um país não pára na sua — como é que vou falar — linha de 12 milhas marítimas. Não pára no espaço aéreo, ela é uma coisa muito mais ampla, muito mais envolvente. Porque nós também não podemos esquecer que o patrimônio genético envolve o ser humano também. Não é? Esse patrimônio genético brasileiro não é só a plantinha, não é só a pedrinha, mas é o ser humano, são os animais. Quer dizer, é um tema absolutamente empolgante e envolvente. Por isso que temos que balizá-lo. Nós entendemos a peça do pesquisador. Mas nós também entendemos a necessidade do povo brasileiro. Às vezes se chocam e nós já vemos na CPI que isso já aconteceu várias vezes. Às vezes há um choque no entrelaço de interesses que são legítimos, tanto de um quanto de outro. Mas também essa preocupação que nós temos que ter com esses exemplos que vem se seguindo. Na reunião de ontem ficou claro, bastante claro, que não é por causa da pressa do cientista, não é por causa da pressa de alguma instituição que o Brasil perderá qualquer tipo de possibilidade de investimento no social e no ser humano. Bom, aproveitando todas as experiências que vocês tiveram — e acho que foram bastante sofridas. Criaram departamentos depois disso. Eu achei muito interessante. Hoje em dia, o mundo é esse, não é, o mundo da especialização. Se é para especializar, vamos fazer... Vamos nos especializar, equipar, comprar ferramentas que não temos ainda. Não é? Que às vezes são incompreensíveis, não vou dizer para nós cientistas, mas vou dizer para o senhor cientista. Quer dizer, temos que ferramentar isso mesmo. Trazer essas ferramentas. E essa colocação que a senhora estava falando das várias universidades dentro dos seus aspectos jurídicos, porque hoje o que pega não é a pesquisa é o jurídico. É a parte jurídica, tanto nacional quanto internacional. É por aí que se pode agir. E eu gostaria muito que os senhores depois enviassem à CPI seu ponto de vista sobre isso. Aproveitando esse exemplo, o ponto de vista que a universidade passou e que as outras universidades também, alguma experiência, que eu acho muito importante para todos nós e para a CPI. Muito obrigado a todos. Se quiserem fazer uso da palavra para suas considerações finais.

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Eu queria, sim, mas só dizer o seguinte, veja, nós vamos ter uma reunião agora para tratar esse caso específico,



não é, da aldeia kraho, agora na segunda quinzena de janeiro. E nós convidamos, eu tomei a iniciativa de convidar a pessoa que foi citada aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A CPI pode mandar um representante? A CPI pode mandar um representante para essa...

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Nós sentiríamos muito honrados com a presença, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Já estamos convidados então. Haverá um representante até aqui de São Paulo mesmo que nós encaminharemos para participar da primeira reunião, pelo menos a primeira, aquela que vai ser a mais brava, a mais... *(Risos.)* Não é?

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Chata. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A primeira a ter um representante da CPI.

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Para esta reunião, eu queria deixar isso bastante enfatizado, nós convidamos então o Fernando para vir. E disse: Olha, Fernando, não é possível que nós tenhamos partes ruins. Você conheça em mim uma parte ruim, eu conheça em você.... Nós temos que ter partes... Vamos unir essas duas partes. Vem para São Paulo. Veja tudo que você tem que ver, para ver se você muda sua opinião. Ele parece que ele aceitou muito bem. Nós não temos nenhum interesse a não ser esse de conseguir fazer essa pesquisa o mais rápido possível, em sendo isso factível, não é? Então, eu queria deixar claro que a nossa idéia parece que vai haver pano morno em cima dessa situação toda e que isso sirva de exemplo. Devemos aproveitar os erros e os acertos para daqui para frente...Quem quiser... Deveria usar mais ou menos e respeitar ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Isso, eu acho isso muito interessante isso como exemplo. Eu estou encarando desde o primeiro momento como exemplo mesmo. Quer dizer, o interesse da CPI não é saber quem está com a razão no caso específico. O interesse da CPI é buscar esse exemplo para tentar corrigir rumos que às vezes podem ter por falta....

A SRA. ELIANA ROGRIGUES – Eu posso dar uma palavrinha?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Lógico, a senhora tem todo direito e nós não perderíamos, de maneira nenhuma, a oportunidade de escutá-la.



A SRA. ELIANA ROGRIGUES – (*Risos.*) Depois eu falo.

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Eu queria agradecer muito inclusive a maneira muito agradável que nós discutimos aqui, externamos nosso ponto de vista. Isso realmente foi muito bom. E inclusive o aprofundamento que vocês fizeram... Isso, para nós, foi muito gratificante. Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nós é que agradecemos. Inclusive o Dr. Carlini tem vários compromissos. Nós estamos o atrasando propositadamente. No início, não foi não. O senhor viu que nós estávamos numa sala, fomos para outra sala. Não foi nossa culpa. Mas depois...

O SR. ELISALDO LUIZ DE A. CARLINI – Depois do almoço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – (*Risos.*) E depois eu não deixei o Dr. Carlini sair daí. Doutora.

A SRA. ELIANA ROGRIGUES – Eu queria agradecer muito a iniciativa de vocês de estarem fazendo essa reunião aqui e também queria — desculpa, se eu estou insistindo nisso — é porque, hoje, às 7h30 da manhã uma liderança de uma das associações me ligou, da principal associação, dizendo que não sabia desta CPI. Eu acho que a importância desta CPI é muito grande. Então, eu acho que... quando vocês forem fazer em Brasília, por favor, passem a data para que a gente possa avisar, para que eles possam...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Trocaremos convites. Nós vamos estar na reunião dos senhores e dos índios e dos seus... e quando tivermos a nossa. Mas isso aí é... Inclusive se não puderem ir, depois nós mandamos as notas taquigráficas. É um compromisso nosso. E se quiserem realmente participar, de repente, a faculdade está sem dinheiro, nós também não estamos bem de dinheiro, não é Manoel? Mas como é que nós estamos... Negócio aí. Também não estamos tão bem assim não, mas de repente conseguimos a passagem. Doutora, suas considerações.

SRA. CRISTIANA THEODORE ASSIMAKOPOULOS – Uma colocação muito rápida, eu gostaria só dizer que o núcleo da propriedade intelectual da UNIFESP está à disposição dos senhores, não só para esse caso, mas para qualquer outra coisa que os senhores precisarem. Eu vou deixar meus contatos com a Deputada Vanessa. Qualquer coisa, por favor, entrem em contato com a gente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Agradecemos muito. Doutor, suas considerações finais.

O SR. REGINALDO FRACASSO – Não, obrigado pelo interesse de vocês por esta questão. A forma como foi tratada demonstra que vocês têm um profundo conhecimento acerca da postura da universidade em toda essa pesquisa. Agradecemos desde já, e nos colocamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Muito obrigado. Faremos então um recesso de dois minutos, já que vamos mudar de tema, até para podermos cumprimentar tão brilhante cientista que está aqui ao nosso lado.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Dando continuidade à Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar o tráfico ilegal de animais e plantas silvestres da fauna e flora brasileiras, convido para tomar assento à Mesa, D. Liana John, jornalista. *(Pausa.)* D. Liana, por favor, sente-se aqui à minha direita. *(Pausa.)* Solicitando aos Deputados que tomem seus assentos. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – D. Liana John, a senhora tem a palavra por vinte minutos para suas exposições iniciais. Ao iniciar, identifique-se ao microfone, por favor.

A SRA. LIANA JOHN – Meu nome é Liana John. Sou jornalista e atualmente editora de *Ciência e Meio Ambiente da Agência Estado*. A minha primeira experiência como jornalista cobrindo tráfico de animais silvestres foi em 93, quando, então, houve uma verificação, uma inspeção do IBAMA-São Paulo ao criatório científico de propriedade do modelo e ator Victor Fasano e Carlos Keller, seu sócio nesse criatório. No criatório, como depois nós publicamos, houve um problema, porque houve uma diferença entre as espécies que estavam listadas, que o criatório tinha autorização do IBAMA para ter, e as espécies que, de fato, estavam no criatório. Então, ele foi interditado. A matéria que eu fiz foi em relação à interdição do IBAMA por essa diferença. Depois, eu acompanhei na área, uma das áreas que seriam de origem de alguns papagaios encontrados no criatório, que é a Baixada Paulista, ali no litoral sul de São Paulo: Cananéia, Iguape, Ilha Comprida. Eu estive lá e conversei com algumas pessoas que teriam fornecido filhotes de papagaio ao próprio Victor Fasano. Também conversei com o Carlos Keller, por telefone, para



que ele desse a sua opinião. Porque eu obtive uma cópia, que está aqui, vou deixar para vocês, de um boletim chamado — deixa eu achar aqui — *Atualidades Ornitológicas...*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Só vou solicitar à Secretaria da CPI que providencie água e café para a senhora. Deputado não precisa disso. A senhora quer café, alguma coisa assim?

A SRA. LIANA JOHN – Não, não, só água está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Só água está bom. Então, providenciem.

A SRA. LIANA JOHN – Eu conversei com que esse Carlos Keller, porque ele tinha publicado alguns anos antes — isso, nós estamos falando de 93, está bem? — , ele tinha publicado em 1987 um artigo falando de visita a parques e criadores, comerciantes de aves na Europa. Ele instruía, nesse boletim — aqui está a cópia, vou deixar com vocês — cujo intertítulo é *Como Trazer as Aves*, então, ele instrui como uma pessoa poderia passar naquela época com alguns tipos de documentos só de inspeção sanitária e etc., como poderia passar pela alfândega trazendo aves, então, na sua bagagem de mão. Ele diz como embalar as aves, quantas aves você traz, enfim, então, toda uma indicação — isso numa coisa publicada. É um boletim de circulação entre criadores, ornitólogos amadores. Então, de qualquer maneira eu conversei com o Carlos Keller e conversei com essas pessoas que teriam fornecido os papagaios ao Victor Fasano. Essa matéria foi publicada no *Estado de S. Paulo*. Eu trouxe aqui, na verdade, o original, porque eu não consegui encontrar a matéria. É muita coisa que a gente publica e eu não tive tempo de ir ao arquivo do *Estadão* para pegar a matéria como foi publicada. Mas eu estou trazendo aqui como estava no meu computador, que era o original que, na verdade, era um pouco maior do que foi publicado, de fato, no jornal, que sempre tem um problema de restrição de espaço. Então, esse é o primeiro caso que eu poderia estar relatando. Estou à disposição para perguntas. Tem aqui também a lista do boletim de ocorrência dessa inspeção do IBAMA e que me foi fornecida pelo pessoal que fez a inspeção com a lista das aves encontradas e algumas anotações feitas pelo pessoal da inspeção. Esse seria um primeiro caso. Depois eu tenho o caso das aranhas, que é do Marc Baumgarten. Ele é alemão e ele teve, já teve um caso anterior, que não fui eu que



cobri para o jornal, mas o jornal foi o nosso correspondente de Belém que cobriu na época. Ele foi preso uma primeira vez em 97, se eu não me engano. Deixa eu ver aqui a data certinha, porque isso não fui eu... É, 97. Em abril de 97 ele foi preso em Belém querendo sair do País com algumas aranhas do tipo que eles chamam de tarântula, que é aquela aranha caranguejeira grande, peluda e tal. Alegou que ele estava levando essas aranhas para estudo e preservação e que ele era um criador científico, um pesquisador e apresentou uma documentação, que possibilitou que ele fosse solto. Posteriormente, se descobriu, porque como ele ficou retido alguns dias aqui no Brasil e acabou não embarcando para a Alemanha naquele dia, ele tinha despachado para ele mesmo, uma caixa contendo mais aranhas. E, como ele não estava no destino, quer dizer, essa caixa voltou. Então, posteriormente, foi feito um segundo inquérito em relação a esses animais que voltaram pelo Correio e acabaram chegando de volta a um destinatário em Belém, e sendo apreendidos. Mas aí, já esse Baumgarten não estava de novo no País. Ele já tinha voltado para a Alemanha. A matéria que eu fiz foi quando ele preso novamente, em Curitiba, e fez a mesma alegação de que... Ele foi preso também com aranhas caranguejeiras e alegou novamente que não..., ele não era comerciante, mas que ele era pesquisador. Apresentou o mesmo tipo de documentação, foi solto, foi liberado pelo juiz. Quando eu fiz a matéria, que eu soube através da RENCTAS, foi uma das informações. Eu também levantei algum material de Internet mostrando que ele estava oferecendo espécies brasileiras à venda. Quer dizer, ele oferece como bicho de estimação. Na verdade, aparentemente, ele leva as matrizes brasileiras para a Alemanha, cria, e os filhotes, então, ele vende para criadores, colecionadores, gente que mantém essas aranhas vivas. Não é um caso de, vamos dizer assim, pesquisa científica ou biopirataria nesse sentido, mas é tráfico mesmo de animais para mascote, vamos dizer. Eu, inclusive, pedi a uma prima minha, que mora na Alemanha, que telefonasse para ele, como se fosse uma pessoa interessada na compra, que ela fez. Na verdade, só teve acesso a uma secretária eletrônica, mas comprovando que, de fato, ele estava, ele está no comércio de aranhas não só brasileiras, mas de várias procedências. De posse desse material eu conversei com o juiz, que autorizou... Na época, eu liguei para o juiz para saber que condição ele estava. Eu sabia que tinha sido preso em Curitiba, conversei por telefone com o juiz



de Curitiba, que disse que já tinha acabado de autorizar a soltura dele, com base no fato de ele ter apresentado uma documentação como pesquisador. E eu perguntei, então, ao juiz se ele não sabia que esse mesmo Baumgarten tinha sido preso em Belém e que tinha um segundo processo por causa dessa caixa, que voltou pelo Correio. O juiz disse que não sabia. Se soubesse, ele não teria solto e que o máximo que ele poderia fazer naquele momento era não liberar as aranhas. Porque até as aranhas que tinham sido apreendidas com o Baumgarten estariam sendo liberadas pelo juiz. Então, ele falou: “Olha, você me manda isso pelo fax que eu vou segurar, pelo menos reter, os animais que foram apreendidos. Então, me parece que há um grande problema, porque a Polícia de Curitiba, a Polícia Ambiental, que prendeu o Baumgarten sabia que ele tinha sido preso anteriormente. No entanto, essa informação não foi repassada à Justiça, me parece assim uma falta de comunicação muito grande. Bom, então isso foi um segundo caso, em 2001. Eu também trouxe a matéria original que eu fiz, que é um pouco maior, que foi a do meu computador, e como ela foi publicada no *Estado de S. Paulo*. Foi em fevereiro de 2001. Um outro caso que eu também cobri, que na verdade foi um pouco marginal a uma outra matéria que estava fazendo, é uma matéria sobre a invasão de parques paulistas por indígenas da nação guarani. Entre outras coisas que a gente tratava, que na verdade a matéria enfocava mais que tipo de impacto, tinha a presença dos índios dentro dos parques, qual era a condição; então, eu de novo fui ao litoral sul de São Paulo, onde tem indígenas guaranis dentro do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, dentro da Estação Ecológica Juréia-Itatins, do Parque Estadual Intervales, de uma fazenda chamada Itaoca, que, na verdade, é uma propriedade particular e que deu origem inclusive à nossa reportagem. Então, conversei tanto com diretores de parques como, em alguns casos, com os índios. Eu estive dentro também do Parque Nacional do Superagüi, que já é dentro do Paraná, conversei com os índios de lá, conversei com o cacique desse grupo que está na Ilha do Cardoso. E, em relação à Estação Ecológica Juréia-Itatins, eu conversei com o diretor da Estação. Esses índios guarani, entre outras coisas, alguns deles é uma coisa assim muito... não é genérico, a gente pode falar que existem grupos dentro da nação que atuam de maneira muito diversificada, alguns são mais bem comportados, como o pessoal que está na Ilha do Cardoso atualmente, mas tem alguns grupos que se prestam a



vender tanto espécimes da fauna coletada ali na Mata Atlântica mesmo, que a maior remanescente nossa de Mata Atlântica é essa entre o Paraná e São Paulo, como orquídeas e bromélias e, em alguns casos, palmitos também, especialmente o grupo que está na Juréia-Itatins, e continua lá na Juréia-Itatins até hoje. Essa matéria foi feita em março de 2001. A situação permanece a mesma; em alguns lugares ela se agravou com a vinda de mais familiares desses índios para dentro das unidades de conservação. Esses índios vendem tanto na beira de estrada como nas feiras – tipo feira mesmo de hortigranjeiros. Eles têm ali uma seção que é de bromélias, orquídeas e, se for encomendado, eles levam para lá os animais. Os animais realmente não ficam expostos, mas eles levam. E a venda é grande, não só de indígenas, mas também de não-índios, mas me parece que cada vez mais esses indígenas atuam como, digamos, laranjas, porque, na verdade, como eles não podem ser presos, então, eles funcionam como os vendedores, são as pessoas que se expõem enquanto, eu acredito, que exista uma organização criminosa de traficantes de animais e plantas por trás, vamos dizer assim, desses índios, que realmente são índios assim bem miseráveis, são pessoas que têm um nível bastante baixo de renda, mas que acredito que eles estão funcionando mesmo como os testas-de-ferro ali, os laranjas. Então, esse é um outro caso. Também vou deixar aqui um material que saiu originalmente na Agência Estado, *on line*, e também a versão que saiu no *Estadão*, que é um pouco menor, sempre por restrição de espaço, etc. Outras matérias são matérias em geral de apreensão de aves ou animais feitas pelo IBAMA/São Paulo, esse tipo de coisa que são coisas de cobertura normal. Acho que o tipo de informação vocês podem ter melhor com o próprio IBAMA, que é quem faz as apreensões, mas de qualquer maneira eu trouxe esses materiais para, enfim, se isso tiver algum subsídio, alguma informação que valha a pena, os senhores poderão aproveitar. Tem uma outra que trouxe aqui também: são acidentes, na verdade a gente fez um levantamento junto ao pessoal que trabalha com peixes, são peixes exóticos, mas é um peixe venenoso que está aparecendo com maior frequência no litoral dos Estados Unidos e também no litoral brasileiro. Aí é um outro lado, vamos dizer assim, do tráfico, que muitas vezes quando se sabe, quer dizer, a pessoa que é um colecionador que tem um animal ilegal, quando sabe que vai haver uma *blitz*, vai haver uma inspeção, eles soltam na



natureza. Então, tanto o animal exótico como o animal nativo, mas de outra região, solto na natureza dessa forma causa impactos na população de animais residentes. Então, isso é muito comum, a gente tem vários casos de jacaré que apareceram aqui no Tietê, vários casos de aves que foram soltas na Serra do Japi e vários lugares desse tipo, e também esse caso, que é um problema, porque é um peixe venenoso, que ameaça mergulhadores, que se o mergulhador entrar em contato ele pode ser envenenado mesmo, quer dizer, sofrer um acidente, um peixe, sendo que é fruto, vamos dizer assim, de uma outra fase do tráfico, que é o medo de ser fiscalizada, então, a pessoa solta de forma inadequada na natureza. Enfim, e depois eu trouxe alguns artigos, que são mais de opinião, sobre o tráfico. Também fiz uma matéria à distância, porque não pude ir a Manaus, sobre o caso Roosmalen, que já foi citado aqui, entrevistando tanto ele como algumas pessoas do IBAMA que atuaram no caso. Mas isso realmente foi uma coisa mais à distância, então, a gente fica com uma certa dificuldade para responder, mas de qualquer maneira eu posso responder o que eu sei. Acho que é mais ou menos isso. Eu estou aqui à disposição para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Muito obrigado, D. Liana. Inicialmente as perguntas do Deputado Luisinho, que vai ser o nosso Relator.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – O Sr. Presidente quer fazer revezamento de qualquer jeito. Bem, Dra. Eliana, a senhora falou sobre alguns casos de apreensão em criadouros, de alguma irregularidade encontrada e não citou, até porque deve estar completo na matéria todo esse tipo de irregularidade que foi encontrada. Mas a senhora poderia citar algum tipo de irregularidade que foi encontrada no caso lá do Victor Fasano. Que tipo de irregularidade foi encontrada verdadeiramente lá no criadouro dele?

A SRA. LIANA JOHN – Então, a história do Fasano é a seguinte: como todo criador científico, ele tinha que ter uma lista, ele tem uma lista de aves que estavam legalmente no criadouro, certo? Então, ele tem essa lista lá por espécies e tal, tanto do número de espécies como do número de animais de cada espécie. Quer dizer, em havendo, por exemplo, morte de um animal desses, ou ele troca... Isso é legal. Um criador científico pode trocar uma matriz com outro criador, visando à reprodução em cativeiro. Ele também pode, em alguns casos, comercializar aves



exóticas. Enfim, existe uma série de regras, mas tudo isso tem que ser monitorado, quer dizer, ele tem que registrar. Houve uma morte? Ele tem que registrar: tal ave assim assim morreu. Está aqui, ele tem que inclusive guardar o corpo...

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Congelado...

A SRA. LIANA JOHN – ... para depois, se houver uma inspeção do IBAMA, ele... O que aconteceu foi que foi feita uma inspeção do IBAMA ao criadouro científico e a lista de aves que deveria estar lá não batia com a lista de aves que efetivamente foram encontradas no criadouro. Então, havia, por exemplo, mais papagaios desse tipo, é o papagaio de cara roxa, de Cananéia. Ele deveria ter, agora não lembro mais, eu vou olhar aqui na matéria, mas ele deveria ter dois e tinha oito, era uma coisa assim, entendeu?, evidenciando inclusive...esses animais que foram encontrados lá eram filhotes, essa é uma espécie que não se reproduz em cativeiro, então, se ele tinha filhotes é porque esses filhotes tinham vindo da natureza, tinham sido coletados em ninhos na área de ocorrência.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – E naquele momento o IBAMA deu esse flagrante, pegou, constatou? Que tipo de punição sofreu esse criadouro ou o Victor Fasano mesmo?

A SRA. LIANA JOHN – Eles foram interditados.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Foi só interditado?

A SRA. LIANA JOHN – Houve uma...inclusive a matéria fala disso, quer dizer, eles estavam respondendo inquérito na polícia por porte ilegal de aves e primatas ameaçados de extinção e eles foram julgados com base nessa inspeção e, como houve flagrante, houve um inquérito, o IBAMA instaurou uma ação administrativa por irregularidade na manutenção do criadouro e, concluída em dezembro de 1993, a ação resultou na cassação da licença dos dois. Depois isso foi novamente julgado, mas aí eu já não acompanhei, como jornalista, a cobertura. Eu acompanhei a cobertura desse caso.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Não, porque continua existindo o criadouro.

A SRA. LIANA JOHN – Continua existindo.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Continua existindo o criadouro, apesar de ter sido tirado .. a interdição, interditado...

A SRA. LIANA JOHN – Ele foi interditado por um tempo, foi...



O SR. DEPUTADO LUISINHO – Continua da mesma maneira.

A SRA. LIANA JOHN – Eu não sei te dizer se é da mesma maneira...

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Não, não. Digo o seguinte: o funcionamento, não digo com a regularidade, mas continua funcionando apesar de ele ter sido flagrado com a irregularidade.

A SRA. LIANA JOHN – Continua funcionando. Que eu saiba continua funcionando.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Que o que deveria ser, acredito eu, impedido que ele mantivesse criadouro.

A SRA. LIANA JOHN – Não sei, se ele regularizou, aí eu não sei realmente, porque a gente acaba acompanhando só algumas fases. Então, acompanhei essa fase que foi a da inspeção. É por ela que eu posso falar.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Então, depois, mas as informações que nós temos hoje, a senhora deve ter a mesma informação de que ele continua funcionando, criando da mesma maneira, existindo da mesma maneira.

A SRA. LIANA JOHN – Continua a existir.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – A senhora falou também sobre esse Carlos Keller que ele tem um manual para tráfico de animais, eu não sei bem...

A SRA. LIANA JOHN – Não, é assim, ele publicou, existe um boletim da associação de Ornitólogos Amadores, que circula entre os criadores mesmo. Um boletim de circulação restrita, que só entre os membros de... enfim, que gostam de criar aves e tal. Então, neste boletim, que seria uma publicação, vamos dizer assim, de circulação restrita, ele publicou uma matéria sobre a visita a criadouros da Europa e nessa matéria ele tem, entendo, um artigo. Ele tem um trecho onde ele explica como trazer aves e passar pela alfândega. Isso nós estamos falando de 1987, quer dizer, nós temos que ver aí que tipo de legislação, mas claramente ele fala em burlar a vigilância, porque ele fala em como passar pela alfândega sem toda a documentação necessária.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – É o manual do tráfico realmente, ele ensina como trazer o animal ilegalmente para o País...

A SRA. LIANA JOHN – Ele ensina como trazer o animal de forma ilegal. É isso.



O SR. DEPUTADO LUISINHO – Outra, a senhora citou também sobre pessoas de organização criminosa por trás dos índios, no caso...

A SRA. LIANA JOHN – É, isso é uma suposição.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – No caso, é uma suposição. A senhora não tem provas disso.

A SRA. LIANA JOHN – Não. Não tenho provas.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – A senhora com esse tempo todo, com essa investigação, com essa participação, a senhora já sofreu algum tipo de ameaça por parte dessas pessoas por publicar esse tipo de matéria, denunciando, verificando, acompanhando esse tipo de tráfico?

A SRA. LIANA JOHN – É, eu não posso descrever exatamente como ameaça, mas eu sofri pressão, sim. Pressão assim de telefonemas, de gente querendo impedir que saísse matéria, de ligarem para editores e pedir que não fosse publicado. Esse tipo de coisa houve sim, especialmente no caso Fasano.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Mas com identificação, sem identificação?

A SRA. LIANA JOHN – Eu pessoalmente recebi vários telefonemas desse Carlos Keller. Ele ligou na minha casa várias vezes, não como uma ameaça assim declarada, mas como uma forma de pressão. E soube que ligaram também para a edição do jornal, mas que o jornal decidiu publicar de qualquer maneira, tanto que foi publicado.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – A senhora continua fazendo esse mesmo tipo de trabalho até o dia de hoje.

A SRA. LIANA JOHN – Há vinte anos eu escrevo sobre meio ambiente. Agora, a cobertura nossa é muito ampla, entendeu? Então, a gente, da mesma maneira que cobre o tráfico de animais, tem outros muitos assuntos, mogno, enfim, a área é muito ampla, não é? Então...

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Os próprios criadouros, quando as coisas dão certo, aquela coisa também é coberto, inclusive já li uma vez sobre um criadouro aqui no Estado de São Paulo que reproduziu uma espécie rara, foi a senhora até que escreveu, acho.

A SRA. LIANA JOHN – E o caso da ararinha azul, que é um criadouro de Recife, que trouxeram então algumas aves do exterior para ver se... que é um



criadouro que realmente é sério, que faz. Então, a gente faz tanto o lado positivo como o lado negativo.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – E a senhora que vem vivendo há tanto tempo, como uma contribuição para a nossa CPI, para o nosso trabalho, quais seriam as idéias que a senhora daria para que a gente pudesse não terminar com isso, acabar com o tráfico... Acho que não seria uma coisa, que seria o desejo, mas não seria possível, mas amenizar esse tipo de comércio ilegal de aves, de fauna e flora no nosso País?

A SRA. LIANA JOHN – Eu acho que como a gente inclusive já publicou algumas matérias até recentemente sobre esse criadouro que funciona, realmente eu acho que é muito mal organizada, vamos dizer assim, a parte de licenciamento de mascotes, porque é uma coisa assim da população brasileira, quer dizer, existe mesmo, as pessoas criam em casa. Hoje é ilegal você criar a fauna brasileira, algumas coisas são liberadas. Agora recentemente até liberaram jabutis. A gente fez também a matéria no IBAMA e tal. Eu acho que precisaria haver uma legalização desses criadouros e legalização da comercialização. Desde que seja criado em cativeiro, não há problema em se ter um mascote. O que acontece é que a proibição pura e simples, ela leva ao tráfico, porque as pessoas continuam querendo ter aquele animal em casa. Foi feito recentemente em levantamento em Manaus, e não sei quantos por cento das residências — o IBAMA tem esse dado aí —, mas era um número assim absurdo de residências em Manaus que tinham o gato maracajá, que tinha algum tipo de felino brasileiro, desses pequenos, em casa. Quer dizer, é uma coisa. Macaco, vai ver quantas pessoas na Amazônia tem um macaco em casa. Todas elas estão ilegais. Todas. Agora, se você tivesse uma produção em cativeiro, sagui, coisas que são simples, que se reproduzem em cativeiro, os zoológicos estão aí abarrotados de onças, que não sabem mais o que fazer com as onças. Eu acho que se regularizasse, se houvesse um comércio legal, você diminuiria o tráfico. Acabar não vai mesmo, mas eu acho que diminuiria. É muito mal feito. Assim, a burocracia para você fazer uma autorização ainda é pesada demais. Então, procurar um meio legal é muito, muito mais difícil do que procurar o meio ilegal.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Não sei se a senhora concorda comigo que a questão da burocracia acaba gerando ilegalidade e corrupção.



A SRA. LIANA JOHN – Exatamente.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Que infelizmente o que nós temos encontrado em toda a nossa CPI é muita corrupção em todos os sentidos nessa área. Então, acho que cada vez mais que está burocrático, você facilita para que alguns funcionários...

A SRA. LIANA JOHN – Hoje em dia tem uns meios tão interessantes tecnológicos aí, você põe um *chip* dentro do animal, você sabe se ele é legal ou... por exemplo, a questão da anilha. A anilha é fácil de tirar, quer dizer, fácil, pode ser que machuque até o bicho e tal, mas a anilha pode ser retirada de um pássaro. Um brinco, que era o que eles usavam em alguns tipos de mamíferos, que põe na orelha porque não prejudica tanto o animal. Também se pode recortar aquilo. Agora, um *chip* não. Um *chip* então ali você precisa de uma leitora, de uma coisa, quer dizer, você não vai extrair aquilo do animal e você pode saber com um *chip*, passa em uma máquina e sabe se ele é legal ou não é legal.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – É, nós temos encontrado. Nós já falamos sobre o *chip*, sobre a anilha, a gente sempre encontra alguém que diz que tem um jeitinho, não é, Presidente, de resolver. A verdade é que eles estão acho que mais especializados que nós esperávamos. Nessa CPI nós descobrimos que a especialização das pessoas ligadas a essa área aumentou muito. Já falam até que o *chip* já tem um jeitinho, a anilha tem outro, o outro corta a anilha. É muito difícil.

A SRA. LIANA JOHN – Bom, aí eu não sei. Isso eu não conheço.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Nós não conhecemos ainda uma maneira, mas nós tentamos buscar, acho que a colaboração da senhora é importante, mas tentamos buscar uma forma de realmente regulamentar, quem cria legalmente acho que deve ter toda a consideração do Governo, com todo o apoio do Governo e acabar com a ilegalidade no País, porque, como nós sempre ouvimos aqui, todo mundo quer ter uma avezinha dentro de casa e vai comprar de alguém. Então, vai comprar do índio, vai comprar do mateiro, vai comprar do caçador, vai comprar do ilegal. Então, nós estamos buscando realmente. Então, a colaboração que eu queria ouvir da senhora aqui, e se a senhora puder nos ajudar mais ainda no futuro com suas idéias para que a gente possa dar ajuda à legislação futura para que a gente possa regularizar esse tipo de mercado no Brasil e acabar com a pouca vergonha



que hoje impera em todas as fronteiras. O nosso Presidente flagrou em vários casos já, porque tem viajado muito mais que a gente, e provando que realmente a coisa é muito lucrativa e está em uma proporção gigantesca dentro do nosso País. Precisamos tomar uma atitude de imediato. Então, acho que a nossa CPI vai poder participar com isso, vai poder colaborar com isso com a ajuda de todos aqueles — de pessoas como a senhora — que vem colaborando e ajudando, e que conhece um pouquinho dessa área. Então, Presidente, estou satisfeito e passo a palavra para a Deputada Vanessa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Deputada Vanessa Grazziotin.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Viu como é ótimo fazer um revezamento, as perguntas que eu havia anotado, o Deputado fez todas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Duvido, Deputada, a senhora sempre achará um aspecto do mesmo assunto que tenha importância também.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas vou apenas complementar. Sra. Liana, ouvi a respeito do caso do Sr. Victor Fasano, o sócio dele é esse Sr. Carlos Keller?

A SRA. LIANA JOHN – Isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E a senhora não tem conhecimento que sido aberto há época algum processo contra eles?

A SRA. LIANA JOHN – Suponho que sim, porque se eles abriram inquérito na Polícia Federal, acho que sim, mas eu realmente não acompanhei, porque a gente acaba fazendo uma coisa hoje e outro dia já está fazendo outra coisa.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Inclusive em relação a esse boletim, que ensina como...

A SRA. LIANA JOHN – Em relação a esse boletim. Isso era parte que constava do inquérito.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Perfeito. o Presidente já tem conhecimento de que parece que foi aberto algum processo, porque nós estamos chegando à conclusão também de que não há uma tipificação na legislação penal brasileira relativa à biopirataria. O que há é a legislação contra crimes contra o meio ambiente. E são crimes afiançáveis. E também tem de mudar esse relacionamento e



esse tratamento. A CPI vai, certamente, em seu relatório propor uma série de mudanças na legislação, de forma a não permitir que isso... O caso do alemão é um caso típico. Baumgarten, que foi preso com as aranhas., me recordei perfeitamente do caso, e paga qualquer fiança...

A SRA. LIANA JOHN – Mas nem pagou fiança. Ele foi liberado com um documento provando que ele era pesquisador. Até, se não me falha a memória, na conversa que tive com o Juiz, é um documento em alemão, quer dizer, não é um documento do IBAMA, não é um documento de coleta ilegal...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Na verdade, o juiz foi muito bonzinho com ele.

A SRA. LIANA JOHN – Porque, na verdade, há um desconhecimento da Justiça...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Porque não basta ser pesquisador para sair com o material do País.

A SRA. LIANA JOHN – Exatamente.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Teria de ter uma autorização do CNPQ, enfim.

A SRA. LIANA JOHN – Até para ele entrar como pesquisador no País, ele teria uma documentação do País e não da Alemanha.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – A senhora já deu algumas opiniões que eu considero também importantes, devido a experiência que tem em cobrir matérias relativas ao meio ambiente. Obviamente, que cobre também problemas relativos ao tráfico de animais, à biopirataria. Nesse tempo em que a senhora atua, como poderia caracterizar? Já caracterizou o problema da legislação, a burocracia, as dificuldades para se legalizar aquilo que é correto, mas quanto aos órgãos ambientais? Nós temos o IBAMA, alguns órgãos ambientais estaduais, algumas polícias ambientais florestais, em alguns Estados, em outros não, como a senhora caracteriza essas estruturas? Elas são... o IBAMA, por exemplo, é suficiente ou a senhora acha que também há muito desvio e muito comprometimento, envolvimento em corrupção por parte de determinados agentes do IBAMA? Quais seriam as maiores dificuldades que esses órgãos ambientais atravessam durante esses anos todos?



A SRA. LIANA JOHN – Eu acho que como em todos os órgãos de fiscalização, não precisa ser ambiental, mas em qualquer órgão de fiscalização acaba tendo corrupção. Isso no Brasil é uma coisa meio, infelizmente, institucionalizada. O IBAMA não foge à regra. Na verdade, ele tem, digamos, bolsões do bem e bolsões corruptos. E eu acho que houve um esforço, acredito que desde de 1999, bastante na administração do Casara, um esforço de sanar essa corrupção. Eu acredito que continua havendo um esforço até de fazer núcleos de pesquisa, que trabalhe um pouco mais com prevenção e um pouco menos, não menos, mas fazer a prevenção, porque até hoje a grande dificuldade de quase todo órgão fiscalizador, é trabalhar apagando incêndio, é sempre trabalhar no déficit. Na coisa assim, você já vai, quando já aconteceu, quer dizer, quando você tira um filhote de papagaio da natureza, tem aquela proporção: dez, nove morrem, um chega ao destino. Então, o mal já está feito, o impacto já está feito. Com o quê você tem de trabalhar? Isso também uma atribuição do órgão ambiental, quer dizer, não é só com a fiscalização depois do fato já ocorrido. Você tem de trabalhar com a situação. Por que esses animais estão sendo retirados? Quem é que está lucrando com isso? Entendeu? Trabalhar com as comunidades que estão retirando, porque as pessoas que estão retirando são as pessoas que moram ali do lado. São comunidades de baixíssima renda, que para eles... Eu lembro que, na época, eu perguntei a essas pessoas que me deram informação lá em Cananéia e Ilha Comprida por quanto eles vendiam um filhote de papagaio. E era uma proporção assim... eu não me lembro mas qual era a moeda em 1993, mas vamos supor que trinta reais era o valor que ele vendia o papagaio; no exterior, iria valer 3 mil dólares. Então a proporção, quer dizer, o que essa comunidade está tendo é uma alternativa de renda, mas uma alternativa de renda baixíssima. Então, se houvesse a possibilidade de fazer um desenvolvimento sustentável, uma coisa que eles, de repente, fizessem ali um criatório em área natural, entendeu, cercando uma parte ou melhorasse a condição, quer dizer, o manejo. Às vezes, tem população de fauna que permite o manejo, que permite que você tire animais da própria natureza, fazendo manejo assim como, na atual condição de Ilha Comprida, você tem muito poucos ninhos de papagaio-de-cara-6roxa, porque o papagaio-de-cara-roxa põe ovos em ninhos dentro de oco de árvore. Isso até é objeto do bosque que eu



coloquei. Tem a referência aqui de algumas pessoas que fizeram estudos com esse tipo de papagaio. Quer dizer, ele tem uma certa árvore, tem o oco da árvore, e ele bota o ovo ali. Como essa árvore é também cortada, desmatamento seletivo, para aproveitamento da madeira, você passa a não ter mais, em condição natural, árvores com oco. Tem de ser árvores velhas que tenham um oco. É certo? Então, quantidade de ninhos de papagaios que existe lá é muito baixa. Se você fizer um manejo e aumentar os ninhos, puser ninhos, artificiais mesmo, para os papagaios, você pode aumentar a população e fazer uma coleta num nível que não seja danoso. E aí funcionar no comércio legalizado. Com certeza essa comunidade que hoje tira os papagaios e corre o risco de ser presa porque os únicos presos em geral são, vamos dizer assim, os pé-de-chinelo, o pessoal que está lá coletando, esses são presos — esses ficam presos porque não têm advogado, não têm dinheiro para fiança, nada disso — então, essa população passaria a não correr o risco e ter algum tipo de renda, fazendo a mesma coisa, só que aí fazendo um manejo racional, uma coisa estabelecida, com regras: pode tirar tantos. Com a planta a mesma coisa: vai numa feira dessa, de Peruíbe, que é toda quinta e todo domingo. Talvez a CPI até possa fazer uma visita lá, quer dizer, é uma quantidade de bromélias e orquídeas retiradas da mata, evidentemente retiradas da mata, ali disponível. Quer dizer, tem fiscalização lá? Se esses comerciantes não tivessem tanta certeza de impunidade, será que eles estariam lá? Eu acho que não. E se eles pudessem criar? Bromélia é a coisa mais fácil de cultivar. Por que não cria ali viveiros de bromélias das espécies de lá mesmo? Na condição de lá, que vão se reproduzir muito bem. É super fácil de fazer. Orquídea é mais complicada, mas bromélia... Bom, não seria uma alternativa? E aí essas pessoas que estão lá, porque não têm alternativa de renda, não teriam uma coisa dentro de, vamos dizer assim, de um desenvolvimento sustentável, de um planejamento? Só que aí precisa desburocratizar, porque realmente fazer manejo, fazer uma coisa autorizada, hoje em dia, é uma coisa assim de ficar louco. As pessoas que querem fazer legalmente acabam sendo penalizadas e os que fazem ilegalmente, não: têm certeza da impunidade. É uma situação muito confortável para o tráfico.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Sra. Liana, não sei acho que foi a senhora, a gente conversando, antes do início da sessão, a senhora falava a



respeito de tráfico de madeiras, de mogno. A senhora cobriu ou acompanhou algum caso que envolveu a madeira da Gethal? Eu vou fazer duas perguntas, logo de uma vez, para encerrar minha parte, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Por acaso, a Gethal não é na Amazônia, não?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – A Gethal é na Amazônia. É uma grande indústria de madeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado) – Poxa! Que surpresa. (Risos.)

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Eu só falo de coisas do Amazonas. A senhora cobriu algum caso relativo à Gethal, inclusive, processos?

A SRA. LIANA JOHN – Eu estive na Gethal. Eu visitei, uma época que eu fui fazer uma matéria sobre a Mil Madeiras que é em Itaqui também. Fiz uma visita à Gethal. Na época, eles não eram certificados ainda pelo FC. Depois, fiz algumas matérias relativas à certificação, mas aí já à distância. A única visita mesmo que fiz a eles foi numa época em que ainda não eram certificados. Na verdade, eles tinham vários planos de manejo. Compravam muito de terceiros. Era um esquema antigo. Aquele esquema conhecido de terceirização e você nunca sabe quem é o terceiro que está vendendo, aquele tipo de coisa assim. Então, é uma empresa que trabalhou muitos anos nesse sentido e que, depois, então, teria aderido a uma produção mais controlada e certificada. Recentemente, não tenho informações de reportagens.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E sobre o Sr. Roosmalen? A senhora disse que fez uma entrevista com ele à distância, falou com ele ao telefone. Importante que a senhora desse...Ontem, passamos o dia com o Dr. Roosmalen. Fizemos vários questionamentos, alguns fatos novos ele mesmo colocou. Enfim, temos um exemplo típico de um pesquisador que atua legalmente dentro de uma instituição de pesquisa, entretanto, atua sem qualquer tipo de controle, desenvolvendo pesquisas paralelas com financiamentos estrangeiros. Qual a impressão que a senhora teve conversando com ele? Somente isso, Sr. Presidente, já lhe agradeço.



A SRA. LIANA JOHN – Eu estive com Roosmalen algumas vezes. Inclusive, no *workshop* de 90, fiz uma visita a uma área que ele tinha na época, onde eles... A área ficava próxima, exatamente eu não sei, mas era bem próximo de Manaus.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Lembra se era na região do Tarumã?

A SRA. LIANA JOHN – Falando francamente, eu não lembro, porque é tanto lugar que a gente vai que eu não sei.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas próximo a Manaus, no sentido...

A SRA. LIANA JOHN – Era uma área onde ele estava colocando os macacos apreendidos pelo IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eco parque? Não?

A SRA. LIANA JOHN – Eu não me lembro se tinha esse nome...Na verdade, não tinha aberto ainda para visitação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Tinha vários tipos de animais?

A SRA. LIANA JOHN – Tinha vários animais apreendidos e aí então ele era... Como chama isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Curador.

A SRA. LIANA JOHN – O fiel depositário. Ele era o fiel depositário. Foi o primeiro contato pessoal que tive com ele. Depois, falei com ele algumas vezes. Falei com ele recentemente quando houve o anúncio das duas espécies que foram nomeadas com o nome do desenhista e do príncipe lá, que aliás é uma coisa muito comum fazer uma homenagem a pessoas que tenham algum relacionamento com essa área de descoberta de novas espécies. Isso já aconteceu. A gente pode ver até. Tem muitas espécies brasileiras que são nomeadas segundo o pesquisador, ou segundo, sei lá, o Villas Bôas ou alguém que tenha alguma relação com aquela espécie ou com o local onde ela vive. E conversei com ele, troquei vários *e-mails* com ele, quando houve esse problema da apreensão dos animais. Ele é uma pessoa bastante confusa, polêmico: tem muitos inimigos e muitos amigos; poucos amigos e muitos inimigos — não é verdade? — tanto na área legal quanto na área de pesquisa, e eu conversei, conversas pessoais aí de bastidores, que eu não usei



em matérias com algumas pessoas que tanto são amigas dele como são inimigas dele, na área de pesquisa, não inimiga de guerra, vamos dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Inveja.

A SRA. LIANA JOHN – É essas coisas de inveja. Eu não tenho opinião definitiva sobre ele, mas eu não acredito que ele seja traficante propriamente dito. Eu acho que ele tem grandes dificuldades com licenciamento das atividades dele. Ele agiu de forma ilegal, pelo fato de estar coletando sem ter licença, mas eu não consegui encontrar nenhuma prova de tráfico ou uma suspeita de tráfico. Tanto os amigos quanto os inimigos dele, disseram que ele é uma pessoa confusa, enfim, tem mil problemas, personalidade difícil, essa história de guardar os animais tudo na casa dele é um absurdo. Mas isso tudo é em relação ao licenciamento. Tráfico, não. Não tenho nenhuma prova. A minha opinião, pelo que eu sei, pelo que eu pude observar, isso eu sempre falo, é a distância, eu não fui lá, que para nós faz uma grande diferença, a impressão que eu tenho é que não é traficante.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E com os filhos dele a senhora chegou a ter algum contato?

A SRA. LIANA JOHN – Não. Não conheço.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Nenhum dos filhos dele?

A SRA. LIANA JOHN – Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Inclusive o que faz, que fazia...

A SRA. LIANA JOHN – É, tem um que trabalha com ele...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Porque ele fugiu dos Estados Unidos, estava já no final do doutorado de mapeamento de DNA de macacos barrigudos. Agora, estudos feitos nos Estados Unidos, na Universidade de Columbia. Depois, dessas notícias, segundo o próprio Dr. Roosmalen, o filho dele fugiu para Holanda.

A SRA. LIANA JOHN – Como eu falei, como jornalista, eu teria de ter ido a Manaus. Para nós, também conta muito olhar na cara da pessoa, olhar no olho, e falar, bom, porque aí você pode inferir se a pessoa está mentindo ou não está mentindo. Isso é muito difícil de ver no telefone: você não tem a visão da pessoa. Tem toda uma parte psicológica na reportagem que também conta muito. Então, eu



não posso dar uma opinião nesse sentido pelo fato de não ter ido a Manaus conversar com ele pessoalmente, nem participei de... às vezes, a gente até participa de *blitz*, vai junto com o IBAMA, mas eu não participei disso. Não posso dar essa opinião.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Peço desculpas ao Presidente por estar insistindo. Toda vez eu digo que encerrei, mas é a última pergunta mesmo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eu não vou acreditar mesmo. Então, está tudo certo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – É sobre as atividades daquela ONG americana, *Conservation International*. A senhora teria algumas informações? O que a senhora pensa sobre as atividades deles? Sobre o projeto deles?

A SRA. LIANA JOHN – Tenho bastante contacto com a *Conservation International*, considero eles uma fonte minha, quer dizer, como é de vários jornalistas dessa área. Estive já diversas vezes na sede da *Conservation International* em Washington. Estive com o Russel Mittermeier. É uma das pessoas com quem conversei longamente sobre o Roosmalen. Enfim, eles são uma fonte mesmo tanto das pesquisas que fazem na Amazônia como no Pantanal. Eles têm muitas coisas. Eu acho que eles são uma ONG de bastante credibilidade e têm feito coisas no Brasil, que o Brasil, vamos dizer assim, deve mesmo algumas coisas à *Conservation*. Eles têm levantamentos de dados, assim: quantas espécies têm, onde é que estão essas espécies, quer dizer, coisas que são importantes para a conservação e nas quais têm se baseado algumas unidades de conservação. Um dos casos é o Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque que foi decretado agora, este ano, e que parte das informações veio do WWF e parte das informações da *Conservation International*. Então, é extremamente importante que se saiba dados. A gente ainda não tem ONGs no Brasil, exclusivamente brasileiras, que tenham uma capacidade de levantar dados importantes que possam... nos quais o IBAMA possa se basear para decretar mesmo unidade de conservação. E a *Conservation* tem essa capacidade de levantar informações que são importantes. Então, eu considero, enfim, pessoas de bastante credibilidade.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eu não acreditei mesmo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Nós também fomos informados ontem, Sra. Liana, que houve, parece, que uma dissidência dentro da *Conservation* e não recordo, talvez até o pessoal da Taquigrafia possa nos socorrer, e que essa dissidência de um dos dirigentes da *Conservation* teria fundado uma outra organização não-governamental, acho que é a *Amazon Conservation Team*, alguma coisa assim,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É exatamente isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – ... que atua no Parque do Tumucumaque. Atua muito. Inclusive, um dos filhos do Dr. Roosmalen trabalha lá, mas não atua exatamente na mesma linha da *Conservation*. Ela trabalha mais com índios, tradições indígenas, plantas medicinais. A senhora tem conhecimento dessa outra organização não-governamental e da atuação dela?

A SRA. LIANA JOHN – Não. Desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Espantado, porque só foram três vezes que a Deputada Vanessa falou que era a última. A média normalmente situa-se entre seis e sete. Dona Liana, a sua formação é de bióloga, ecóloga ou a senhora é jornalista mesmo?

A SRA. LIANA JOHN – Jornalista mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Como é que a senhora chegou no meio ambiente? Empatia?

A SRA. LIANA JOHN – Eu costumo creditar essa opção ao meu avô que era uma pessoa muito ligada ao meio ambiente. Isso é uma coisa de criação. E, há vinte anos... eu sou jornalista desde 1977 — tenho pouco tempo aí — e especializada em meio ambiente desde 1983. Está completando vinte anos agora no próximo ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Na realidade, a senhora tem realmente uma visão bastante interessante e ofereceu algumas soluções ou pelo menos indicações de soluções ou de possibilidades. Desde o início da CPI, a gente vem dizendo o seguinte: se o tráfico ilegal ficar tão caro que o comércio legal valha a pena, está resolvido o problema. Não é só dos animais, mas da madeira e por aí afora. O objetivo número um, para regularizar esse mercado, é transformar o tráfico numa coisa cara. É um dos caminhos, não é? É mais fácil, inclusive, pela pouca



mobilidade, pouco investimento tecnológico que os nossos órgãos... Por exemplo, eu vou citar um dado pra senhora: o IBAMA tem hoje 174 funções. O IBAMA tem hoje 174 funções. E, depois do Dr. Rômulo, cada presidente que entra vem colocando algumas funções...

A SRA. LIANA JOHN – Funções a mais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Dr. Casara colocou vinte e poucas; o Dr. Rômulo já colocou algumas e, agora, colocou mais uma, fomento. Então, se nós levarmos em consideração... Vamos levar a Região Amazônica. A Região Amazônica tem hoje 23 fiscais de campo. Hoje tem capacidade de mobilização, tem essa coisa toda. Vinte e três fiscais para todo o Amazonas, não para a Amazônia, mas para o Amazonas. Vinte e três fiscais. A partir do momento em que se inicia um procedimento de fiscalização — uma fiscalização ambiental nunca é de um dia, são vários dias que você tem que ir acampar e ficar, e ficar, e ficar — e, depois, você ainda vai fomentar, ainda vai discutir com o pessoal da FUNAI, ainda vai discutir com o pessoal do INCRA, ainda vai para saber quem é quem na história ali... parará, parará. Então, na realidade, eu estou tendo uma idéia dessa questão de bolsões. Eu acho que só existe um bolsão, dentro do IBAMA, o bolsão da ilegalidade, aquela questão de vender dificuldade para colher facilidade, impõe-se também para esse distúrbio de funções. Vamos chamar... Eu chamo de distúrbio porque a função do IBAMA é fiscalização, efetivamente fiscalização. E hoje o IBAMA atua em...

A SRA. LIANA JOHN – E licenciamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Oi?

A SRA. LIANA JOHN – E licenciamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E licenciamento. Seriam as duas muito interessantes. E que qualquer órgão teria que ter uma estrutura imensa para poder cumpri-las de maneira, pelo menos, mais ou menos eficiente. Uma estrutura, hoje, que o IBAMA não tem. Então só a informação que colheram... Foi muito interessante, 74 e agora, a última, de fomento. Você pega um órgão desses, põe 23 fiscais e diz: olha, você vai ter que fiscalizar, punir e, depois, você explica como é que as pessoas fazem os assentamentos mínimos, essa coisa toda, como é que aproveita, classifica e vai por aí fora. Bom, nós estamos falando de um tráfico



que, no mundo — nós chegamos a alguns dados, colhemos na ONU — inclui aproximadamente 40 bilhões de dólares/ano no mundo. É muito dinheiro. Levando em consideração que a droga chega a 80, 85 bilhões de dólares/ano. Então nós estamos falando de um potencial financeiro muito grande; é muito dinheiro envolvido. E a ONU também coloca que um terço disso, desse tráfico, é brasileiro. Nós estamos falando então de um terço, três vezes quatro, doze: doze bilhões de dólares/ano, que eu acho que não é bem por aí. Porque eu acho que nós iniciamos os trabalhos com uma possibilidade... isso, não levando em consideração, porque a gente não tem muitos dados... nós não temos muitos dados no Brasil para pesquisar sobre a questão do patrimônio, de substâncias... Nós não temos muito... quer dizer, nós sabemos que tem uma aranha lá na Amazônia, foi falado até pelo pessoal da RENCTAS, e depois nós confirmamos, que a graminha do veneno custa 33 mil e 400 dólares. Se a gente começar por aí... Mas nós estamos imaginando aí um milhão e meio, chegar a dois bilhões é difícil. Mas nós... esse dado da ONU, de 12 bilhões, fazendo seus descontos, se a gente chegar a 8, com as substâncias, está bom. E, de animais, 1 milhão e 800 a 2 bilhões de movimento/ano. É uma coisa bastante grande, não é? Agora, piorou porque, com os vários pontos de confluência e de contato do tráfico de animais e de plantas, no caso, madeira com o tráfico, ele tem um potencial de periculosidade que, até então, era um potencial financeiro. Ele passa a ter potencial de periculosidade também bastante alto para a sociedade como um todo. Descobriu-se, por exemplo, há uma desconfiança, que aquele caso desse menino... como é o nome dele, Deputada? Esse que está sendo investigado agora, que tem contatos com o Tribunal Superior,...

(Apartes paralelos ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – ... Leonardo, Leonardo. Descobriu-se que o Leonardo, por exemplo, utiliza uma coisa muito simples: ele pega a madeira chamada pau-brasil, que é uma madeira extremamente densa, difícil o Raio X penetrar, faz um burquinho nela, joga a cocaína aqui, põe numa caixa de SEDEX e manda... esse ponto de contato. Tivemos, ontem, na terça-feira, um dos bons depoimentos da CPI. Foi do Dr. Mauro Spozito, que mostrou o ponto de contato entre contrabando de peixes ornamentais e cocaína, que acontece no Alto Solimões, tipo... Eu até fiz uma observação infeliz... Ele pega uma bolsa de água...



Achei interessantíssimo: a cocaína é um sal. Então esse comércio de peixes ornamentais, na Amazônia, é uma das fontes... no Pará... Aliás, ele falou, no Amazonas, é a segunda fonte de renda, só o legal, só o que é exportado legalmente de peixes ornamentais. É um peixinho que custa 50 dólares nos Estados Unidos; aqui, ganha 5 reais quem vende para o pescador, cada milheiro; lá, cada um, é 50 dólares. São coisas absurdas... Como é o nome do peixe, rapaz? Eu achei...

A SRA. LIANA JOHN – Neon.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Hein?

A SRA. LIANA JOHN – Neon.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Neon, isso. Custa a ele... dá 5 reais por milheiro e, lá, ele custa 50 dólares cada um. Bom, mas eles fazem mais ainda — esses pontos de contato que a CPI está encontrando: eles colocam num saco de água, sal, misturam, balançam, a cocaína se dilui. Depois, pegam um outro saquinho, abrem aquele saco maior, pegam um outro saquinho com os bichinhos e põem ali dentro, fecham de novo e mandam. Porque você não vai ver a cocaína, porque ela está diluída. Inclusive, essa cocaína tem destino certo, correto. Eu perguntei até... Fiz até essa observação besta, né, doutor... foi porque ele não tinha falado que botava os peixinhos dentro do saquinho para, depois, colocar na cocaína. Eu falei: mas, doutor, então os peixes fazem duas viagens? (*Risos.*) Mas eles chegam, colocam o saquinho, lá, com os mil peixinhos e põem ali dentro. Então você tem... O que você tem ali? Você tem água do lado de fora e os peixinhos lá dentro. Como é que... Quem é que vai desconfiar disso? Descobrimos, por exemplo, a conexão argentina nessa ida da CPI ao Rio Grande. Funciona da coisa... a situação mais besta possível e, por isso, difícil de desconfiar. O argentino vem, entra com o animal, um animal de médio porte lá, que não tem valor nenhum, uma ave... normalmente, uma galinha, segundo eles, pega, passa lá e declara. Porque não é fiscalizado, nós temos... aquelas coisas todas. Normalmente, isso não é fiscalizado, só registra. Ele coloca uma ave de médio porte. Vai e entrega para um criadouro conservacionista ou comercial e deixa lá. Diz assim: amanhã, eu passo. Aí pega o papagaio que ele quer e leva ou pega a arara que ele quer e leva. Daqui ele exporta. Porque a legislação argentina é bem mais factível você consegue, sem ter que corromper muita gente. Pela Argentina é muito mais fácil passar. Isso, e quem



sustenta o mercado do Rio Grande? São Paulo. Quem sustenta São Paulo? Bahia. Quem sustenta Bahia? A própria Bahia e o Amazonas. E, agora, nós tivemos outro depoimento, muito interessante, de um tal de Nei, que é o que sustenta todo o trânsito. Porque, do Norte para o Sul, passa por Estados muito grandes, a Bahia é um deles, e precisa de alguém para pegar numa fronteira e levar para outra, porque senão... Ali, nós fizemos um cálculo rápido. São sessenta barreiras. Se parar em uma delas, pronto, o lucro vai embora. Então ele passa. São sessenta barreiras, contando as barreiras estaduais, Polícia Militar Estadual, as barreiras estaduais de fiscalização de ICM e mais as Polícias Rodoviárias: são sessenta barreiras para cruzar a Bahia. Então ele tem que passar por aquele troço todo. Então tem que ter uma pessoa que garanta que ele vai chegar no outro ponto. E nós tivemos a entrevista com esse Nei, que ele é suspeito de facilitar esse trânsito. Uma testemunha que eu coloquei os dois lado a lado, porque a coisa... a melhor forma, como a senhora falou, é colocar os dois um do lado do outro. E assim: *“Não, mas eu comprei madeira com o Nei, e era só chegar na Bahia e dizer que a madeira era do Nei que eu passava, ninguém falava nada”*. Quer dizer, ele passava na Bahia toda em sessenta barreiras, imagina o poder de um homem desses. E a senhora precisa ver como é que ele é: magrinho, palidinho, desesperado, coitado, deu pena de ver, mas... que faz isso. E agora há suspeita de ele estar levando madeira, a mesma madeira chamada pau-brasil, porque é uma das madeiras que se presta à questão da droga, fazendo os furinhos na madeireira dele em São Pedro da Aldeia. Então ele faz todo esse caminho, joga cocaína...

A SRA. LIANA JOHN – Corte de madeira pau-brasil não deveria ser autorizado porque é uma madeira em extinção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pois é, nem pode. E ele faz os dois, porque aquela madeira que ele furou pra usar a cocaína, é aproveitada, lá, nos Estados Unidos, também, para arco de violino. A senhora entendeu? Quer dizer, ele faz dois tráficos num só, é dois em um. E agora o tráfico... agentes de tráfico estão multifuncionais, porque quem leva passarinho, leva cocaína, leva isso, leva aquilo, leva para... Mas há informações, isso colhido, essas coisas, essa chamada diligência que a CPI pode fazer nos leva a trinta nomes acima e além de qualquer suspeita no Brasil. Pessoas de altíssimo poder aquisitivo. Aliás, o tráfico está se



concentrando cada vez mais, direcionado para essas pessoas, de altíssimo poder aquisitivo, um deles o Victor Fasano, que a senhora mesma colocou, o Sr. Carlos Keller, que a senhora colocou, mas outros também até agora que ninguém nem imagina que participem disso, e usam o mercado das trocas, que é legal. E usam o mercado. Para a senhora ter uma idéia, essa pessoa que nós fizemos contato e compramos as vinte e duas araras... Araras, não, papagaios. Ele entregou na estrada Ele tinha lá na casa dele mais 250 araras de todos os tipos, nós encomendamos 22. Isso aqui custa, no mercado de São Paulo, 50 mil reais; nos Estados Unidos 290 mil dólares. Seria o que ele estava traficando. Então, ele fala o seguinte: ele deu os nomes de todo mundo que faz. Porque para se vender no conservacionista ou mesmo no comercial, você é obrigado a repor alguma. No conservacionista é obrigado a repor, porque senão, o IBAMA vai. E acontece aquilo, dá diferença de conta. E no comercial também por causa do imposto. Então, se ele tiver uma fonte, um comercial por exemplo, se ele tiver uma fonte de papagaio roxo, de cabeça roxa, ele não vai pagar imposto nunca, ele vai vender e não vai pagar imposto porque ele está sempre com os mesmos, então ele não precisa nem de nota fiscal. Quer dizer, de um lado você tem o tráfico, que de todas as maneiras acontece. Então ele nos falou, esses trinta nomes como eu lhe falei, vão ser surpresa para o Brasil e só vão aparecer no relatório final, como funciona São Paulo, que São Paulo faria então a cotação dos animais, a nível de Brasil, linkado com os Estado Unidos, Canadá, e União Européia, Espanha, não Portugal, Espanha. Eu sempre achei que fosse Portugal, mas é Espanha. Pelo que ele me falou essa conexão seria Espanha. E aqui seria feita a cotação de preços, na região de São Paulo. Nós fizemos o cálculo, é o Estado que tem mais conservacionistas, mais criatórios conservacionistas e comerciais no Brasil. É São Paulo. Interessante, São Paulo. E que aqui, segundo ele, é mais fácil tirar do País, se você não usar a conexão lá pela Argentina, é mais fácil sair pelo Rio do que por São Paulo, que aqui é mais difícil então, por isso que é necessário vários criadores, no Rio, de passagem, criadores que eles chamam de passagem, porque eles vendem aqui, levam para lá. A senhora já teve alguma vez conhecimento que existe, eu não digo assim uma bolsa de valores, não digo assim, mas que o preço do animal, a nível de Brasil, é cotado em São Paulo ou não?



A SRA. LIANA JOHN – Não, desconheço isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A senhora tem... Se nós formos a um *pet shop* agora, de São Paulo, nós vamos achar coisas que não podiam ser comercializadas?

A SRA. LIANA JOHN – Provavelmente, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nós estivemos num criatório do Rio Grande para pegar aquelas caixinhas para trazer os papagaios. Eu fiz questão de trazer cinco papagaios da lista 1 e 2 do CITES, e daí porque tem dificuldade a sua proposta. O Brasil assinou a Convenção (CITES) e tem alguns que não podem realmente ser comercializados, nem manejados. É a lista 1 e 2. Isso é concentrado o tráfico na lista 1 e 2, quer dizer, nós vamos ter muito....seria muito legal de fazer, mas nós teremos extrema dificuldade porque os que alcançam valor comercial. Eu soube agora, por exemplo, (*ininteligível*) não pode ser comercializado, 70 mil reais. Puxa vida, como é que a gente ganha 70....como é que a senhora ganha, fazendo reportagem, 70 mil reais? Não é? São coisas....

A SRA. LIANA JOHN – Olha, eu acho assim que existem duas coisas diferenciadas. A CITES, ela controla a exportação, o tráfico internacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Isso, e por isso que coloca “em extinção”.

A SRA. LIANA JOHN – Nós temos um tráfico interno de espécies muito grande. Esse tráfico interno é totalmente impune. Totalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Totalmente impune.

A SRA. LIANA JOHN – Eventualmente você tem *blitz* em feiras, isso acontece freqüentemente aqui em São Paulo. É difícil, porque eles fazem a feira, eles têm olheiros, quando aparece a polícia. Funciona melhor quando o IBAMA trabalha junto com a polícia. Quando há uma conjunção...isso para tudo. Para mogno é assim também, para qualquer coisa de fronteira, quando você tem a Polícia Federal, junto com o IBAMA, junto com o órgão estadual, enfim, quando você junta vários tipos de autoridades, porque se há uma dificuldade qualquer de enquadrar a pessoa flagrada, vamos dizer assim, pela legislação ambiental, eventualmente você pode enquadrar pela legislação de crime comum, enfim, sempre tem uma ONG...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Também a fiscal; você pode ter a fiscal, que também é uma coisa interessante.

A SRA. LIANA JOHN – Ou fiscal, ou administrativa. Enfim, eu acho que funciona melhor quando há uma organização, uma conjunção, uma parceria entre, inclusive ONGs e vários órgãos de fiscalização, porque você junta as habilidades ou a experiência de cada um. Agora, no tráfico de animais e também de plantas desse tipo, não para farmacologia, mas plantas ornamentais — orquídeas, bromélias, enfim, qualquer tipo, até medicinais — dessas que você guarda em casa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – De cheiro?

A SRA. LIANA JOHN – É, de guardar em casa, planta que a pessoa vai pôr no jardim. Esse tráfico interno, na minha opinião, só vai deixar de existir quando você conseguir colocar a população e a fiscalização do mesmo lado, porque, atualmente, a população está de um lado, que é o lado ilegal, e a fiscalização está do outro. A fiscalização é vista como uma ameaça. Então, quem tem um mascote e gostaria que fosse legalizado, porque é simplesmente um mascote, teme a polícia. E isso coloca essa pessoa que, originalmente, não é um perfil, vamos dizer assim, de criminoso, bandido, ao lado dos bandidos. Então, quando você tiver a população do mesmo lado da fiscalização, considerando que o patrimônio da fauna e flora é um patrimônio brasileiro, e não um patrimônio do órgão de fiscalização, aí você vai conseguir fazer a sua fiscalização mesmo tendo 23 fiscais para o Amazonas. Do contrário, tendo, como é a situação atual, a população e o órgão de fiscalização em lados contrários, nem com milhares de fiscais vai ser possível fiscalizar. É o mesmo problema que você tem com Unidades de Conservação. Enquanto a população ver a Unidade de Conservação, um parque que lhe é vizinho como um problema, esse parque vai ter milhares de problemas, porque o ideal seria que a população visse aquilo como um patrimônio dela, que é o que acontece no exterior. Quando você vai ao exterior, eu já estive em comunidades do lado de vários parques, tanto no Primeiro Mundo como no Terceiro Mundo. Quando a população que está em volta, a comunidade, aceita aquilo como uma coisa dela, aquilo funciona. Ele funciona como um fiscal, você tem milhares de olhos, milhares de ouvidos, e qualquer ilegalidade vai ser denunciada. Por que a população brasileira não denuncia no mesmo ritmo que denunciam populações de outros países? Porque a população brasileira é



jogada na ilegalidade. Então, precisamos tirar a população brasileira do mesmo lado dos bandidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Então, seria uma proposta tipo momento zero?

A SRA. LIANA JOHN - Eu não sei. Acho que tem de analisar. Claro que cada situação é uma situação diferente, mas analisar formas, buscar formas de trabalhar nessa prevenção, de transformar aquela pessoa que está ali coletando para os traficantes, que está lá na base, ou vendendo nesses mercadinhos. Quer dizer, essa população de baixa renda precisa mudar de lado porque, na hora em que ela mudar de lado, aí você terá outros caminhos... É o caso do Parque Nacional do Jaú, que é um dos maiores. Agora já não é. Já perdeu o posto de maior parque do Brasil, porque tem parque maior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O Jaú é por aqui?

A SRA. LIANA JOHN – Já foi o maior do Brasil. Não sei se já estiveram lá. O Parque Nacional do Jaú é imenso — acho que são 2,5 milhões de hectares — mas ele não tem nenhuma pista de pouso. Então, não tem nenhuma estrada que chegue, também não se acessa por via rodoviária. Tem três bocas de rio. Então, fala-se assim: Tem um fiscal para um parque que tem 2 milhões.... Mas um fiscal é suficiente se você puser ele na boca do rio e se aquela população que vive ali estiver do lado do fiscal. Na verdade, houve uma época — não sei atualmente como está — em que esse fiscal realmente conquistou essa população. E era um fiscal num flutuante na boca do rio Jaú controlando porque ele sabia que, se algum entrasse, geralmente, era para capturar quelônios, pescar ilegalmente, coisas desse tipo. Então, se entrasse alguém estranho, essa população denunciaria. Então, se você põe a população do lado da fiscalização, e não do lado da bandidagem, aí eu acho que a coisa funciona.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Sr. Presidente, só uma participação sobre este mesmo tema: de colocar a população contra a autoridade. Nós temos um caso que acontece quase todos os dias quando há apreensão. Você tem um animal de estimação na sua casa que criou anos na sua casa ilegalmente. O IBAMA vem e apreende aquele seu animal, leva para um criadouro comercial, e o criadouro comercial passa a explorar aquele animal procriando e vendendo e você não pode



ter ele em sua casa. Ao invés de o IBAMA identificar aquele animal que está ali há muitos anos, dar a posse, a guarda legal para aquela pessoa que criou aquele animal por anos, ele leva para um criadouro comercial porque ele não tem onde colocar e o criadouro comercial passa a explorar o animal que você criou a vida toda. Então, você passa a ser inimigo do IBAMA, você passa a ter medo do IBAMA. Até antes da legislação, existem criações bem anteriores à legislação, que está do jeito que está hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas agora mudou um pouquinho porque, pela Lei de Crimes Ambientais, se você for pego com um ou com mil, é a mesma coisa. Ou um ou mil é a mesma coisa. Quando eu estou falando que mudou, mudou para pior. Na nossa legislação atual, se você for obter, vamos dizer, um trinca-ferro, se você for pego com mil, você vai pagar duas cestas básicas e vai embora para casa, vai fazer um termo circunstanciado e pode fazer de novo porque você continua sendo primário, você não perde sua condição de primário e você faz outra vez. Quer dizer, é uma legislação que promove o tráfico. Na realidade, desde o primeiro momento, o que se está debatendo é quem é traficante, é a qualificação do traficante. Quer dizer, estamos pelo menos tentando qualificar a partir de que momento a pessoa passa a ser traficante. É isso que tem de ser combatido e não o coleirinho que está na casa do sujeito lá, porque esse vai ser solto e vai ser punido na frente, como eu tenho visto demais lá em Teresópolis. Outra coisa também que temos de conversar com o IBAMA: o que fazer com os animais que ele apreende. Como a senhora falou, os zoológicos não têm mais para onde ir. Vai para esses criatórios que vão fazer negócio mesmo. Outra coisa: lá diz assim: Só pode comercializar....

A SRA. LIANA JOHN – Então, teria que ter uma legalização do que é mascote, por exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É um momento zero. Nós tivemos uma conversa muito legal sobre a questão de animais mesmo de estimação, de criar um vínculo jurídico mesmo com a pessoa que compra o animal. Quer dizer, a pessoa que compra o animal, se não quiser mais o animal, vai levar para o zoológico, vai levar para outro lugar, mas tem que pagar para manter, e aí, sim, a gente poderia fazer uma fiscalização diferente. Aquele negócio de soltar cachorro no



meio da rua, aquelas coisas todas, é uma, como vou falar, é um primeiro investimento numa idéia que a gente está tentando colocar no papel para ver se é possível. Também não adianta a gente ficar criando leis para não serem cumpridas. E sobre aquela possível bolsa? A senhora acha que São Paulo, com esse número imenso de criadouros — dos trinta nomes, acho que vinte são daqui — pessoas donas de grandes empresas e tudo o mais, é possível que em São Paulo se esteja botando os animais, até por causa dessa quantidade? A senhora tem idéia de alguma organização específica que faça isso?

A SRA. LIANA JOHN – Sinceramente, eu desconheço essa parte de quem faz o preço. Não sei mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Porque o preço é tabelado nacionalmente. Fiz questão de algumas coisas nesta investigação da CPI. Primeira, ficar ao lado do fiscal do IBAMA do primeiro momento do mandado do flagrante até o momento em que o fiscal foi embora. Nós saímos da delegacia de Cachoeirinha, a vinte quilômetros de Porto Alegre, às três e meia da manhã e o cara saiu às 10 horas da noite. Ele saiu muito antes de mim. Eu fiz questão de acompanhar todo o procedimento. O fiscal saiu às três e meia da manhã e o cara que é o traficante, o cara que cortou para tirar o aninho, como a senhora falou, que cortou a perna de um papagaio e matou o papagaio porque cortou na pressa, porque os compradores, nós, estavam lá. Então, ele cortou para poder tirar o aninho. Então, essa coisa também é muito complicada, quer dizer, a gente sai às três e meia da manhã e o cara sai às 10h. Eu vi isso. Eu fiquei lá até às 3h. E também um termo circunstanciado: o cara continua sendo primário. A CPI mandou uma recomendação para fechar o criadouro. Tem que fechar esse criadouro. Ele foi flagrado. Só que não existe lei que garanta que essa determinação da CPI vai ser cumprida. E pior, um estrangeiro que vem no Brasil vai ser pego a primeira, a segunda, a terceira, a quarta, e vai continuar voltando para o Brasil. Eu quero ver se qualquer estrangeiro que for pego com qualquer contrabando nos Estados Unidos volta para os Estados Unidos. Então, essa é uma característica do povo brasileiro. Então, Deputado, o estrangeiro que for pego uma vez roubando banco, ou com passarinho, ou com ovo na cueca não pode voltar mais para o Brasil, tem que ser *persona non grata*. As nossas Embaixadas não podem dar o visto. Você vai tornando cada vez mais caro



porque o outro que vier não vai ter o contato daqueles e vai ter que gastar mais dinheiro. A senhora tem mais alguma coisa a acrescentar?

A SRA. LIANA JOHN – Eu acho que não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Aliás, deixa o material que a senhora trouxe. Nós nos comprometemos a encaminhar até pela sua luta pelo meio ambiente, que é reconhecida em todos os meios jornalísticos, e, por isso, o chamado da senhora. Vai ser das primeiras a saber do relatório nessa questão de animais e da madeira. A senhora já escutou falar em Osmar Ferreira?

A SRA. LIANA JOHN – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Bastante?

A SRA. LIANA JOHN – Um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E do irmão dele? O irmão dele é Antonio Ferreira ou Guilherme Ferreira.

A SRA. LIANA JOHN – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A Gerdau... Eu vou fazer uma colocação — quero até que não conste em ata — na presença da Deputada Vanessa Grazziotin e na presença do Deputado Luizinho e da senhora. Pára até a gravação. Nós vamos entrar na Amazônia e vamos pegar seis balsas de madeira ilegal da Gerdau. Essa vai ser outra e a senhora vai ver que essa balela de certificação, é uma balela de certificação. Já existe gente pronta para fazer, mas eu gostaria que a CPI fizesse porque há mais repercussão. É um fato que repercute mais quando a CPI faz.

A SRA. LIANA JOHN – Agora, é importante ver também, depois de apreendida, o que acontece com essa madeira, porque o caso da madeira de Altamira...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Foi terrível. Esse tal de Ferreira... — é bom tirar das notas taquigráficas e da ata — mas essa questão... Agora pode. Na questão do Osmar Ferreira, apreendiam o mogno dele, mas todo mundo sabia que só ele podia serrar o mogno. Senão, morria. Então, o pessoal ia para o leilão, e quem ganhava era ele. Hoje em dia a medida provisória caiu, não há mais possibilidade de leilão, e está acontecendo uma coisa pior: agora estão nascendo florestas de mogno nas balsas de mogno que estão lá no rio Amazonas



presas porque acabou a possibilidade. Quer dizer, nem tanto, nem tão pouco. Temos de achar uma possibilidade de... As balsas que estão em lugares fáceis do fiscal olhar para ver se estão apreendidas mesmo, se estão lá. Outra coisa: recebi no meu gabinete uma equipe de índios, e alguns deles falaram o seguinte: a madeira que é apreendida e é para ser doada aos índios estão nos pátios da FUNAI. Todo dia, de três em três dias, vão quatro, cinco caminhões, para buscar a madeira, botar em cima. Quer dizer, eles utilizam os próprios índios, dão cinco reais para eles tirarem a madeira que é deles. O índio é fulminado duas vezes: primeiro, tiram a madeira da terra dele; depois, ele ganha cinco reais para pegar a tora e colocar no caminhão, que vai embora, e ninguém sabe para onde. Mas isso também é no Amazonas, e estamos monitorando tudo isso.

A SRA. LIANA JOHN – Eu incluiria aí esse caso dos índios Ashaninka, do Acre, que também é recente. Eles têm denunciado nos últimos três anos. Recentemente, a gente fez matéria a respeito. Aí é um caso mais específico, de mogno, mas de desmatamento. Ele não é bem apropriado para esta CPI, mas, de qualquer forma, incluiria aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ajuda. Tudo que a senhora colocou aqui vai servir de ajuda. Às vezes, a gente já escutou, mas sempre tem um aspecto que realmente é importante. D. Liana, eu quero lhe agradecer e solicitar que, caso venha a saber de alguma coisa ou tenha mais informações que as perguntas não alcançaram, entre em contato com a CPI. Por outro lado, a CPI também lhe deixa o compromisso de mantê-la informada.

A SRA. LIANA JOHN – Eu vou cobrar a entrevista exclusiva no final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não precisa ser exclusiva, porque não tenho como. De qualquer jeito, esses nomes vão assustar o Brasil. Muito obrigado. Vamos decretar um recesso de dez minutos. Os que ainda não prestaram depoimento estão liberados por meia hora. Só queria dizer que o Sr. Phillip, que seria um depoimento muito interessante, não vai poder estar conosco hoje — é do Ceará — basicamente, por uma questão burocrática. Com essa possibilidade toda que nós temos, com um diretor especificamente para isso, não conseguimos liberar a passagem dele a tempo. Então, os aviões estão lotados, e ele não pôde vir. Mas estará na Bahia conosco.



(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Iniciando a tomada de esclarecimentos do período da tarde, solicito ao Sr. Panta Alves dos Santos que fique aqui à minha direita. Após ter dado oportunidade ao Sr. Panta para fazer seus esclarecimentos iniciais, o mesmo preferiu responder as perguntas. Gostaria que o senhor dissesse seu nome completo, o que faz e lesse isto que está escrito em negrito.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Panta Alves dos Santos. Sou motorista e trabalho com artesanato. Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor entendeu o que o senhor repetiu?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Estou entendendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor não precisa chamar a gente de doutor.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Eu gosto de tratar as pessoas bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas não precisa chamar de doutor. Pode chamar de Deputado. Deputado Luizinho, o senhor quer esperar um pouco? Sr. Panta, o senhor esta aqui porque já foi submetido as algumas investigações pelo IBAMA. É verdade?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quando foi que o IBAMA teve o primeiro contato com o senhor e por quê?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Doutor, eu tenho uma, minha mulher tem uma casa, tem umas quatro casas e chegou um pessoal lá do Norte querendo alugar casa. Aí eu aluguei um cômodo para eles. Mas antes de eu alugar a casa eu criava codorna, que é uma espécie que não é proibida. Aí não deu certo o que eu vendia, não dava certo, não tinha lucro, aí eu parei e comecei trabalhar com o caminhão mais meu irmão e trazia artesanato de lá, vendia, fazia um rolo para a gente ganhar dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor trazia artesanato de onde?



O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Lá da minha cidade, da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Qual é o nome da sua cidade?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Cipó.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Cipó fica perto de Salvador?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É 260 quilômetros de Salvador a minha cidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E Dianópolis fica a quanto?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Dianópolis fica a uns quatrocentos e pouco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Dianópolis fica mais distante ainda de Salvador?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Fica.

O SR. DEPUTADO LUIZINHO – Pode continuar.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Aí chegou esse pessoal lá do Norte e falou: *“Poxa, me aluga uma casa aí”*. Eu digo: *“Rapaz, tem uns cômodos aí para cima. Ainda não estão prontos, mas, se você quiser alugar, eu alugo”*. Aí aquela amizade lá do Norte, cidade pequenininha, todo mundo conhece todo mundo, aí eu peguei e aluguei a casa. Aluguei, ele ficou por lá e eu viajando com mercadoria aí, arrumando o que comer. Aí, quando pensou que não, um dia eu cheguei em casa, tinha uma porrada de pássaro lá em casa, lá em cima. Eu falei para ele: *“Rapaz, o que é isso?”* Ele disse: *“Não, rapaz...”*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas quando que foi essa... — há pouco o senhor usou — essa porrada de pássaro? Quantos passarinhos tinha lá, mais ou menos?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Ô, doutor, eu não contei. Na hora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas que passarinho era esse? Era papagaio, era...?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, não, não, era pássaro preto e uns cardeal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Cardeal. Cardeal-do-norte?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Da Bahia.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Da Bahia mesmo.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Era. Aí chegou... Teve uma denúncia, e aí chegou lá as polícia, chegou o IBAMA, chegou tudo, fez aquela apreensão braba, eu fui na delegacia, fui direto na delegacia com eles tudo, me levaram. Eu contei a mesma história, que a mercadoria não era minha... A casa era, mas os bicho não era meu, e eu concordo com isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, e aí, o que que aconteceu?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – O que aconteceu... Eu paguei uma fiança e paguei uma cesta base e ficou nisso aí mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Você não lembra quantos? Porque os policiais falaram para o senhor, quando o senhor chegou na delegacia... Eles disseram assim: *“Prendemos tantos passarinhos na sua casa.”*

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Doutor, olha, eu vou falar para o senhor: eu não sei quantos bichos eles falaram para mim não. Eles falaram que tinha quantidade, mas eu não sei não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eles não contaram. Na sua frente, eles não contaram.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É, na minha frente não contaram não, porque eu fiquei embaixo e eles não deram licença de subir lá em cima para ir com eles não. Subiram lá para cima e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E o senhor achou que foi um procedimento normal, que tinha que ser feito isso mesmo?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Ô, doutor, olha, eu, doutor, eu acho que era o certo, porque, quando eu vi lá uns bicho lá em cima eu falei com o cara: *“Rapaz, o que é isso?”* E tinha pouquinho, tinha só uns dez bicho nesse tempo. Eu digo: *“Rapaz, isso é proibido.”* “Não”, ele disse, *“não, que nada. Isso aí eu trago lá do norte. Eu venho de ônibus e eu tenho jeito de trazer. Eu crio, faço rolo...”* Eu digo: *“Rapaz, esse negócio não está certo não, porque depois o bicho vai pegar aqui para o meu lado, porque a casa é minha...”* Ele disse: *“Não, eu vou acabar com isso”*. E, quando pensou que não, ele chegou com uma porrada de bicho. Eu não sabia.



Quando eu passei saber, esses bicho estava lá. Foi no dia que os homem estiveram em casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor... Foi a primeira vez e única ou o senhor teve outros encontros com ele?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Teve, teve outra dessa. Eu estava desempregado, eu conheci um cara na , aí ele falou assim: *“Poxa, rapaz...”*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A é onde, hein?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Foi em São... Foi em Diadema. Serraria, Serraria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Lá onde o senhor mora. Próximo de onde o senhor mora.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É próximo de onde eu moro. Aí ele chegou... Aí eu conheci o cara lá e comecei a conversar que o negócio estava ruim, não sei o quê, eu contando para ele que eu estava (*ininteligível*) estava muito ruim... Ele falou: *“Rapaz, se você topa buscar um negócio ali mais eu...”* Eu digo: *“O que é?”* *“Eu vou... eu estou indo para Foz do Iguaçu. Se você quiser ir mais eu, eu lhe dou 100 real, você traz os bicho de ônibus, você traz umas caixa.”* Eu digo: *“Que caixa... O que é que tem dentro?”* *“É uns bichinhos besta. Isso aí não é proibido não.”* *“Tá bom”*. Aí eu fui mais ele. Cheguei lá, ele veio e botou eu para vir. Quando chegou no caminho, eu caí. Quando eu caí, aí é o seguinte: levaram para a delegacia, eu assinei o BO, assinei tudo lá e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quem pegou o senhor?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Foi lá em Foz do Iguaçu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Foz do Iguaçu?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor foi preso lá em Foz do Iguaçu.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É. Foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E aí?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – E aí é o seguinte: eu paguei a fiança e vim embora, e até hoje eu estou assinando um papel. Todo mês eu vou assinar esse papel.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor vai assinar o papel onde, na delegacia de Diadema?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, eu vou aqui no centro de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Onde?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Doutor, é no centro, eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – IBAMA?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, não é IBAMA não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Polícia?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É na Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Na Polícia Federal?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É, todo mês eu vou lá assinar esse papel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Foz do Iguaçu. O senhor foi preso quando, hein? Foi no meio do ano, no final do ano...

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Doutor, deve ter uns dois anos, mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Foi em que mês, mais ou menos, que o senhor foi preso? Foi dezembro? Foi janeiro?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Foi dezembro. Novembro para dezembro, janeiro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor sabe por que que foi nessa época que o senhor veio... Os passarinhos, os passarinhos eram todos filhotes, não eram?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Era filhote, tudo filhote.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Indo ao encontro das denúncias que nós tivemos lá em Foz do Iguaçu, não é?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Essa época, parará, parará...

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Essa época é época dos filhotes, não é?



O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Era época dos filhotes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas o que que era? Era...

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Era papagaio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Papagaio. Bico-torto, não é?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É papagaio...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Qual bico-torto que o senhor trouxe?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Eu não cheguei a trazer não. Era verde, era papagaio verde, normal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Papagaio verde, normal?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É. Esses que todo mundo cria nas casa aí. Eu ia ganhar 100 conto para trazer essa mercadoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ia ganhar 100 reais por isso?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Cem real ele ia me dar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele ia te dar só para trazer?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Era.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor já foi preso na Bahia alguma vez?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nunca?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Esse foi o caminhão, não é? O senhor foi preso no caminhão ou não?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, nunca fui em caminhão não, doutor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Tem uma... O senhor foi preso pela Polícia Rodoviária Federal — tem uma notícia de jornal aqui —, em Diadema. (*ininteligível*) “Duas e meia, José Arnaldo, repassando treze sagüis e mais de quinhentas aves a Deusdete...” O senhor conhece esse Deusdete Freitas de Oliveira?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Ô, doutor, eu vinha da Bahia, nessa época, de carona.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor vinha... O senhor veio da Bahia.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – De carona. Eu vinha de carona.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Então já é a terceira vez que o senhor foi preso.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, mas nessa época aí não me pegaram. E é o seguinte: na hora que... na hora eles estavam me dando uma carona, não tinha nada a ver com isso, nada, nada, nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Cipó é Bahia.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Cipó é onde o senhor mora, não é?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É, Cipó é onde eu moro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Segundo o motorista, os animais foram trazidos de Cipó, na Bahia.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Foi, mas, doutor, eu não tenho nada a ver com isso aí, nada. Sabe o que é nada?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, tudo bem. Eu só estou... É coincidência, não é?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Eu sei, eu vim de carona.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Haja coincidência, Seu Panta. O senhor já foi preso duas vezes, e mais uma vez aqui dizendo que o senhor é envolvido nisso. *“Vacaria, Deusdete foi apreendido. O caso foi encaminhado...”*

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – O senhor vê que eu nem fui preso, porque... e nem paguei nada, porque eu não tinha nada a ver com eles. Isso aí não tinha nada a ver, eu estava vindo de carona, que eu vinha para São Paulo. Tinha vindo a mercadoria de ônibus, e eu pedi uma carona a esse pessoal lá, que é uns parente meu lá. Eu falei: *“Rapaz, me dá uma carona para São Paulo, que eu estou indo vender artesanato.”* Aí eles me deram, e, se eles botaram isso aí, doutor, eu não tenho nada a ver, nada. Isso aí não pertence a nada meu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Senhor... Seu Panta. Seu nome é Panta mesmo, não é? Panta.



O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Sou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pantaleão?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Panta Alves dos Santos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Panta Alves dos Santos. Não é apelido não. É nome.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, é nome verdadeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nome verdadeiro. É um nome diferente, não é?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Seu Panta, é evidente que todos que vêm aqui — nós aceitamos — dizem assim, a maior parte deles, pelo menos: *“Eu fazia, eu traficava, eu comprava animal num lugar, os bichos num lugar, e levava para outro”*. O senhor não vai dizer assim para esta Comissão.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Ô, doutor, eu não vou falar, porque é uma coisa que não aconteceu comigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor nunca foi.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Essa vez que eu vinha de Foz do Iguaçu foi que o cara foi mais eu, chegou lá, comprou a mercadoria, mandou por ele...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Tinha maconha?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Seu Panta, o senhor sabe que o senhor está sendo investigado pela CPI inclusive por uma denúncia que o senhor leva maconha para Cipó e traz... traz ou manda trazer animais?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Ô, doutor, isso aí nunca aconteceu, nunca aconteceu nem vai acontecer, porque eu, para ir preso por isso, nunca vou, porque eu nunca tenho coragem para isso, e sempre meus pais fala: *“Peça mas não roube e nem faça esse negócio, porque é feio o cara andar preso”*. Então eu estou com isso...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mesmo assim o senhor foi duas vezes, não é? E hoje o senhor assina...

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor continua. Fez a primeira, mesmo o seu pai tendo falado, e o senhor foi preso. Fez a segunda, o senhor foi preso de novo. É mais ou menos isso?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Doutor, não. Eu não fui preso, eu fui detido. Eu fui detido, porque eu estava com esses bicho aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Por causa de seiscentos animais?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Doutor, eu não sei não, doutor. Se eu falar para o senhor que eu sei... Não era meu, eu não contava. A mercadoria não era minha, então eu não tinha parte nessa... Olha, eu tinha chegado estava com dois dias de viagem. Eu estava... É que eu viajo muito, sabe, para ir buscar... para ir vender artesanato. Nesses interior de São Paulo eu vendo... Tem vez que eu vou para Cam...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor vai a Cipó quantas vezes por ano?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Doutor, olha, eu fui agora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor está desempregado, não é? Quanto custa uma viagem daqui a Cipó, hein?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Uma viagem daqui a Cipó é... Eu sempre... Meu irmão, ele tem um caminhão. Eu trabalho com ele. Agora ele se elegeu na minha cidade e agora ficou difícil de eu ir lá. Sempre eu vou com ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele se elegeu o quê?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Ele agora se elegeu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É vereador?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É vereador lá. Então, eu fico assim... Ele manda mercadoria, o pessoal traz de lá, eu pego no Brás, saio vendendo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Entendi. Quer dizer, ele manda pelos caminhões que vêm para São Paulo... Coloca mercadoria para o senhor.



O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Como é, doutor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele avisa, não é? Ele põe mercadoria nos caminhões que vêm de Cipó para cá, para São Paulo, e diz que a mercadoria tal está indo no caminhão tal...

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, é artesanato, artesanato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, mas é mercadoria. Eu não falei nada que fosse outra coisa.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Sim, mas estou dizendo que é artesanato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, tudo bem. Eu aceito.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É bolsa, é sandália em couro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas eu não falei nada, não.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Eu sei, mas é que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Só estou falando que é mercadoria.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É porque as palavras têm que entender direito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mercadoria, mercadoria. Meu pai é comerciante, eu sempre vendi mercadoria na minha vida. Eu vendia arroz, vendia feijão, eu pesava, essas coisas assim.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Já trabalhei com isso também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mercadoria.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas por quê? Essa mercadoria tem outro significado para o senhor também?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, mas eu estou dizendo assim porque o senhor pode pensar que é bicho, e eu não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas eu não estou falando nada disso.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Sim, mas eu estou falando assim porque...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor achou que era bicho?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – ...eu gosto de entender as coisas certa, porque eu não sei ler, então aí me atrapalho um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Lógico. O senhor vai quantas vezes a Cipó por ano?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Doutor, eu estou com... Eu fui agora, está com sete meses, buscar minha sogra, que estava morrendo. Aí fomos buscar ela para cá, para fazer um tratamento. Só isso. Cheguei no dia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Tratamento de quê?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Cheguei... Cheguei num dia, saí no outro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Entendi.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Peguei um carro de um cunhado meu aí e fomos lá buscar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Entendi. O senhor manda pessoas pegar alguma coisa lá, ou não?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não. A minha mercadoria, artesanato, está vindo pelos ônibus. Tem uns caminhão que sai de lá carregado de artesanato, aí eles compram um pacote e mandam para mim. Eu sempre comunico com minha família: *“Olha, manda aí umas cinqüenta cortina, cem cortina...”*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas é isso que eu estou falando. O senhor liga para o seu irmão e diz assim: *“Eu quero artesanato.”* Vamos mudar a palavra para artesanato. Aí o seu irmão diz assim: *“Ó, eu mandei no caminhão tal.”* É assim que funciona?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É, é, funciona assim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor liga para ele...

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Mas é coisa pouca. Eu trabalho... Ele manda coisa pouca para mim, aí eu saio vendendo na rua.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor sai vendendo na rua, normalmente.



O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Pego, boto... Vou vender em Campinas, vou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor foi visto praticamente — acho que mês passado ou mês retrasado — todos os domingos na . Por que que o senhor vai tanto na ?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Ô, doutor, eu vou falar aqui um negócio para o senhor. Essa ... Meu irmão chegou aí essa semana, está com umas duas semanas, e me chamou para ir na comprar umas boca de alto-falante para botar o som no caminhão dele, porque as boca estava... Ele mandou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele tem umas cornetas, não é?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, as boca de alto-falante, assim, para botar na boca da porta para falar. As boca, para dar o som no carro. Aí eu falei: *“Vamos embora, vamos embora na feira lá, que lá na feira sempre vende.”* Aí eu fui lá mais ele. Mas é o seguinte doutor: nem na feira dos pássaros lá, que a feirinha lá é pequena... Eu passei assim, porque a gente é curioso, está vendo as coisas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quanto é que um papagaio custa na ?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Ô, doutor, eu não sei, porque eu não vendo. Se eu falar para o senhor que eu vendo e eu sei o preço...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor nunca perguntou?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor foi preso duas vezes por causa disso. O senhor nunca chegou e perguntou assim: *“Quanto é que custa isso?”*

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Mas na não vende papagaio, que eu nunca vi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Vende o que lá?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Lá vende, assim, é azulão, é galo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Vende cardeal?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – ...cardeal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quanto custa um cardeal lá?



O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – O cardeal, vejo lá o pessoal vender...
Pede 15 conto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quinze reais. Por 15 reais vendem um cardeal.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Eles pedem lá, eu vejo lá, mas é difícil, doutor, ir na feira. É difícil, difícil mesmo. Eu não sei dizer que hoje... Faz tempo tempo que eu fui nessa feira. Eu fui lá essa semana, nem vi nada. Eu passei assim...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Seu Panta, se a CPI sair daqui agora, interromper a sessão e for na sua casa, vai encontrar passarinho lá?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Se o senhor for em casa e encontrar um passarinho, pode mandar me meter na cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas a gente vai fazer isso mesmo, se tiver.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Pode mandar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor não precisa nem dizer que pode.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Estou sabendo, pode mandar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas e se sair daqui e for lá?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Se achar um passarinho lá, pode me meter na cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor conhece os criadores de pássaros aqui nessa região ou não?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Ô, doutor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Seu Panta, deixa só eu deixar bem claro para o senhor: nós temos as informações sobre o senhor.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Sei, sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nós temos informações e estamos perguntando com segundas intenções. É importante que o senhor saiba que, se for pego na mentira, vai ser ruim para o senhor.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Eu sei. É.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor já deixou escapar algumas coisas aqui. Então, eu só queria saber o seguinte: o senhor conhece algum criadouro aqui de São Paulo? Pode conhecer, não é nem para vender, mas pode conhecer criadouros de animais. O senhor conhece?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Ô, doutor, a gente chega assim na casa do pessoal... O pessoal cria, o pessoal cria, mas a gente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, criadouro, lugar onde se criam pássaros, aves, bico-torto.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, eu não conheço, doutor. Não conheço, doutor. Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não conhece.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor não faz negócio com nenhum?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, não, não faço não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nem vende artesanato para nenhum que tenha bico-torto em casa? Nada disso.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É. Eu saio vendendo assim... Eu saio assim vendendo na rua uma cortina, o que for... Eu vejo o pessoal lá com papagaio dentro de casa, criando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, mas um papagaio ou dois não, eu quero...

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Sim, mas, para criar, para eu saber que eles negociam, eu não sei não, doutor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não sabe não, não é? Deputado Luisinho.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Seu Panta Alves dos Santos.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Sou eu.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Três prisões por tráfico de animais, não é? Tráfico de animais, apesar de o seu pai ter-lhe avisado para que o senhor não fizesse esse tipo de coisa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele, por enquanto, relatou duas, Deputado, não relatou três.

O SR. DEPUTADO LUISINHO - É porque essa terceira ele disse que só estava junto, mas não chegou a ser...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A segunda é quando ele estava junto.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Ele não chegou na verdade a ser autuado, mas estava junto na hora da prisão. Só que na hora foi esclarecido que o senhor não estava participando do tráfico de animais, não foi isso?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – No dia que eu vinha de carona, foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – De Foz do Iguaçu.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, em Foz do Iguaçu eu vinha com a mercadoria... O cara, o cara ficou lá e mandou a mercadoria por eu. Ele veio de ônibus, e eu vinha com a mercadoria. Foi na hora que os homens me pegaram, me levaram para lá, e eu tive de pagar fiança para poder me liberar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Só não se pode... Não se pode...

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Deixa eu... Seu Panta, me diga uma coisa, o senhor diz que o caminhão traz sempre mercadoria para o senhor. Qual é essa frequência de caminhão saindo de Cipó?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Sai muito caminhão de Cipó carregado com artesanato.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Artesanato para cá.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Você coloca no caminhão de artesanato. Esse caminhão pertence a alguém da sua família?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, não, não. Lá tem uns dez caminhão, ou vinte, que puxa mercadoria de lá, porque aqui tem mais de umas... Tem umas 4 ou 5 mil pessoas de minha cidade que trabalham com artesanato.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Mas por que que o seu irmão... Ele traz e fornece aqui para as pessoas de São Paulo, o dono do caminhão.



O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, ele não fornece, ele não fornece. Ele manda... Eu que peço a ele para ele comprar um fardo de mercadoria, cinquenta a cem cortinas, ele enrolar e mandar pelo caminhoneiro.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Eu sei, mas esse caminhoneiro, ele faz o quê? Qual o tipo de comércio desse caminhoneiro? Ele vem para São Paulo com os artesanatos...

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Com artesanato, só com artesanato.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – O que ele faz aqui? Ele vende esse material?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, não, não. Aqui... Vem o pessoal na frente, no caminhão... Ô, vem o pessoal na frente de ônibus, e fica, e manda a mercadoria pelo caminhão. Lá é...

O SR. DEPUTADO LUISINHO – O caminhão faz só o frete de lá para cá?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Só faz o frete. Chega aqui, larga no Brás ou vai para Foz do Iguaçu, vai para qualquer lugar. Larga a mercadoria onde for o destino e volta, arruma a carga e vai embora, de empresa.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Ele só faz o frete.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Só o frete.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Vai lá, faz a compra, coloca no caminhão...

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, não, não. Não é eles que faz compra não.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Não, eu digo o seguinte: a pessoa faz a compra...

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Lá.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – ... e o caminhão só faz o transporte até São Paulo.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É, só até São Paulo, porque o pessoal dele é assim: tem umas 4 ou 5 mil pessoas que trabalham na minha cidade só com artesanato. Aí as mulher fica lá, compra mercadoria, faz os pacote, tira a nota e manda pelos caminhoneiro. Os caminhoneiro entrega aqui, os caras se vira aqui. Quando chega aqui, se vira.



O SR. DEPUTADO LUISINHO – Me conta qual é a freqüência... O senhor vive de artesanato.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – O senhor recebe quantas vezes aí por mês artesanato para fazer...

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, eu... A cortina, lá a gente recebe é cortina e sandália. Lá eu compro... eles compra sandália, compra cortina, mas é coisa pouca, porque eu sozinho que trabalho. É ruim de vender aquilo. Aquilo você vende três, quatro por dia, tem vez que não vende nenhuma, então...

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Qual é a freqüência que o caminhão traz para o senhor esse tipo de mercadoria?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Como é?

O SR. DEPUTADO LUISINHO – A freqüência. Quantas vezes o senhor recebe por ano, por exemplo, essas encomendas lá de Cipó?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Assim, eu recebo cinco, seis, ou até eu vou no Brás mesmo e eu compro na mão dos cara, porque tem gente aí que vende lá no Brás, vende quase o mesmo preço lá, eu compro aí.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – E o senhor vive só de venda de artesanato.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Como é?

O SR. DEPUTADO LUISINHO – O senhor vive só de venda de artesanato?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É, eu venho até... Mas de primeiro eu trabalhava com... eu era caminhoneiro, eu trabalhava com o caminhão do meu irmão. Aí, quando o meu irmão parou de viajar mais, aí eu agora estou trabalhando com artesanato.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – O senhor tem quantos filhos?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Tenho duas.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Dois filhos.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Que tipo de artesanato que o senhor falou? É sandália e cortina...

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Tem sandália, cortina, rede, mas eu gosto mais de trabalhar com cortina.



O SR. DEPUTADO LUISINHO – Eu não conheço bem a, quer dizer, a ficha, o que foi apresentado aí, o que tem de... mas a gente nota assim, quando eu olho para o senhor assim, esse tratamento, essa coisa assim de dizer que está tudo... “Doutor...” E essa questão de que “*eu não sei o que que é isso...*” Isso sempre, assim, me mostra uma outra face. Toda pessoa que eu vejo que faz esse tipo de depoimento está escondendo alguma coisa por trás.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, não escondo não, porque...

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Então eu quero fazer uma... Não vou ter muita pergunta para fazer, até porque o senhor está falando pouco, mas eu acho que ao longo do tempo vai surgir mais pergunta. Mas eu queria lhe fazer uma pergunta: qual o nome desse inquilino que foi preso com as aves? Ele também foi autuado?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Olha, não, ele não foi. Na hora... Disse que ele tinha saído de casa, tinha ido fazer uma entrega, e aí, na hora que viram aquele povo... Aqui em casa teve muita polícia. Quando viram a polícia, ele, ali do bar mesmo, voltou, não chegou em casa. Viu aquelas polícias lá e não encostou.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – E o senhor não identificou ele em momento nenhum.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – O senhor escondeu, omitiu o nome dele, o senhor não falou para a polícia que ele era o proprietário das aves...

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Eu falei.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – O senhor assumiu a responsabilidade?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Ô doutor, eu falei para eles. Eu falei para a polícia que a mercadoria não era minha, que essa mercadoria tinha sido de um cara que alugou uma casa minha...

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Mas o nome dessa pessoa.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Zé.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Só Zé?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Eu conheço ele por Zé.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – O senhor alugou a casa para uma pessoa que se chamava Zé.



O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, é porque era conterrâneo da minha cidade.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Mas era só Zé o nome dele. O senhor alugou uma casa para uma pessoa que chamava Zé, colocou dentro da sua casa, essa pessoa colocou passarinho, o senhor foi preso por causa do Zé e não sabe o nome do Zé.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, eu sei que ele mora na minha cidade.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Só Zé.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É, o nome dele é Zé. Porque é o seguinte, todo...

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Mas o senhor sabe localizar o Zé. Se a gente quiser pegar o Zé hoje, prender o Zé porque ele estava com aquelas aves lá, o senhor sabe identificar onde ele está.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Ele mora na minha cidade. Daquele tempo, daquele tempo eu nunca mais vi esse homem. Ele chegou em casa, chegou em casa de noite, na hora que...

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Então nós podemos convocar o senhor para ir com a gente na Bahia, porque nós vamos prender o Zé, lá em Cipó.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – O senhor sabe identificar o Zé e ele vai ser...

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Eu sei que é o seguinte. Mas agora eu ouvi dizer que ele está trabalhando com artesanato. Ele agora, depois daquilo ali, ele parou. O cara me falou, com toda a certeza: *“Olha, ele não...”*

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Mesmo depois disso tudo o senhor não descobriu o nome dele. Ele continua se chamando Zé.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Eu chamo ele de Zé...

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Zé. Quantos Zé tem lá em Cipó?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Ah, tem trilhões.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Já pensou todo mundo Zé, Zé, Zé, Zé? Seria difícil nessa cidade.



O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É porque... Olha, Zé, João, Pedro, aqueles nomes, sabe... Tem aqueles nomes...

O SR. DEPUTADO LUISINHO – O senhor alugou a casa para o Zé e não sabe até hoje... O senhor foi preso por causa do Zé. O senhor está pagando dois anos, não é?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Está pagando multa ou tendo que assinar por dois anos aí, não é?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Eu paguei e tive muita dor de cabeça com isso.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – E o senhor continua sem saber o nome da pessoa que o senhor alugou a casa e que colocou o senhor nessa furada?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Eu nunca procurei saber o nome dele. Eu conheço todo mundo na minha cidade, mas não conheço pelo sobrenome, conheço pelo nome da pessoa, assim: é Zé, Pedro, Zé, Panta, esses nomes assim.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Já pensou, Presidente? Chega uma pessoa na sua casa: *“Quero alugar a sua casa. Meu nome é Zé”*. *“Alugado. Fica aí dentro do meu quintal, pode morar na minha casa.”*

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Mas é contrterrâneo da minha cidade, a gente tem aquela confiança naquele pessoal...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quantos habitantes tem sua cidade?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Na minha cidade... um dia desse tinha 13 mil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Treze mil? Essas 13 mil pessoas só fazem artesanato.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Ô, doutor, na minha cidade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor está falando que saem caminhões e mais caminhões de artesanato. Que tipo de artesanato é esse?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Olhe, é cortina,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Cortina.



O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – ...sandália de couro, rede, essas coisas assim, tudo de sisal.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Todo mundo faz isso lá?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Todo mundo trabalha nisso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sua mãe mora lá?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Mora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Qual o nome dela?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – O nome de minha mãe é Doralice Ana Macedo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É D. Doralice o nome dela?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – E essa pessoa que levou você para Foz do Iguaçu, que trouxe... Ela também foi presa junto com você?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, ele...

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Não foi. Também fugiu?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não. Na hora que eu vinha, foi assim: ele botou a mercadoria num táxi comigo, para eu pegar o ônibus depois da Polícia Rodoviária. E ele falou que ia de ônibus.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Qual o nome dele?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Oi?

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Qual era o nome dessa pessoa?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Eu conheci ele na ...

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Qual era o nome dele?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – ... e ele sempre...

O SR. DEPUTADO LUISINHO – João.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Eu peguei ele numa mentira braba, que ele me disse dois nome. Uma hora o pessoal chamava ele de um nome, outra hora chamava de outro.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – O senhor pegou uma pessoa que não sabia o nome dele,...

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – ... que mentiu para você o nome.



O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Foi.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Você foi com ele a Foz do Iguaçu...

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Fui, fui em Foz do Iguaçu.

O SR. DEPUTADO LUISINHO - Pegou as aves...

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Peguei as aves.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Voltou, assumiu a responsabilidade e também não sabe quem é essa pessoa.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – O nome dele, se eu lhe falar para o senhor uma certeza, uma certeza, eu não sei o nome dele.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Não é Gasparzinho o nome dele não? Não é um fantasma e não existe?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, não, não.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Só pode ser.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não é não. É o seguinte: ele me dava...

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Olha, de repente eu não tenho nem como falar para você de real ou contrário,...

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Ele me deu 100 real para fazer essa viagem.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – ... mas que você dá a certeza que as aves são suas e que é mentira o que você está falando.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não é não, doutor. A mercadoria não é minha não.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – E impossível você viajar com uma pessoa...

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Eu não tinha dinheiro para comprar essas aves não.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Olha só, me escute. Você sair daqui de São Paulo...

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Foi.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – ... e ir até Foz do Iguaçu com uma pessoa e não saber nem o nome da pessoa... Você não sabe nome nenhum. Um você sabe que é Zé, o outro você não sabe nome nenhum.



O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Olha, sabe, o pessoal chamava ele de muito apelido. Eu perguntava o nome dele, o apelido, e ele me dava um nome...

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Qual foi o apelido que ele deu?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Ele me deu Pedro. Outra hora me....

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Pedro é nome, não é apelido.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Sim, mas eu peguei o...

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Espera um instantinho, espera um instantinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Você conheceu na ?

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Primeiro você me falou que ele deu o apelido.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Foi.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Agora você falou Pedro.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Foi.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Qual foi o apelido que ele tinha?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Eu vi o pessoal chamando ele uma hora de Pedro, na feira, porque eu estive umas duas vezes na feira... umas três vezes eu tinha ido na feira para conhecer ele. Uma vez eu vi... O cara chamou de Pedro. Eu digo: *“Rapaz, porque que o pessoal chama de Pedro?”* Outra vez chamou de Severino. Disse: *“Porque o pessoal chama de Severino?”* *“Não, é porque eu tenho muito apelido, aquele negócio todo, não esquento.”*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas podia ser Pedro Severino.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Eu sei que é o seguinte: a gente...

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Mas você viajou com o Pedro ou o Severino...

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Fomos e pegamos o ônibus. Olha...

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Você foi de ônibus, sentaram um ao lado do outro,...

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Foi.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – ... foram até Foz do Iguaçu. Você não chamou ele por nome nenhum, porque você só escutou o nome dele na feira.



Chegou lá, ele te passou aves para a sua mão, disse que ia te pagar 100 reais só quando você chegasse a São Paulo...

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, ele botou a mercadoria...

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Aguarde um instantinho. Só quando chegasse em São Paulo, não é, que você ia receber os 100 reais...

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Foi, foi.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Você foi preso e não sabe até hoje quem é essa pessoa também. Você não sabe nome, não sabe nada.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Quando chegou aqui, liguei para ele. Mas ele já sabia, que, na hora que eu caí, ele viu que o ônibus tinha... Ele passou no ônibus...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O que que é cair? Cair é ser pego, é isso?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É, pego. Eu fui pego. Na hora que o táxi passou... Ele me botou no táxi e botou duas caixas de madeira. Digo: “*O que é isso?*” Ele disse: “*Tem uns bicho.*” Eu não vi ele comprando os bicho, eu não vi ele fazendo nada. Eu fiquei no hotel. Quando ele disse: “*Venha cá, vamos embora*”...

O SR. DEPUTADO LUISINHO – O senhor sabe que esse termo “cair” não é um termo muito popular de quem é uma pessoa inocente não. Cair?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Mas eu falei...

O SR. DEPUTADO LUISINHO – “*Eu seria preso.*” “*Eu fui preso irregularmente, covardemente.*” “*Eu não tinha nada a ver com a história.*”

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Sim.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Mas cair não é um termo popular de pessoas que nunca...

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – O pessoal fala cair, assim que eu entendo isso. Aí eu vi ele depois na feira. Eu digo: “*Rapaz, está vendo aí o que foi que tu me botou lá, no pepino? Estou pagando tanto por mês, já paguei uma cesta base, e todo mês estou lá assinando um papel porque causa de você.*” Ele disse: “*Não, rapaz, mas é o seguinte: deixe quieto, você sabe...*” Eu digo: “*É, mas você me botou numa saliva da peste, que eu nunca pensei de entrar nessa.*”

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Você encontrou com ele após a prisão.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ligou, não?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Depois eu encontrei ele.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Você ligou para ele ou esteve com ele pessoalmente?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Liguei para ele...

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Então você tem o telefone dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pode entrar em contato com ele?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Na época ele tinha celular. Na época ele me deu o número do celular dele.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Você nunca mais viu essa pessoa.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Você está pagando...

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não. Depois eu vi ele na . Na , está entendendo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas o senhor não disse que quase não vai na ? O senhor está encontrando todo mundo na .

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Você já esteve quantas vezes? Três vezes...

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Mas, doutor...

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Olha só — o senhor aguarde um instantinho —, três vezes para acertar com o cara a viagem.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Foi.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Duas para saber o nome do cara.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Foi.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Uma para você poder ver passarinho, que você falou passeando para comprar alto-falante. Outra aí você está aí me falando...

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Para comprar alto-falante?

O SR. DEPUTADO LUISINHO – ... que foi depois par ter contato com ele. Foi umas dez vezes já para a .

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Essa boca de alto-falante, doutor, foi agora, que meu irmão chegou da Bahia e eu fui na .

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Não, mas estou te fazendo a conta...



O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Sim.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – ... pela colocação que você fez de que você não vai à . Você já me falou umas dez vezes que você foi.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Tem mais de ano que estive na .

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Complicado isso. É muito complicado.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Quando eu ia lá, eu ia era vender artesanato. Também eu vendia. Na feira lá eu vendia artesanato. Na feira é bom de vender artesanato. Fazia rolo.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Olha, não é brincadeira não. Não tem como solicitar um detector de mentira não, Presidente? *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Está faltando é jornalista aqui, que ela olha no olho e vê.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – É brincadeira. Quer dizer, você tem contato, você vai preso, você está respondendo dois processos. Olha, estou com pena de você. Você está com dois processos no IBAMA, respondendo por pessoas que nem conhecia direito. Gente, que covardia fizeram com esse rapaz!

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Olha, dos papagaios foi que estava sem condições, sem nada, o cara me prometeu 100 real, eu fui, a viagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E o outro foi o Zé, que foi para a sua casa.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Foi.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – O Zé foi lá e encheu a casa dele de passarinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E a terceira? Qual foi a terceira? A terceira eu não sei qual é.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Não, a terceira é a do caminhão, que ele vinha num caminhão, acidentalmente, de carona...

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Do caminhão eu não tenho nada a ver. Vim de carona.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Aí foi preso.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não. Eu não fiquei preso não.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Ele não tinha nada a ver com a história.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Tinha passarinho no caminhão?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Eu não fiquei preso. Nem me levaram nem nada.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Não tinha uns quinhentos animais aí?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, não.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Era tudo da reportagem.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Esses bicho aí não era meu não. Eu não tinha nada a ver com esses bicho não.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Deixa eu só... O Presidente disse que não pegou essa parte. Ele foi preso uma vez no caminhão, além dessas duas, que foi o Zé que criou o passarinho lá na...

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, doutor, não foi assim.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Aguarde um instantinho. O Zé criava os passarinhos na casa dele, os pretos e os cardeais...

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Sim.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Depois ele foi preso com as araras, em Foz do Iguaçu, e teve uma que ele estava de carona num caminhão que tinha sagüis e outras aves, seiscentos animais aproximadamente, e ele estava de carona. Provou que não tinha nada a ver com a história e ele foi liberado. Coincidentemente, ele está sempre no local do crime, ele está sempre perto do local do crime. Apesar de ele não estar participando, ele estava no caminhão, naquele dia, onde tinha animais também silvestres ali dentro, para ser vendido e traficada. Então é uma coincidência incrível.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Eu vim de carona na cabina. Vim de carona na cabina.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Não, eu só estou te falando da coincidência.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Eu sei.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Quer dizer, isso mostra o quê? Se são seiscentos animais lá de Cipó, que Cipó então é uma base.



O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não saiu de Cipó não, essa mercadoria. Essa mercadoria é o seguinte: eu peguei uma carona em minha cidade, essa mercadoria foi pegada em Vitória da Conquista.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Eu sei, mas o caminhão saiu de Cipó.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, não. O caminhão não saiu de Cipó não.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – E o que que foi fazer em Cipó esse caminhão?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – O caminhão não vinha de Cipó, o caminhão vinha de Salvador.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – E você pegou ele onde? Ele passou por Cipó? É caminho? Eu não conheço. É caminho?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Foi assim. Eu vim para Salvador... Eu tenho muito caminhoneiro em Cipó conhecido, vim para Salvador para carregar os caminhões para pegar uma carona. Eu saí de Cipó com o caminhão de um amigo meu, mais eles. Quando chegou em Salvador, eles não carregaram, demoraram para carregar, aí um caminhoneiro foi, carregou uma carreta e eles pegaram amizade e me ofe.... E eu falei: *“Rapaz, eu estou indo para São Paulo trabalhar.”* Ele foi e meu deu essa carona. Ele me deu essa carona. Quando chegou em Vitória da...

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Esses animais estavam vindo de onde?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Hum?

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Esse caminhão estava vindo de onde?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Esse caminhão...

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Esse que estava com os animais que você pegou acidentalmente?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Salvador. Estava vindo de Salvador.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Salvador. Mas ele carregou em Salvador...

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Carregou em Salvador, daquele de fazer negócio de plástico. A carreta vinha carregada de plástico. Quando chegou em Vitória da Conquista, pegou esse pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Seu Panta...



O SR. DEPUTADO LUISINHO – Sr. Presidente, eu acabo ficando com pena desse rapaz, que ele acaba estando sempre no local do crime, mas sem ter nada a ver com a história.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Mas eu estou dizendo a ...

O SR. DEPUTADO LUISINHO – O Zé enrolou ele... A verdade é que é uma coisa confusa. Não tem como... A gente precisa conversar mais um pouco, para ver se a gente puxa mais alguma coisa, que ele possa auxiliar a gente. Porque ele está sempre... Eu acho que ele pode, na verdade, com essa sorte dele... Se a gente pegar ele por aqui e botar ele num caminhão na Bahia e nós dermos um flagrante naquele caminhão, vai estar ali as aves. Porque é coincidência, é muita coincidência.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Pode dar que não me pega não. Pode dar que não me pega não.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Não, não. Aguarde um instantinho. Porque a coincidência dele é tão grande... Ele atrai o problema para ele. É uma boa isca para a gente pegar os traficantes de animais no Brasil. Porque onde ele estiver vai surgir alguém vendendo, alguém traficando animal, porque coincidentemente ele sempre está nesses locais, coincidentemente. Sr. Presidente, eu passo a palavra para a Deputada, se desejar, ou para V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Deputada Vanessa Grazziotin.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Sr. Panta, como é seu nome, Sr. Panta? Desculpe eu perguntar novamente?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Panta Alves dos Santos.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Panta...

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Alves dos Santos.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Somente isso.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não tem mais nenhum sobrenome.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não tem não.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Nem seria Panta Alves dos Santos de Macedo?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não. O meu nome é Panta Alves dos Santos.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Somente.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Só.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor não tem nenhum documento que tenha acrescentado esse Macedo não?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – O nome da minha mãe é Doralice Ana Macedo e meu nome é Panta Alves dos Santos.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Somente.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – O nome do meu pai é Álvaro Panta dos Santos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Macedo é o nome de sua mãe.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É o nome de minha mãe.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Qual?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Macedo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Macedo.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Macedo é o nome de minha mãe.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor não assina Macedo.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, senhora.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Em nenhum documento tem o sobrenome de Macedo?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, não tem não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor faz o que mesmo, que o senhor falou?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Artesanato. Trabalho com artesanato. E sou motorista de caminhão.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor é motorista de caminhão, mas não está...



O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – E trabalho com artesanato.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E vende artesanato.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Vendo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não faz artesanato.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Se tiver mercadoria eu faço, que eu sei fazer.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O que que o senhor faz?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Rede, cortina... Eu faço. É feito dessa aí... de roupa de pano, assim. Eu fui lá em Americana, comprei lá uns fiapo e fiz. Faço também. Em casa eu fazia, mas eu vi que não dava... É melhor comprar feito.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor é casado?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Sou.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Sua esposa trabalha?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Minha esposa tem uma firma.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Firma?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – De quê?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Ela tem um negócio de bebida. Agora tem... Ela vende roupa...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ela tem uma empresa.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Ela tem uma empresa.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – É uma microempresária.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Qual é a mercadoria que ela trabalha?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Ela trabalhava com bebida. Depois parou com bebida, agora está trabalhando com roupa. Trabalha com roupa. Agora as máquina parou, vendeu as máquina. Mas a firma dela...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas ela fabricava roupa.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É, calcinha, e continua com a fábrica... com a firma aberta.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E a bebida? Que bebida ela vendia?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Ela vendia bebida, mas foi antes de eu conhecer ela.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas que bebida?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Foi antes de eu conhecer ela. Ela só me dizia que vendia bebida, antes de eu conhecer ela.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não, mas eu não estou perguntando se foi antes ou depois de o senhor conhecê-la. Que bebida que ela trabalhava?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Ah, eu não sei que bebida era.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ela era representante...

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, ela vendia. Ela me disse que vendia. Ela tinha a fábrica e vendia bebida. Aí os ladrão começaram a roubar muito ela, ela parou e começou a trabalhar com negócio de roupa.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ela tinha fábrica e também vendia bebida.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, fábrica não. Ela tem uma empresa e botava o pessoal para trabalhar para ela.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E a empresa só fabrica roupa atualmente.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Só calcinha.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Só calcinha. Tem quantos empregados?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, agora ela não tem mais nenhuma não, ela parou.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ela parou.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É. Agora ela montou uma casa de aves.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Montou o quê?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Uma casa de aves.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Casa...



O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – ... de aves.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Vende aves?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Vende ração, ração para cachorro, gato, essas comida assim.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E vende aves também.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não. Ela vende é canário belga, que não é proibido, esses bichos assim.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas ela vende aves.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Como é?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ela vende aves.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não. Canário belga, cadorna... Não é proibido, ela vende.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não. Eu não estou falando se ela vende animal proibido ou não.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Eu sei.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Estou lhe perguntando se ela vende aves.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É, esses tipo de bicho assim.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E o que é que levou ela primeiro a vender bebida, aí largar a bebida, passar a fabricar roupas, depois largar a fabricação de roupas e abrir uma loja de aves? São ramos completamente diferentes. O que que levou ela? O senhor teve alguma influência no fato de ela abrir uma loja de aves?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não. Sabe o que é? É que ela é pessoa viveadeira. Mexe com uma coisa, não deu certo...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ela é o quê? Eu não entendo.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Viveadeira.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O que é viveadeira?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É pessoa que é inteligente. Não dá certo uma coisa, ela larga, arruma outra.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ela é esperta.



O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não. Esperta eu sei lá que diabo é. Eu sei que ela mexe numa coisa, não deu certo, ela larga, arruma outra e vai vivendo assim para ver se consegue o dinheiro.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E o senhor tem duas filhas com a sua esposa.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, essa aí é a segunda mulher.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor tem quantas filhas com ela?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Duas. Não, essa, eu não tenho filha com ela não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor é casado com ela há quanto tempo?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Eu moro com ela há quatro... vai fazer cinco anos que eu moro com ela.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Cinco anos.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E a loja dos pássaros dá bem?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Vende, mas devagar, devagar. Ela falou que vai fechar também.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Há quanto tempo ela tem essa loja de pássaros?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Deve ter um ano e pouco.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Um ano e pouco. O senhor não sabe mais ou menos quanto ela tira.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Ela tira pouquinho. Ela falou que vai parar. Ela falou que vai fechar a loja, que não está dando certo não. Para ganhar 15... 10% em cima da ração.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E onde é que fica localizada a loja?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Em casa mesmo, em casa.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas onde é sua casa?



O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Rua Professor Cardoso Melo Neto, nº 515, Jardim Santa Lúcia, Santo Amaro, São Paulo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor mora em Santo Amaro.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E lá tem muita gente que... Nesse Bairro de Santo Amaro tem muita gente que cria pássaros?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Ô, Doutora, eu não sei.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Pois é, porque ela tem uma loja para vender ração de pássaros...

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Sim. Mas ela vende... Olha, canário belga come ração e alpiste.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Pois é, é isso que eu estou lhe perguntando, porque, se ela abriu uma loja lá no Bairro de Santo Amaro, que deve ser um bairro grande...

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, mas todo lugar tem loja hoje aqui em São Paulo. Todo lugar tem. Lá em casa mesmo tem duas vizinha a ela, tem duas vizinha.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Duas outras lojas...

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Tem duas loja vizinha a ela.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – ... que vende ração para pássaros.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E vende ração para cachorro, para gato, todo tipo de animal.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É. Abrimos lá um *shopping*... para dar negócio de banho em cachorro também.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Então tem muito animal no Bairro de Santo Amaro.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Cachorro, para dar ração a cachorro, injeção...



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas pássaro... O senhor que anda por lá pelo bairro... Muita gente cria pássaro?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, não vejo pássaro não. Lá não vejo pássaro não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor não vê pássaro. Nem na loja da sua esposa?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Mas é cadorna, cadorna.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas cadorna não é codorna? Não é um pássaro?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É, é.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Então, só estou perguntando se o senhor não vê os pássaros nem na loja da sua esposa.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Toda loja vende, toda loja vende.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor parece que tem medo de pássaro.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Toda loja vende.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor tem medo de animais, de bichos.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, eu não vou dar notícia disso porque eu não trabalho com isso, então... Eu já estou complicado com essas coisa, essas coisa me compli... Uma coisa que não tenho nada a ver e já me complicou.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E quando o senhor era caminhoneiro? Quanto tempo faz que o senhor largou a profissão de caminhoneiro?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Tem... Quando passei a morar com ela.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Há quase cinco anos.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Que o senhor passou a morar com ela. Ela já pensava em trabalhar com aves?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Ela... Eu não sei, porque antes disso ela mexia com roupa. Ela tinha bebida, depois parou, mexeu com roupa e...



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas ela não falava para o senhor a idéia que ela tinha de mexer com pássaros.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, não, ela nunca me disse nada não, que eu nunca fui de...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ela é da Bahia também?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É, mas se criou aqui. Ela se criou aqui.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas é baiana.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Qual a cidade dela?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Capim Grosso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Na Bahia?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E criou-se em São Paulo.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Se criou aqui em São Paulo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E o senhor, quando trabalhava de caminhoneiro, que mercadorias o senhor transportava?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Trazia artesanato também. Carregava em Salvador, no pólo de... Lá tem tudo, todo tipo de carga você acha lá.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas o senhor costuma transportar o quê?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Era isso. Eu trabalhava nas empresas: carregava aqui, levava para lá, levava para Belém do Pará, levava para o Maranhão, todo lugar do mundo eu levava.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Qualquer tipo de... O caminhão era seu?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – O caminhão era do meu irmão.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Do seu irmão.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor aceitava qualquer tipo de carga?



O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Carga de empresa, é carga de empresa.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Que empresas? O senhor poderia citar algumas empresas para as quais o senhor trabalhava?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, essas empresas... Hoje tem cinco anos ou mais que eu trabalhei com isso. Tudo, tudo muda.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Muda. Nós sabemos que tudo muda, mas, àquela época, quais eram as empresas que o senhor trabalhava?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Eu carregava em Salvador, negócio de saco, saquinho, fazer pneu de carro, essas coisa assim. Nós carregava lá.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Então, como é o nome dessas empresas que o senhor trabalhava?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Ah, não lembro mais não. Tem cinco anos, não lembro mais não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não lembra de nenhuma?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não lembro mais não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – De nenhuma empresa que o senhor trabalhava?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Eu não trabalhava.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não, que o senhor fazia carga.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Eu fazia carga. Eu chegava lá, os gato me dava carga para carregar.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Os gato?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É, lá chama gato. Dava a carga, botava em cima, tirava a nota fiscal, tudo direitinho, e trazia.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Na nota fiscal o senhor não lia o nome da empresa?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – A minha leitura toda vida foi pouca.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – A leitura foi pouca.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É, minha leitura é pouca.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor, hoje o senhor vende artesanato.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Vendo artesanato.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor falou que o senhor vende na rua. O senhor vende como ambulante ou o senhor tem um ponto fixo?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Ambulante, não tenho ponto fixo não. É andando na rua.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Andando na rua.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É andando na rua.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Quanto o senhor tira por mês, mais ou menos?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Pouco, pouco. Tem vez que eu ganho 15 conto por dia.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Quinze por dia?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É, tem vez, tem vez que eu gasto é mais, tem vez que eu não ganho nada. Gasto do que eu levei.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E aí o senhor vive de quê?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Como é?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Quando o senhor não ganha nada, o senhor vive de quê?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Quem está dando comida para a gente é essa casa de ração.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Da sua esposa, que dá muito pouquinho.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É, ganha pouquinho, e nós bota comida dentro de casa e vai comendo e vivendo aí como Deus quer.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor tem conta em banco?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Tenho.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Tem conta bancária?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Tenho.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Qual é o banco?



O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Banco Itaú.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Banco Itaú. E esse pouquinho o senhor movimenta no banco.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, mas é... O Banco Itaú... Eu tenho uma continha lá, mas eu tenho outra no Banco do Brasil. No Banco do Brasil eu estou devedor lá.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Então o senhor, por favor, o senhor lembre, porque, conforme já lhe foi dito, o senhor não pode nem omitir informações nem responder errado, porque isso pode caracterizar a falta de verdade.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Eu sei, eu sei.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Então o senhor pode parar, pensar e dizer em quantos bancos o senhor tem conta.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Tenho no Itaú e no Brasil.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Só nesses dois bancos.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – A conta do Brasil eu estou devedor mais de 1.000 real.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E a do Itaú?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Eu não pego talão de cheque lá... Não estou pegando talão de cheque porque tem uns oito mês que a minha conta está com problema.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E a do Itaú?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Abri no Itaú.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Como está no Itaú?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Ruim. Dinheiro não tenho. Não tenho dinheiro. Algum dinheiro que eu vou juntando, para botar lá para comprar artesanato... Mas não dá, não tem lucro, não tem lucro.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Quanto tempo faz que o senhor tem conta bancária?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – No banco... tem dois anos.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Tem dois anos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Qual banco? Banco do Brasil ou Itaú?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Banco do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E no Itaú?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Itaú tem uns cinco mês.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Cinco meses. O senhor não tem conta em outro banco além desses dois?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, não. Tenho na minha cidade, mas na minha cidade também estou devedor.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Qual é o banco da sua cidade?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – BRADESCO.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Então já é o terceiro banco?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É, devedor.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E o senhor, ganhando tão pouquinho assim, às vezes 15 reais por dia, às vezes nem isso, ainda dá para o senhor colocar dinheiro no banco e pagar? Porque o banco cobra taxa.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Cobra, e eu estou devedor lá em mais de 1.000 real no Banco do Brasil.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E aí o senhor vai no Itaú e abre outra conta.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Mas a conta do Brasil... Quando eu abri o Itaú o meu nome não estava com problema ainda não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas o senhor disse que está com problema no Banco do Brasil há oito meses e que a sua conta do Banco do Brasil o senhor abriu há cinco meses.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Olha, a conta do Brasil... Eu tinha poupança no Banco do Brasil. Quando eu abri a conta do... Eu tinha a poupança no Banco do Brasil, aí eu transferi para a conta corrente. Quando eu transferi para a conta corrente, aí eles me deram talão de cheque, para eu comprar artesanato mesmo, porque lá eu mando um cheque... Eu compro na Bahia com cheque.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Quanto foi que o senhor transferiu da poupança para a conta corrente?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Tem... Deve ter um ano.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não, quanto? Valor.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, dinheiro não. A transferência é que era poupança, aí passei para...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Então, quanto dinheiro o senhor tirou da poupança e depositou na sua conta corrente?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Nada, não tinha nada não. Eu abri... Eu fiz a transferência só para abrir conta, sem nada, sem nada. Eu abri parece que com 200 conto.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Então foram 200 reais...

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Foi.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – ... que o senhor tirou da poupança...

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, não tinha dinheiro na poupança. Eu abri até com cheque. Eu cheguei e falei assim: *“Eu quero abrir uma conta...”*

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Sr. Panta, o senhor decida. O senhor tinha poupança ou não?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Eu não tinha dinheiro. Eu tinha poupança aberta há muitos anos. Três anos.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Certo. O senhor falou que transferiu dinheiro da poupança para a conta.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, eu não transferei dinheiro não, que eu não tinha dinheiro.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas foi o senhor que falou.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, mas eu não transferei. Eu transferei a conta, que era conta poupança, abri para conta corrente. A transferência assim, que eu estou falando. Agora, dinheiro eu não tinha não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor não tinha conta corrente, mas tinha uma conta poupança, aí o senhor transferiu de conta poupança para a conta corrente, aí o senhor perdeu a conta poupança. É isso?



O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E eram 200 reais que tinha lá?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não tinha dinheiro nenhum, não tinha dinheiro nenhum.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas como é que o senhor tinha poupança, se não tinha dinheiro na poupança?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Mas eu botava assim... Eu saía vendendo artesanato na rua, aí recebia aquele chequinho e botava lá na minha poupança. Aí foi indo, foi indo, foi indo... Eu digo, eu vou abrir uma conta corrente, para poder movimentar com cheque.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas o senhor disse que o senhor vende tão pouco... Ainda sobrava um dinheirinho para botar na poupança?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Minha mulher tem três aluguel.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ah, então, além das lojas, além da loja de aves da sua esposa, ela recebe recursos de três casas que ela aluga.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, ela recebe de duas, recebe de duas, mas agora desalugou, estão todas duas desalugadas.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas o senhor não falou que eram três?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Sim, era três, mas está tudo fechado, é negócio de cômodo, é aluguel de 100 conto, 150...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor declara Imposto de Renda?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Declaro.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Declaro?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Declaro.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor paga quanto de Imposto de Renda?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Eu nem sei, sabe? A minha contadora fez lá, eu nem sei quanto é mais.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor tem contadora?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – A contadora de minha mulher, da firma. A minha mulher tem firma. A minha mulher tem firma, ela tem direito de... Todo ano ela declara.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor é sócio da sua esposa na firma dela?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, não sou não. Ela pelejou para eu entrar, eu nunca quis não, mas agora eu vou abrir, porque... Eu vou abrir uma firma.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas mesmo a empresa da sua mulher dando tão pouquinho, ela ainda consegue pagar uma contadora?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – A contadora é o quê, é 150 por mês. É por mês, ela.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Então, 150 por mês é aquilo que o senhor tira vendendo seu artesanato.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Doutora, a gente...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Então o senhor vende artesanato para poder pagar a contadora da sua esposa.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Sim, mas... A minha mulher tem loja. Minha mulher vende...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Sim, mas o senhor disse que não dá nada.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Ela vende roupa. Ela vende as calcinha também. Agora mesmo...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor, Seu Panta, o senhor poderia enviar o número das suas contas bancárias para a CPI, abrir mão do seu sigilo bancário?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Posso, posso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor poderia enviar a cópia de suas declarações de seu Imposto de Renda?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Posso, posso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor fará isso?



O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Posso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Assinando um termo dizendo que vai encaminhar, se comprometendo...

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Eu encaminho tudo. Se vocês me der o endereço, eu boto tudo para lá.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Perfeito, então vamos providenciar isso. Sr. Panta, o senhor é de Cipó, que eu ouvi falar.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Sou.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não conheço Cipó, mas o senhor mesmo já disse que é uma cidade de 13 mil habitantes, portanto...

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É, 13 mil habitantes.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Eu também sou do interior, eu sei como as pessoas se conhecem no interior, não só pelos apelidos, mas pelo nome.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – A gente conhece... Eu conheço todo mundo na minha cidade, agora, conheço pelo apelido assim, mas nunca cheguei assim a perguntar “*o seu nome mesmo é Fulano de Fulano Fulano?*” Não, eu conheço, o pessoal brinca e tudo...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor conhece um senhor lá chamado Aílton?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Aílton?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – É, em Cipó.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Aílton?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Aílton.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, não chegou ao meu conhecimento não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Zé Aílton.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não seria o Zé? Será que não seria Zé Aílton?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Zé Aílton.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Como é?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Aílton.



O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Arílton?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Aílton.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Ele... Ele mora aqui em São Paulo, não é?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não, ele é de Cipó. Onde ele mora eu não sei.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Aílton... Não conheço não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E se falar de Edson Rodrigues de Andrade? Lembra... Se falar nesse nome, o senhor lembraria do Sr. Aílton?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Eu não me alembro, porque aí pode ser o nome dele completo. Como você está me dizendo eu não sei.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas quem é Edson Rodrigues de Andrade?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – O Edson? Não, não conheço não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O Edson o senhor não conhece.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Edson Rodrigues de Andrade.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, não conheço não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor não conhece?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, senhora.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E o Sr. Costa Billy Meola Filho?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não conheço também.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Nunca ouviu falar.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Nunca ouvi falar.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas então o senhor só sabe... O Seu Gugu, o senhor conhece o Seu Gugu?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Gugu?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Gugu.



O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Da televisão?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – De Cipó.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não. Gugu, nunca ouvi nome de Gugu lá em Cipó não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E Gustavo?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Gustavo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Seu Panta, só um instantinho, deixa só eu dar uma interrompida.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Em Cipó também não. Em Cipó não tem nome de Gusta... Tem Gustavo, mas esse, esse Gustavo que eu estou pensando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Seu Panta...

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Pode falar, doutor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Seu Panta, eu estou esclarecendo ao senhor que eu não gostei da sua observação. O senhor sabe a quem a Deputada está se referindo. Não vou admitir isso e, se o senhor fizer mais uma vez, eu vou pedir à Polícia Federal que o leve preso. Então o senhor, por favor, preste atenção. A Deputada já falou duas ou três vezes para o senhor: pare, pense, depois responda. É falar em passarinho, o senhor não conhece; é falar num nome, o senhor diz “não” antes de ela terminar de falar. Então o senhor, por favor, se contenha. Respeite a Deputada e respeite a CPI, porque senão não me restará outro caminho de indicar novamente o caminho da prisão, que parece que o senhor conhece muito, muito mais do que o senhor diz que conhece. Então pode continuar, Deputada, por favor.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O problema não é nosso, como disse o Presidente, o problema é seu. O senhor tem procurado passar uma imagem para todos de uma pessoa muito humilde, que desconhece, mas em determinados momentos o senhor é muito sagaz. O senhor é muito sagaz em determinados momentos. Esse Seu Gustavo que o senhor estava falando sobre ele, pode continuar.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, esse Gustavo... Eu conheço um Gustavo aqui em São Paulo, mas na Bahia eu não conheço não.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E esse Gustavo que o senhor conhece aqui em São Paulo, ele mora onde?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Onde é que ele mora?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – É

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Também não conheço não, Doutora.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não conhece?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Eu vejo ele aqui. Sempre vejo ele aqui. Sempre vejo ele na . O pessoal chama: "*Gustavo, Gustavo*". Eu conheço ele, mas não sei dizer...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Nessas poucas vezes que o senhor foi à o senhor já viu esse Gustavo ou Costa Billy?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Esse Gustavo, doutora, eu já vi na feira, que o pessoal chama assim: "*Gustavo, Gustavo*". Inclusive, uma vez eu vendi até uma cortina a ele.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ah, o senhor já viu ele na feira, então, o senhor lembrou dele?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Por isso que estou lembrando, porque já vendi uma cortina a ele.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E foi só na feira que o senhor encontrou?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Foi, foi só na feira?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ele mora onde, o Sr. Gustavo?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Eu não sei, doutora.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor já andou pela Vila Santa Catarina?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, senhora.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não sabe nem onde fica.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, Santa Catarina, eu já vendi cortina... Eu ando em São Paulo tudo a pé, vendendo....

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Onde fica Vila Santa Catarina?



O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não sei. Eu ando assim. Eu não sei ler, doutora. Eu passo numa cidade e vejo o pessoal comentar, aqui é Santo Amaro. Eu conheço o Bairro Santo Amaro porque é um bairro, assim, Santo Amaro e Diadema, esses bairros assim. Agora Santa Catarina deve ser o quê? Uma vila pequena? Não sei.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor falou que em Cipó, se faz muito artesanato.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Faz.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Se cria muitos pássaros também?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, senhora.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E da onde vem esses pássaros, que o senhor carregava, que o senhor foi pego duas, três vezes?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Esses pássaros vieram de Vitória da Conquista. Foi o cara que vinha trazendo, eu não tenho nada a ver com isso não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – A sua esposa compra pássaros de Vitória da Conquista?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, senhora. Nunca.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – De onde ela compra pássaros?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Ela não mexe. O pessoal vendia...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não, as codornas...

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Sim, o pessoal vende em casa.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ela compra em casa?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Sim, os carros passam lá vendendo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Os carros passam vendendo?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E o Sr. Edson Rodrigues de Andrade, o senhor conseguiu lembrar desse senhor?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, senhora.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Porque o Sr. Edson Rodrigues de Andrade junto com o seu Ubiraci Reis da Silva foram presos também com pássaros. O senhor não conhece essas pessoas?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, senhora.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas a sua cidade tem 13 mil habitantes e eles também são de Cipó.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Doutora, se eles são da minha cidade, vou falar aqui uma verdade para a senhora, eu não conheço eles, porque eu falo assim que eu conheço todo mundo é modo de dizer, a gente não conhece todo mundo da cidade porque eu morava no interior.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor se considera uma pessoa injustiçada?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Como assim, doutora?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Uma pessoa injustiçada, que já sofreu sem ter cometido nada de errado?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É doutora, já porque essas coisas mesmo que aconteceu... Eu estou errado porque eu ganhei o meu 100 conto lá que o cara ia me dá o meu 100 conto, nem me deu, e essa mercadoria estava em casa.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Essa foi uma das vezes.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Foi.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E duas vezes?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – E essa do caminhão não tem nada a ver, eu vim do caminhão de carona. Eu vim de carona.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Cheio de animais?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Vim de carona.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor veio de carona na boléia.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Era. Vim na boléia.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E quantas pessoas mais vinham?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Vinham três pessoas.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Todas elas cabiam na cabine do caminhão?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Cabiam. Quatro com o caminhoneiro.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Cabiam perfeitamente todas as pessoas?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Eram quatro com o caminhoneiro.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E atrás como era o caminhão?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Era uma carretona bem grande.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas era tipo com contêiner fechado?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Um baú fechado.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Um baú fechado?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É. Era baú.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E o senhor não viu o que tinha dentro do baú?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Isso, eu lá, na hora, era pássaro. Eu vi que colocaram os pássaros dentro do carro, em Vitória da Conquista.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E o senhor não ficou com medo, o senhor já tinha sido preso?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Doutora, não, nesse tempo nunca tinha acontecido nada comigo, não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Essa foi a primeira vez?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Foi.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ah, essa foi a primeira vez.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Foi a primeira vez.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Por isso que eles libertaram o senhor, por isso que eles não levaram...

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Mas é o seguinte, eu não tinha nada a ver com o caso. Eu disse: *“Eu vou embora, eu não tenho nada a ver com o caso, não”*. Peguei a minha mochilinha e fui embora. Eu disse: *“Já estou aqui em São Paulo mesmo não tenho nada a ver com isso, não”*.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Foi a primeira vez que lhe pegaram?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Foi. Já tem o quê?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E liberaram.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Já tem uns dez anos. Isso aí tem uns dez anos que aconteceu isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor não gostaria de falar para nós não das atividades diretas que o senhor faz ou que se envolve, mas durante esse período que o senhor pegou uma carona, pelo que o senhor ouve lá na ... O senhor não gostaria de nos passar algumas informações? Quem são as pessoas que comercializam esses animais? Qual a procedência desses animais porque isso poderia nos ajudar?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Doutora, o que eu falo para a senhora é assim. Eu vejo comentário, porque a gente não é cego nem doido. Eu vejo os comentários, os caras chegam lá e me oferecem. Não quero não. Contra a lei não quero não, não quero de jeito nenhum.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas, quais são os comentários que o senhor ouve?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Nas feiras, a gente anda na feira e vê os comentários, falando: "*Pô, rapaz, você não quer comprar uns bichos?*" Digo: "*Não quero não*".

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas isso não é um comentário. Isso é uma pessoa lhe oferecendo animal.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É, oferecendo na feira.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Então, mas os comentários que o senhor escuta, quem abastece, da onde vem os animais?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Doutora, eu vejo sempre os comentários...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Em Foz do Iguaçu mesmo, qual é o negócio que tem lá, onde é que o senhor deixaria os animais lá?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, doutora, eu nunca fui. Só fui essa vez em Foz do Iguaçu.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas não foi essa vez que o senhor foi pego?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Foi. Tem dois anos.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor não estava assim meio sem dinheiro, apesar da sua esposa ser empresária, pagar 150 reais para uma contadora? O senhor não foi pego lá porque estava transportando os animais — e o senhor transportou só porque precisava de dinheiro — e recebeu por isso 100 reais? Aonde o senhor deixaria os animais lá?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, foi assim, eu fui mais o cara, chegou lá...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mais o Zé.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O nome dele.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – O Zé, não. Esse não é o Zé, não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Esse não é o Zé, não. Como é o nome desse?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É tanto apelido que ele tinha. Severino. Eu chamava ele de Severino. Mas, doutora, essas coisas, muito tempo a gente vai esquecendo essas coisas que a gente não tem nada a ver. Ele chegou foi mais eu, chegou lá, comprou a mercadoria. Eu fiquei no hotel. Ele arrumou e disse: "*Olha, vamos pegar aqui mercadoria*". "*Que mercadoria?*" "*Não, não esquenta a cabeça não. Quer mercadoria? Vai. Você vai levar, você vai ganhar os seus 100 contos*". Arrumou uns caixotes, botou a mercadoria, arrumou dois caixotes, botou dentro do táxi. "*Leve. Quando passar à Polícia Rodoviária, tem ônibus lá, você vai de ônibus*". Eu disse: "*Está bom, o que é isso?*" "*Não, não esquente a cabeça não, uns bichinho aí*". Mas eu disse: "*É proibido?*" Ele disse: "*Não, isso ninguém liga, não*". Foi quando caí. Quando me pegaram.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ah, o senhor ia de ônibus para lá.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Nós fomos de ônibus. Quando de lá para cá nós viemos de táxi. Eu peguei o táxi de lá, ele botou a mercadoria dentro do



táxi, pagou o táxi. *"Agora você deixe lá, depois da Polícia Rodoviária. O primeiro posto de gasolina você entre e deixe lá, quando eu passar nós pegamos lá"*.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Aí, o senhor foi só até o posto de gasolina?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – De lá para cá eu vim. Quando chegou na Polícia Rodoviária, a polícia me pegou, doutora. A polícia me pegou foi na Polícia Rodoviária. Não saí de Foz do Iguaçu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Só um instantinho. O senhor tem algumas dificuldades, eu acho, bastante, assim, acentuadas de lembrar nomes. Eu vou correr o risco, de novo, de perguntar sobre um outro nome para o senhor. Eu vou perguntar bem devagar, o senhor pode pensar. O nome dele é Francisco Cortês do Paraíso. Francisco que pode ser Chico, mas não é Zé, esse não é Zé.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É Francisco Cortês do Paraíso. O senhor conhece?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele é seu sócio. Então o senhor não conhece?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não é meu sócio, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, eu estou afirmando, eu não estou perguntando.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Eu sei. Não conheço ele, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele é lá do Tocantins?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Ele não é sócio meu, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Seu irmão Orlando... Isso é só para o senhor sentir... O senhor pode responder o que quiser, mas é só para o senhor sentir o que essa CPI já sabe sobre a sua pessoa.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O seu irmão Orlando é o que foi eleito Vereador?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Orlando? O senhor ainda não disse o nome ainda.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É. Orlando Alves dos Santos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor sabe que nós temos o nome dele: Orlando.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Foi eleito Vereador.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Traficante conhecido de animais, de aves pelo IBAMA. Que também já teve problemas com o IBAMA, não teve?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Teve, teve problema com o IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Várias vezes, não foi uma vez só não, foram várias.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Ele só teve uma, que eu me lembre ele só teve uma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Qual foi essa vez?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Ele vinha de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Caminhão?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Ele pegou a mercadoria na minha cidade e levou para Foz do Iguaçu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Foz do Iguaçu, de novo.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, para Foz do Iguaçu, não, ele foi levar para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor tem uma fábrica de... o senhor tem uma gráfica ou uma máquina de tirar xerox?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nunca teve?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, nunca tive.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, não senhor.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor já fez cópia de dinheiro alguma vez.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sr. Panta, até correndo o risco de depois o Deputado Luisinho me chamar a atenção, com todo o direito que terá, mas eu acho que o senhor agora... Eu vou solicitar para que o senhor sente mais um pouquinho ali, a CPI vai trazer mais algumas informações, vai acarear o senhor com outra pessoa. Vai acarear o senhor com outra pessoa. O senhor está sendo acusado de emitir dinheiro falso. Vou lhe dizer agora a encrenca que o senhor está.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor, hoje, está envolvido com tráfico de animais, maconha e dinheiro falso.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Nunca, doutor, aconteceu isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas não precisa me responder. Eu só estou falando para o senhor que é o que a CPI vai lhe indiciar.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Tráfico de drogas, tráfico de animais e emissão de dinheiro falso. É isso que nós vamos lhe indiciar. Não estou lhe perguntando nada, só estou lhe dizendo.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Então, agora, o senhor, por favor, escolha uma daquelas cadeiras. Vou solicitar à polícia que, se por acaso ele precisar sair, saia junto porque ainda tem a acareação para ser feita.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Sr. Presidente, só deixe eu perguntar, já que o senhor perguntou nomes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pois, não.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Esse Deusdete, que eu queria que o senhor lembrasse quando o senhor estivesse ali, porque há um fato muito interessante que o senhor deixou aqui, fugiu da sua memória. Eu queria pegar esse fato. O Presidente está pedindo para eu esperar, mas eu já tenho certeza que o senhor está mentindo. E o senhor vai mentir na presença dos Deputados, na hora que eu lhe



fizer a pergunta e eu vou lhe provar que o senhor está mentindo. Então, eu vou aguardar para que eu faça isso porque o Presidente está me pedindo. Vou aguardar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Por favor. Depois vai haver uma acareação e nós vamos ter a certeza do que fazer. Então, por favor, o senhor se dirija a qualquer cadeira. Eu gostaria que o Sr. Pedro Alexandre Ynterian criador, conservacionista se dirigisse e se sentasse aqui à minha direita. Sr. Pedro, como todos os nossos convidados, o senhor também tem o direito de expor. O senhor recebeu uma carta de convite, onde mais ou menos diz a motivação da sua vinda. Se o senhor quiser esses vinte minutos, por favor, faça uso como lhe aprouver, senão, nós partimos direto às perguntas. Mas antes de começar, o senhor fale no microfone o seu nome — o senhor parece que é naturalizado —, essas coisas e a sua profissão.

O SR. PEDRO ALEXANDRO YNTERIAN – Meu nome é Pedro Ynterian. Eu sou nascido em Cuba e naturalizado brasileiro. Moro aqui faz 28 anos. Eu sou um criador conservacionista. Eu tenho um criadouro com oitocentos animais em Sorocaba e um santuário de grandes primatas, que eu represento no Brasil. Há uma ONG internacional de defesa do grande primata, do direito do grande primata no mundo que tem o nome do (*ininteligível*). Então, como o alcance dessa CPI é o tráfico de animais silvestres nativos, eu não vou entrar na parte dos animais exóticos, que é uma parte do nosso trabalho. Na parte dos animais silvestres, eu queria fazer um comentário do comentário que a jornalista fez aqui. Eu acho que aprovar criadouros comerciais é um erro terrível porque muitos criadores conservacionistas se convertem em aparelhos do tráfico. Se você abre criadouros comerciais como estão abrindo, esses criadouros comerciais vão terminar sendo, praticamente, o escoamento do tráfico. E eles vão permitir tirar animais da mata e vender animais legalmente. Não é só isso. O animal exótico, o animal silvestre não é um *pet*, não é um animal que pode estar na casa de ninguém. Isso tem que ser conscientizado à população, que esses animais não podem ser criados em casa, ponto. Não é que se permita um papagaio, um sagüi. Não são objetos. Esses animais não nasceram para isso. Esses animais nasceram para viver livres na mata. Então, se o nosso costume aqui é que esses animais vivam em casa, como papagaio, sagüi ou macaco prego, esse costume deve terminar pela única forma



que nós temos de acabar com o tráfico, com a venda e com o comércio constante desses animais. O IBAMA está autorizando, nos últimos meses, criadouro de sagüi. Não tem sentido ter um sagüi em casa. Um sagüi é um primata que tem característica própria, doenças que são desconhecidas. Nós temos sagüis. E temos sagüis que têm doenças que até hoje são desconhecidas como ser tratadas, que podem ser passadas para os humanos. Ninguém sabe. O macaco prego e o macaco bugio também têm doenças, têm hepatite, que ninguém sabe que tipo. Então, não tem sentido autorizar criadores comerciais para tentar diminuir o tráfico. A única coisa que vai fazer é acobertar o tráfico. Então, esse é um ponto importante porque isso está reproduzindo-se de uma forma rápida. Outro problema que eu vejo no assunto do tráfico dos animais é o destino deles. Eu sou parte desse problema porque eu sou constantemente contactado pela Prefeitura, pelo IBAMA, pela Polícia Florestal, solicitando que eu acolha animais. Eu não tenho condições de acolher todos os animais. Se eu digo que abro a porta para o macaco prego, amanhã vem 200 macacos pregos. Então, essa é uma realidade que nós temos que assumir. E esse é o problema principal que existe aqui. Não é proibir o tráfico porque você pega, apreende todos os animais que tem por aí e não tem destino, não tem onde colocá-los. Os Zoológicos não aceitam o sagüi, não aceitam prego, não aceitam bugio, não aceitam papagaio e não aceitam arara canindé. Então, aonde esses animais vão? O destino deles é morrer. Além do mais não existe um plano do Governo, do IBAMA, dos órgãos correspondentes de soltura dos animais. Muitos desses animais podem ser soltos. Não tem sentido os criadores conservacionistas terem aquela quantidade de animais sem ter um fim, um objetivo. Os animais vão morrer lá dentro e muitos morrem rapidamente porque não se acostumam no cativeiro. Então, nós temos que montar um plano, primeiro de soltura daqueles animais. Têm muitos animais que podem ser soltos, não é porque eles estiveram em cativeiro um mês, cinco meses ou um ano que eles não podem ser soltos. Eles podem ser soltos. Existe um procedimento para fazer isso e se não se faz é porque o Estado não está assumindo, na realidade, esse desafio. E isso é o que vai resolver o grande problema, pois os animais não têm destino e os criadouros estão cheios de animais, muitos animais morrem lá dentro porque é impossível atendê-los. Os animais chegam doentes, contaminam os animais que você têm lá dentro e aí inicia um



processo, um círculo vicioso. Eu estava falando com o pessoal do Zoológico de Brasília. Eles pararam de aceitar animais de apreensão porque gastavam toda a verba que tinham em antibióticos, em tratamentos daquelas populações, que terminavam morrendo e terminavam acabando com a pouca verba que ele tem para atender os animais que estão em bom estado lá dentro. Então, acho que esse é um desafio muito grande, que a CPI tem que colocar isso como uma condição importante para resolver o problema para onde vão os animais. Uma das coisas que estava sendo sugerido pelo IBAMA mesmo, aqui de São Paulo, numa visita técnica que fizeram a nós, com a imprensa para encontrar o criadouro modelo, é que fazer uma parceria entre o IBAMA e aquelas pessoas que têm condições financeiras e têm tempo para fazer criadouros conservacionistas ou manter animais exóticos ou santuários. Não adianta o IBAMA ir lá, criar uma norma complicadíssima como todas aquelas que se criam, um monte de exigências e falar: "*Faça isso e faça o criadouro*". Ninguém faz. Porque nós estamos fazendo um serviço para o Estado, nós temos que ser ajudados pelo Estado. O Estado, para nós, não dá nada, nenhuma carta de agradecimento. Eu recebi a primeira, uma carta de agradecimento, após seis anos de trabalho, agora, porque eles foram lá e reconheceram. E eles estão mudando, pelo menos o pessoal de São Paulo está mudando a cabeça e sabe que tem que fazer uma parceria com as entidades privadas, pessoa física ou pessoa jurídica que estejam dispostos a assumir esse trabalho, porque a única forma de você ter lugar para receber aqueles animais que hoje não têm futuro, não tem destino e vão terminar morrendo. Então, o problema é educação da população, para acabar com a população tendo animais silvestres nas casas. Isso tem que ser acabado em um certo prazo, porque aí acaba o tráfico. Quando a população não tem interesse em animais, acaba o tráfico, ninguém paga nada por isso. É o mesmo caso, tocando no assunto, do animal exótico: o chimpanzé. Os chimpanzés são grandes primatas, os mais importantes da humanidade, tem 98,6% do nosso DNA. Cinco milhões de anos atrás, nós saímos de lá, dessa linha de espécie. Eles, hoje, não têm direito nenhum, podem ser vendidos, comercializados, abusados, torturados, os circos usam, tiram os dentes, castram, deixam cego, porque um chimpanzé depois de cinco, seis anos é incontrolável pela força que tem. E assim há uma lei nossa de abusos e maus tratos



que no art. 32 fala que tem uma punição de um ano de prisão. Todo circo aqui em São Paulo, Beto Carrero, todos são torturadores desses animais que são nossos parentes mais próximos, são aqueles que nós praticamente devemos nossa existência. Nós, humanos, não nos preocupamos com isso. Tenho 17 chimpanzés lá, tenho 8 deles órfãos, foram tirados das mães quando tinham 2, 3 dias de nascidos para ser vendidos. Para quem? Para o circo, para algum zoológico, para colecionadores particulares que os têm quatro ou cinco anos em casa. Quando eles têm uma força muito grande como eles têm, aí os colocam em gaiolas e eles terminam loucos. Os adultos que eu tenho é um hospício, porque são animais totalmente enlouquecidos, que foram criados com humanos e depois colocados em pequenas gaiolas. Então, isso atinge nosso código, nossa lei ambiental, no art. 32. Eu já fiz denúncias, uma e outra denúncia constante. Nunca se tomou uma providência do abuso desses animais que é um dever nosso, porque são os parentes mais próximos que nós temos no reino animal. Mais ou menos isso que eu queria colocar e espero que daqui saiam algumas conclusões que mudem esse panorama, que não é nada bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luisinho) – Deputada Vanessa.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Sr. Pedro, o senhor foi na realidade convidado para vir à CPI para prestar algumas informações e colaborar no que for possível. O senhor me deu um cartãozinho que eu passei um tempão procurando e não encontrei. Acabei agradecida. E no seu cartãozinho tem a sua identificação como criador.

O SR. PEDRO ALEXANDRO YNTERIAN – Isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor mesmo falou de suas atividades como criador e deu inclusive algumas sugestões. O senhor mostrou a sua discordância com a proposta apresentada pela Sra. Liana John que diz que acha que deveria ser aberto e permitido a criação de determinados animais, o senhor se coloca frontalmente contrário a isso. Quero dizer que sou mais simpática à sua proposta. Eu acho que determinados tipos de animais não pode, de jeito nenhum, ser permitido que eles sejam criados como animais domésticos porque não são animais domésticos, sem falar nos problemas e impactos relativos à saúde, enfim, que poderão ocasionar. O senhor fala da necessidade de uma campanha



educativa de conscientização da população. O senhor já teve conhecimento de o Governo brasileiro, seja através do IBAMA, do Ministério do Meio Ambiente ou mesmo através do Ministério da Educação, desenvolver algumas campanhas educativas de preservação, mostrando como é errado adotar esse comportamento de criar animais. Durante a sua vida — o senhor parece ter um apreço muito grande, porque mantém um criadouro —, o senhor já viu alguns desses órgãos públicos fazer alguma campanha educativa ou de orientação à população? O senhor considera o que tenha visto suficiente?

O SR. PEDRO ALEXANDRO YNTERIAN – Na realidade muito pouco, muito timidamente, no caso. Agora eu tenho visto algumas ONG que sim tem feito alguma propaganda...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Algumas ONGs.

O SR. PEDRO ALEXANDRO YNTERIAN – Algumas ONGs internacionais que aqui têm feito propagandas pela televisão, por conta delas, tentando acabar com o uso de animais em casa, animais exóticos e silvestres, não são *pet*, nunca poderão ser adaptados para viver em casa e são perigosos. Esse é o grande drama. São perigosos, animais que são incontroláveis, a natureza deles é viver livres, não presos. Nós não temos o direito de manter esses animais presos em casa. Vou contar uma experiência: um erro grande nos últimos anos, foi um erro muito bom depois. Eu comprei um chimpanzé de três meses, que era uma coisa que eu queria fazer, um chimpanzé de três meses. Coloquei em casa, como um bebê. Morava comigo, dava mamadeira, tudo, tudo. Aos seis, oito meses ele era uma criança, saía do berço, ia para nossa cama, acordava-nos, tudo isso. Aos nove, dez meses já fazia coisas um pouco mais complicadas, subia em cima da geladeira, destruía coisas, você já não podia ter controle dele. Com um ano já era impossível tê-lo, tinha que metê-lo em algum lugar. Aí eu levei para o sítio, tínhamos um criadouro, eu tinha outros animais, não tinha chimpanzés na época, e construí uma área para ele. Hoje tenho dezessete. Ele, o primeiro, e dezessete mais. Por quê? Eu percebi que aquele animal não era para viver com a gente. É impossível, ele tem uma força descomunal. A força de três, quatro homens quando tem sete anos. E os outros macacos que nós temos, o macaco-prego, se tenta lhe atacar, você não consegue se defender dele, por mais pequeno que seja. Um sagüi morde e morde duro. Então



esses animais não podem ser nunca vendidos à população. A população não sabe tratar, não sabe cuidar. Então é uma aberração. Como o IBAMA, que sabe, que tem biólogos, veterinários, gente preparada, entra numa dessa? É uma loucura que estão fazendo, e que os americanos fazem nos Estados Unidos. Os americanos são os grandes torturadores de animais no mundo. Têm três mil chimpanzés em laboratórios médicos, jogando querosene no sangue deles, fazendo experiências absurdas com eles. Não podemos copiar o que os americanos fazem. Eles têm criadouros de araras, eles têm criadouros de serpentes, de cobras. Isso é problema deles, não problema nosso. Nossa população não está preparada para poder manusear esses animais.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor tem dezessete chimpanzés. Qual a origem dos animais que o senhor mantém no seu criadouro?

O SR. PEDRO ALEXANDRO YNTERIAN – A maioria são do IBAMA. A Prefeitura de São Paulo tem muitos animais.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – A maioria é do IBAMA. E os que não vêm do IBAMA?

O SR. PEDRO ALEXANDRO YNTERIAN – Hein?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E os que não vieram do IBAMA?

O SR. PEDRO ALEXANDRO YNTERIAN – Não, todos são do IBAMA, menos os estrangeiros. Os estrangeiros que eu tenho são babuínos, eu tenho comprado de zoológicos excelentes que têm. E tinha um criador grande de chimpanzés em Curitiba. Comprei aquele chimpanzé porque é o animal mais exótico que se pode comprar, que a lei te permite, são animais que não são daqui, são nascidos aqui. Ele tinha um criadouro grande. E o quê fazia? Tinha fêmeas e machos produzindo. Aos dois dias que nascia um filhote o tirava e criava em casa. Depois procurava um destino, aos Beto Carrero da vida, toda essa gente, todos são bandidos que estão aí, são bandidos todos esses. Eu comprei o primeiro, percebi isso e daí falei: *“Compro todos os que nascem”*. Depois falei: *“Não vou fazer mais isso, você tem que parar com isso”*. E eu o convenci dar-me todos os adultos que estão comigo. E acabou o criadouro.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E o IBAMA dá alguma contribuição para o seu criadouro?

O SR. PEDRO ALEXANDRO YNTERIAN – Nenhuma, nenhuma.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Financeira, nada?

O SR. PEDRO ALEXANDRO YNTERIAN – Em absoluto .

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor não tem um convênio?

O SR. PEDRO ALEXANDRO YNTERIAN – Em absoluto. Todo o dinheiro que se usa no criadouro é meu, por sorte tenho suficiente para poder fazer isso. Agora, não importa o dinheiro, o problema é o tempo. Eu dedico quatro dias de minha vida, dentro do criadouro, das 6 da manhã às 6 da tarde com eles. Se tem que limpar a gaiola, eu limpo, se tenho que dar de comer, dou de comer, se tenho que cuidar deles eu cuido. Mas tem gente que quer fazer isso. Essa gente tem que ser ajudada pelo Estado. Não pode ser criada dificuldade para eles fazerem isso, que é o que se faz hoje. Por exemplo, agora estou num processo de convencer o Circo Garcia que tem vinte chimpanzés em carretas, faz anos, andando por todas as cidades aqui, a tortura mais grande que existe no mundo, para que eles aposentem aqueles chimpanzés e os coloquem em um santuário. Já conseguimos o dinheiro para construir o santuário e a decisão da dona que agora está idosa e está doente para fazer isso. Eu acho que em três, quatro meses vamos conseguir isso. Agora a iniciativa é da pessoa. O IBAMA não faz. Tem obrigação de fazer, porque os animais estão maltratados. Os animais...Alguns dia a senhora vá a um criadouro ver o chimpanzé bebê. É uma criança andando, brincando, pulando, metido numa gaiola. Ele fica louco. Eu tenho um que está em tratamento de antidepressivos porque ele se mutila, ele se arranca os pedaços da perna, porque ele viveu por um ano e depois o colocaram numa gaiola quando ficaram com medo dele. E aí ele entrou em parafuso. Ele não é mais chimpanzé, ele não se interessa pela fêmea, ele não copula mais. Então, o que você tem de fazer? Ele vai viver cinquenta anos, você tem que tratar dele para toda a vida. Quem faz isso? Seres humanos, os circos, todos os circos que estão aí, que dizem que cuidam dos animais, são torturadores, abusadores, e nós temos que proibir. O IBAMA tem dentro da gaveta, em Brasília, uma norma para acabar com isso, para proibir os animais em circo e por influência



política, por *lobby* dos circos, isso não sai. E está aí guardado. O pessoal do IBAMA de Brasília é cúmplice disso, o pessoal que está lá é cúmplice, eles sabem perfeitamente do problema.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Eu não conheço, Sr. Pedro, as normas, o que o circo pode manter ou não de animal. Mas o senhor está afirmando algo extremamente grave, que todos os circos, pelo menos a grande parte deles, descumprem as normas legais brasileiras, e o IBAMA, que seria o órgão fiscalizador, faz vistas grossas a isso?

O SR. PEDRO ALEXANDRO YNTERIAN – Sem dúvida. Um animal em um circo, já por estar num circo, já é um animal torturado e abusado. Porque esse não é o *habitat* dele. Ele vive uma situação precária. Pense bem, um animal como um chimpanzé adulto, que é um animal forte, enorme, que corre, pula, faz tudo, dentro de uma gaiola a vida toda, uma gaiola onde jogam papel, jornal no chão, para que defeque ali, tiram o jornal e colocam água, ele tem que subir assim para que limpem com água. Dão-lhe comida e dizem que tratam bem. O Beto Carrero, o circo que está aqui, estamos com o circo em São Paulo, (*ininteligível*), tem dois chimpanzés que tiram fotos com as pessoas. Os chimpanzés odeiam os humanos. Só aqueles que os tratam bem, que se envolvem em uma relação com o tempo, eles aceitam. Agora, esse negócio de levar pessoa, tirar fotos, cobram 15, 20 reais por foto, o chimpanzé não suporta. Esses chimpanzés, quando têm três anos ou mais, têm de serem colocados numa prisão, porque estão enlouquecidos e ficam 50 anos aí. Que direito tem o ser humano de usar um animal cinco anos de sua vida e destruir-lhe 50? Então, isso acontece todos os dias aqui. Temos 150 chimpanzés no País. Nós estivemos na África, na convenção dos santuários africanos. Foi uma experiência muito interessante porque na África o problema que têm com o chimpanzé é que o matam para comer, a população, porque lá é um outro problema. Eles desenvolvem um santuário, desenvolvem um projeto de educação com a população para evitar isso. Porque eles chegaram à conclusão que sem educação, não vai funcionar nada, quer dizer, vão continuar matando, roubando ou fazendo tudo isso. E nós temos que fazer isso aqui. Nós temos avançado, sem dúvida. O IBAMA, com seus 13 anos de existência, foi uma grande conquista, uma coisa fantástica, temos uma lei de crime



ambiental melhor do que a de muitos países, porém não se aplica, é letra morta. Então isso é que temos que terminar. Desculpem-me que eu seja tão (*ininteligível*)...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não, imagina.

O SR. PEDRO ALEXANDRO YNTERIAN – É uma coisa que sai daqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, é admirável isso. Deputada.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Eu agradeço a contribuição. Acho que ele levantou um problema que nós temos de abordar: a manutenção de animais nos circos.

O SR. PEDRO ALEXANDRO YNTERIAN – Olha, há outro caso em Itú — eu moro lá. Outro dia, fomos á uma exposição de animais. Agora Itú proibiu a entrada assim com animais, nessa época tinha. Sorocaba também proíbe, Rio de Janeiro proíbe. A Federação não proíbe, mas algumas cidades, por iniciativas de Deputados e de Vereadores, já proibem circos com animais. Agora, lá aparece um homem com um macaco enorme, adulto, e ele tira fotos. Eu fui lá pagar a foto e estranhei aquele chimpanzé. Então comecei a olhá-lo. Ele é cego, é castrado, não tem dentes, ele é um cachorrinho, lambe o braço do homem porque ele depende dele para tudo. Esse cara vive desse chimpanzé. Eu denunciei ao IBAMA isso aí. “*Não, mas é o cartão do cara. Estou esperando até agora*”. Nada foi feito. Isso é um crime ambiental. No art. 32 está claro. Como vamos ignorar isso aí? Então, são coisas que acontecem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Deputado Luisinho.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Parabéns. A participação do senhor é muito importante. Sou Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, e lá já tem uma lei estadual que proíbe. Lá não tem mais animais em circo.

O SR. PEDRO ALEXANDRO YNTERIAN – Foi aprovada.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – No Rio de Janeiro não tem mais animais em circo. Devemos lutar para que no Brasil também aconteça a mesma coisa. Eu acho que isso está sendo tratado um pouco à margem. Estão deixando acontecer porque tem algumas coisas, pessoas poderosas nesse meio e algumas pessoas ligadas até à área de comunicação nacional e tal que sempre têm o controle e não deixam que a coisa funcione do jeito que deveria. Mas o Rio de Janeiro conseguiu uma lei inovadora da Assembléia, sancionada pelo Governador Garotinho, na época, e está



lá em vigor essa lei. Como a Deputada Vanessa e o Presidente falaram, acho que deve ficar como sugestão para que nós possamos também fazer uma lei nacional para regulamentar essas questões. É uma questão muito séria. Eu não conhecia essa questão do chimpanzé, até achava que era um animal dócil a vida toda, mas realmente se após cinco anos ele já não tem mais condição de viver com o ser humano, ele não tem condição de ser um animal doméstico nunca. Então, agradeço a participação do senhor, foi muito importante, e em termos de conhecimento para mim também. Estarei lutando junto à CPI para que nós apresentemos no relatório final uma proposta de lei nacional para que impeça o uso de animais em circo.

O SR. PEDRO ALEXANDRO YNTERIAN – Tudo bem, isso seria ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O.k, Dr. Pedro, muito obrigado. Eu só vou solicitar ao senhor...

O SR. PEDRO ALEXANDRO YNTERIAN – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, tenho certeza. Antes do senhor sair eu só vou solicitar ao senhor que... O senhor tem cópia de todas as denúncias que fez ao IBAMA?

O SR. PEDRO ALEXANDRO YNTERIAN – Ah, tenho tudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Então o senhor encaminhe, por favor, a esta CPI. O nosso secretário vai dar a forma como o senhor pode fazê-lo.

O SR. PEDRO ALEXANDRO YNTERIAN (*Inaudível*) Tenho um pôster. Eu acho que esse pôster fala tudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O Sr. Pedro vai apresentar um pôster.

O SR. PEDRO ALEXANDRO YNTERIAN – Que fala tudo sobre o que eu falei dos chimpanzés. Aqui em cima: “Os Grandes Primatas não podem falar, não podem contar suas histórias, nem seus sofrimentos; não podem fazer *lobby* no Congresso, nem direcionar seu futuro, mas nós podemos. É, pois, um órfão (*inaudível*) de quatro anos e de dois anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O.k. O senhor poderia deixar conosco? Então, por favor, guarde. A CPI, em todas as sessões, vai estar com esse pôster atrás desta Presidência. Sr. Pedro, nossos agradecimentos. Vou solicitar ao



Secretário Manuel que o oriente sobre a forma de encaminhar suas denúncias a esta CPI, para que nós possamos recuperar essa história. Solicito ao Sr. Panta Alves dos Santos que novamente se dirija a esta assembléia, sente aqui à minha direita. *(Pausa.)* Recesso de um minuto.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O Deputado Ricarte de Freitas está chegando a esta Assembléia, vindo de sua luta no Estado do Mato Grosso, mas estará conosco daqui a instantes. Nós interrompemos com uma intervenção do Deputado Luisinho, que eu até pedi para que esperasse um pouco. Nós tínhamos um problema com o Seu Pedro, que tinha uma viagem já marcada. Foi por isso até que nós interrompemos. Então, vamos recuperar, a partir do momento, com a palavra ao Deputado Luisinho para fazer sua intervenção.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Obrigado, Presidente. Sr. Panta, o senhor sabe que aqui o senhor tem que falar a verdade. O senhor está aqui para depor, para falar a verdade. O senhor não pode mentir em momento nenhum. Então, eu queria lhe perguntar a primeira coisa: o endereço da loja da sua primeira esposa.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – O endereço é na casa que a gente mora.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Não, mas qual é o endereço, nome da rua e número.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Rua Professor Cardoso de Melo Neto nº 515, Jardim Santa Lúcia, Santo Amaro, São Paulo.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Se nós mandarmos uma equipe lá, agora, nós não vamos achar ave ilegal nenhuma?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não acha nada.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Não. Então, podemos pedir uma equipe pra ir lá?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Pode. Pode mandar. Se achar um pássaro lá, você pode me meter na cadeia.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Não. Não precisa o senhor falar isso que o senhor seria metido na cadeia de qualquer jeito. Agora uma coisa que eu queria perguntar ao senhor. Eu perguntei sobre o Sr. Deusdete, se o senhor conhecia.



O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Eu não conheço, doutor.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Então, eu queria que o senhor relatasse outra vez esse episódio que o senhor falou sobre a prisão, quando o senhor veio de carona no caminhão da Bahia. Que é essa matéria que está no jornal, que é de 97, não é? Que o senhor vinha no caminhão, e o caminhão foi apreendido, e o senhor não tinha nada a ver. O senhor chegou a ser levado, conduzido até a delegacia?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não senhor.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Não. O senhor foi liberado aonde? Quem liberou o senhor?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – No caminhão mesmo. Eu falei para a polícia que eu não tinha nada a ver com aquilo. Os caras também disseram: não, ele não tem nada a ver.

O SR. DEPUTADO LUISINHO - E para qual delegacia foi levada?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Isso foi lá em Guarulhos. Eu não fui pra delegacia.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – O senhor não foi pra delegacia?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não senhor.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Então, o senhor poderia relatar para mim como aconteceu, como o senhor conseguiu essa carona. O senhor estava saindo lá de Cipó...

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Saí de Cipó, com um caminhoneiro da minha cidade, para Salvador para carregar. E descarregando, ele me dava uma carona aqui pra São Paulo. Quando chegou em Salvador, demorou a carregar. Aí as carretas carregaram na frente, e aí eles pegaram — os caminhoneiros sempre têm amizade uns com os outros — e pediram: Rapaz, leva esse cara pra São Paulo aí, que é conterrâneo meu, da minha cidade. E ele disse: Está bom. E me deu uma carona na carreta e fomos embora. Quando chegou em Vitória da Conquista, aí estavam esses caras lá, deram com a mão, no posto abaixo, pararam pra abastecer, aí o caminhoneiro foi e trouxe a mercadoria do cara. Trouxe esses bichos do cara. Aí eu não tenho nada a ver com esses bichos.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – O senhor mora em Diadema? O senhor tem alguma coisa em Diadema?



O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Eu moro em Santo Amaro, que faz divisa com Diadema.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Com Diadema. O senhor conhece essa matéria do jornal *Diário Popular*, que saiu essa história toda dos animais apreendidos?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS - Doutor, esse jornal enviaram lá pra casa.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – O senhor conhece a matéria?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Essa matéria, eu cheguei a conhecer, porque foi agora — faz uns cinco meses, mais ou menos, chegou isso lá. Entregaram lá, minha mulher apareceu com ele, disse que deixaram lá em casa. Ela não me disse quem foi quem não foi. Ela disse: “*Olha aí, Panta*”.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Mas o senhor leu a matéria? Ou alguém leu para o senhor a matéria?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Leu, leu.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Está tudo ali que aconteceu, mas o senhor não participava?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Ela chegou e leu pra mim. Eu disse: “*Isso aí foi na época em que eu vinha da Bahia que aconteceu isso aí*”.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Mas o engraçado é que aqui, na matéria, Seu Panta, eu falo com o senhor que o senhor tem que falar a verdade.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Tô falando.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Na matéria, o senhor não estava no caminhão.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Estava, doutor.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Em momento nenhum. O caminhão já estava parado e passava esses animais para um Fiat Uno, de uma terceira pessoa. Essas pessoas a serem presas, ir à delegacia, eles dão informação na delegacia — e isso deve constar em documento que nós vamos requerer — que o senhor que era o receptor dos animais. A participação do senhor, nesse ato aqui, em toda a história aqui do jornal, é que o senhor ia comprar esses animais. Vieram de lá para cá para serem entregues em Diadema ao senhor.



O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Eu estava vindo lá da Bahia, Doutor.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – O senhor conhece o jornal. O senhor disse que não é mentira, que o senhor conhece o jornal. Olha que eu lhe perguntei antes: o senhor conhece a matéria?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Conheço.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – É verdade o que está aqui. Só não tem o nome do senhor, o senhor concordou comigo. Mas o jornal relata o fato de que essas três pessoas, dois dentro do caminhão, o motorista e o ajudante trazendo os animais; chega a um local, eles param e passam para um Fiat Uno e são presos neste momento. São presos, vão para a delegacia, e fazem a seguinte declaração: nós estávamos levando esse animal para um senhor apelidado de Panta, para que ele fizesse a venda do animal. Mas o senhor disse para mim, acabou de falar para mim que não era mentira o que estava no jornal.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Doutor, o jornal que está em casa, o jornal que minha mulher me mostrou não estava dizendo que a mercadoria vinha para mim.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Ué, mas que jornal é esse? Não seria essa matéria com essa foto aqui?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Era um jornal assim, como fosse... Era um jornal... Não é assim não, era imitando, mas...

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Agora o senhor não conhece mais o jornal?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, é o jornal mesmo que vende nos lugares, foi o jornal, jornal, foi daquele papel ali, foi daquele papel, não foi daquele papel assim não.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Eu sei. Mas tinha essa foto? Tinha uma foto em cima com vários animais apreendidos..

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Tinha, tinha.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Era esse aqui. Era o mesmo jornal. Esse aqui é uma xerox do mesmo jornal.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Tinha duas pessoas...

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Mas o senhor concordou que o que está escrito aqui é verdadeiro. O senhor tem que falar a verdade, porque está sendo



gravado o que o senhor está falando. É verdade o que está escrito aqui. Aqui o histórico e as pessoas que foram presas apontam o senhor como receptor desses animais que estavam sendo trazidos de Cipó, que é a cidade do senhor, para onde o senhor viaja sempre e para onde os caminhões trazem mercadoria para o senhor. Agora o senhor diz, para mim, que é mentira? Que não é isso aqui mais?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Doutor, eu estava vindo da minha cidade, eu estava vindo de carona, essa mercadoria que estava vindo não era minha não, Doutor.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Não, não é. Aqui não. Não foi apreendida com o senhor realmente. Mas existem três pessoas, Deusdete, José Arioaldo e Nilton de Souza Matos, que acusam o senhor que seria a pessoa que iria receber essa mercadoria em Diadema. Há uma acusação nesse jornal aqui contra o senhor.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Eu sei.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – O senhor está dizendo que o senhor estava nesse caminhão. E eles falam o seguinte, eles falam que o senhor não estava no caminhão, mas que o senhor estaria aguardando em algum local para receber os animais.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Doutor, essa história aí nunca veio para o meu ouvido não. O pessoal está me acusando de uma coisa que eu estou...

O SR. DEPUTADO LUISINHO – O senhor está mentindo, o senhor não vai me obrigar a pedir que... o senhor daqui, o senhor está mentindo, o senhor acabou de falar que o senhor conhece o jornal, o senhor leu o jornal, a história é verdadeira, e agora o senhor está me dizendo que não é mais essa história que o jornal não é esse.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – O jornal é diferente, é daquele papel, não é desse papel não doutor, é um papel grande o jornal dizendo que foi da época que foram pegadas essas duas pessoas. Não está... Eu nunca vi esse jornal aí, eu vi o outro que veio lá para casa, doutor.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – O papel é diferente, mas a foto era igual como o senhor confirmou. Eu mostrei e perguntei se o senhor conhecia a foto, o jornal era esse e só o papel era diferente. O senhor está mentindo, mais uma vez.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – O papel é diferente.



O SR. DEPUTADO LUISINHO – Sr. Presidente, eu solicitaria que se fizesse um requerimento. Que nós fôssemos mais a fundo um pouquinho na investigação com o Sr. Panta: quebra de sigilo bancário dele, uma verificação na residência, fazer uma visita lá. Vamos a Cipó fazer essa visita e conhecer esses Zés todinho, chamar essas pessoas, convocar essas três pessoas que fazem acusação séria contra ele aqui como receptador. Está aqui. Existe um processo, está na 4ª DP de Guarulhos. E solicitar para que as pessoas venham prestar esclarecimento e fazer acusação como foi feito aqui. Ele diz aqui que ele é o dono das aves.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O Deputado não está fazendo perguntas. O senhor pode...

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Ele é o proprietário das aves. Eles iam entregar as aves a ele. Estavam trocando do caminhão para um Fiat Uno, que seria levado para o Sr. Panta, que diz aqui que é apelido, e nós já descobrimos que é o nome da pessoa. Então, não há dúvida. Eu nunca conheci outro Panta na minha vida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É a primeira vez. Sr. Panta, o senhor tem a sua carteira de documento? Eu quero ver seu CPF, por favor.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Um homem que vende rede, que faz quinze reais um dia sim, outros não, tem três contas bancárias, declara Imposto de Renda,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele não está fazendo perguntas.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – ...declara Imposto de Renda, envolvido três vezes com apreensão de animais, é o receptador de cargas desse porte, mais de seiscentos animais silvestres, eu acho que nós temos que ir mais fundo um pouquinho, investigar, se aproximar mais um pouquinho da história do Sr. Panta. E essa cara dele de bom moço só engana a ele mesmo. Não engana a mais ninguém aqui, até pelas várias contradições que ele fez. Ele me diz que conhece o jornal. Depois, só por causa da cor da folha já não é mais o mesmo jornal. Ele diz que estava dentro do caminhão, quando as próprias pessoas que estavam no caminhão negam a existência de uma quarta pessoa. E dizem que ele... Se eles falam que iam entregar a ele, por que não falaram que ele estava dentro do caminhão? Não teria



por que omitir. Presidente, vê se o senhor chegou ao mesmo entendimento: por que omitir que ele estava no caminhão, se falaram que ele ia receber a carga? Não tem motivo. Então, ele não estava no caminhão, ele era o receptador dessa carga e nós precisamos ir mais fundo, um pouquinho, descobrir, conhecer esses Zés todos, fazer uma visita, pedir, vamos fazer uma visita lá para a esposa dele. Talvez ver qual é a movimentação dessa loja, procurar essa contadora que recebe mais do que ele. Ele vende rende para pagar à contadora, como disse a nossa Deputada. Começar a descobrir certinho qual a movimentação financeira do Seu Panta, até porque ele é um homem correto. Ele faz a declaração de Imposto de Renda de nada. A verdade é essa, porque ele não tem nada. Porque ele é um cidadão brasileiro, cumpridor dos seus deveres, que nós queremos ir fundo conhecer um pouco a história do Seu Panta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Seu Panta, o senhor tem computador em casa. Nunca teve computador em casa, não?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor sabe se tem algum inquérito em alguma delegacia de polícia de Diadema ou da região, não?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Como é, doutor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Inquérito policial. Inquérito é investigação policial sobre o senhor, sobre a sua casa.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – A polícia ia toda semana em casa, toda semana...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A polícia vai o quê?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – A polícia ia toda a semana. Disseram que eu trabalhava com bicho, e foram lá, foram lá, e não conseguiram achar nada, porque eu não trabalho com isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Entraram na sua casa?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Muitas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pegaram os disquetes? Sabe o que é disquete?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Não, senhor.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Alguém pode ter... No computador aí tem algum disquete? Mostra aqui para o Seu Panta. Vamos apresentar um disquete para o Sr. Panta. Nas mãos daquele senhor, isso se chama disquete. O senhor tinha, não precisa trazer não, pode deixar aí, está ótimo. Não foi apreendido nenhum disquete desse na sua casa?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Doutor, na minha casa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Olhe bem. É a décima nona vez, a vigésima...

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – No dia em que a polícia pegou a gente lá, esse cidadão de bem também estava lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quem era esse cidadão de bem?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Esse, esse. Aí foram na casa de baixo, na casa de baixo mora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Isso aqui que é um disquete. Pode pegar para o senhor conhecer.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Na casa de baixo mora um filho da minha mulher, na casa de baixo. E ele, ele sempre vai para a . Ele mexe com essas coisas assim, vende som velho, arruma som velho. Então, o seguinte: aí polícia vai, eu ouvi a história, aí a polícia perguntou onde ele achava aquilo e ele falou que comprava na . Assim eu ouvi a história lá, mas ele mora na casa de baixo e eu moro na casa de cima. Então, o negócio é o seguinte: o negócio dele é dele, o meu é meu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Na sua casa não tem, na casa dele não tem computador?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Tem não. Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não tem computador não?

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Minha mulher tem uma filha que é até estudada, formada e tudo, mas ela não tem computador não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Bom. Seu Panta, na realidade, infelizmente, o senhor não entendeu o que o senhor veio fazer aqui. E como o senhor não entendeu nós vamos tentar mostrar para o senhor, não falando,



mas com atos e fatos, que nós vamos tentar enrolar sua vida de um jeito, na busca da verdade. Já que o senhor não quis dizer, nós vamos usar os instrumentos que a CPI tem, que não são poucos assim. Eu não posso lhe prender. Se pudesse lhe prender, gostaria até de fazê-lo, mas não tenho como. O senhor quase conseguiu, quando faltou com respeito a esta CPI, quando o Deputado Presidente avaliou que o senhor estava indo para um caminho do desrespeito, o senhor quase conseguiu, por muito pouco. Mas pela sua história, nós vamos determinar — não sei se os Deputados vão concordar — a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico do senhor, da sua esposa e dos filhos dela. Nós vamos determinar à Polícia Federal que investigue a questão do dinheiro falso, já que existe uma... Vamos determinar a quebra de sigilo fiscal do seu irmão que é Vereador, vamos, e telefônico dele. Vamos determinar também da sua mãe, que também está lá na distante Cipó. Se o quisesse falar a verdade, nada disso aconteceria. Nós vamos determinar à Receita Federal, à Receita Estadual que vá na loja de sua esposa e faça o levantamento de impostos.

O SR. PANTA ALVES DOS SANTOS – Sim. Pode fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eu sei que eu posso fazer. Eu vou fazer. O senhor não tem que dizer o que eu posso ou não posso fazer, Seu Panta. O senhor não precisa dizer isso. Eu sei o que eu posso e o que eu não posso, eu sei que estou agindo dentro da lei. E vamos solicitar cópia de todos os inquéritos das delegacias que existem que tenham aqui, em São Paulo, os seus inquéritos. E vamos acompanhar, passo a passo, dia a dia, o que o senhor faz. Se o senhor tivesse, como lhe falei, tivesse dito a verdade, se o senhor tivesse tido o cuidado de entender o que o senhor veio fazer aqui, nada disso... Não haveria essa necessidade de mobilizar tanta gente em torno da sua pessoa. Com certeza, o movimento da sua esposa vai ser passado a limpo, contactar essa contadora também para ver o que está acontecendo. E à Polícia Federal vai uma representação nossa solicitando investigação sobre dinheiro falso. Certo? Sobre dinheiro falso. Tem mais uma coisa para se fazer. Agora o senhor pode me ajudar, que mais que... depois, o senhor falará. (*Risos.*) Ah, sim, investigação sobre a Polícia Federal, Deputado, para falar sobre a maconha e uma investigação do senhor sobre tráfico de drogas. Então, é tráfico de drogas, dinheiro



falso, falsificação, tráfico de animais. Não sei se sua esposa vai estar metida ou não, mas se tiver aí você fecha o ciclo, por que o senhor fazia isso. E, Seu Panta, eu espero que tudo o que o senhor tenha dito seja verdade, por que se não for, o senhor nem precisa dizer se é ou se não é. O senhor é muito rápido no gatilho, o senhor não precisa falar isso, fica tranquilo. Gatilho que eu falo é falar assim: "páfi". Não precisa. Eu só espero que o que o senhor tenha feito, falado aqui seja verdade. Agora, nós vamos, com todo o direito desta Comissão, porque o senhor é classificado como um dos grandes fornecedores de animais ilegais, principalmente pássaros para toda essa região de São Paulo. Então, sua movimentação bancária, sua movimentação fiscal, seu sigilo telefônico, nós vamos saber pra quem o senhor ligou no último ano, nós vamos saber sua conta bancária dos últimos cinco anos. Então, há um material amplo e absolutamente extenso pra que, depois, nossos especialistas lá em Brasília possam avaliar. Seu Panta, não sei se existe mais alguma colocação.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Sr. Panta, queria só fazer uma pergunta: o senhor tem telefone celular?

O SR. PANTA DOS ALVES SANTOS – Não tenho não.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – A conta no BRADESCO, o senhor citou que tem uma, não é?

O SR. PANTA DOS ALVES SANTOS – Minha conta no BRADESCO tem uns quinze anos.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – De onde?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É lá de Cipó.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Qual é a agência dela?

O SR. PANTA DOS ALVES SANTOS – Ribeiro Pombal.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Qual agência?

O SR. PANTA DOS ALVES SANTOS – Agência não sei não.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – E o número da conta?

O SR. PANTA DOS ALVES SANTOS – A conta eu não mexo mais não. Faz doze anos...

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Agência 272-0.

O SR. PANTA DOS ALVES SANTOS – Isso aí não sei mais não.



O SR. DEPUTADO LUISINHO – Gildava Gonçalves Rios.

O SR. PANTA DOS ALVES SANTOS – É minha esposa. Agora posso falar aqui uma coisa, Doutor?

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Sr. Presidente, há uns detalhes aqui interessantes. No dia da apreensão, na casa dele, tinha até papagaio, resto de papagaio assado na churrasqueira.

O SR. PANTA DOS ALVES SANTOS – Tinha um papagaio lá, sabe como? Ela criava, tinha cinco anos esse papagaio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sr. Panta, por favor, o Deputado não lhe fez nenhuma pergunta. Por favor, responda se ele perguntar.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Sr. Panta, agora perguntando ao senhor: Professor Cardoso de Melo Neto 515. É sua residência?

O SR. PANTA DOS ALVES SANTOS – Minha residência.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Mas o senhor não mudou de lá?

O SR. PANTA DOS ALVES SANTOS – Olha, eu estou assim, meio brigado com a muié. Agora mesmo passei uns tempos fora vendendo artesanato lá pro lado de Campinas, tudo. Eu estava até meio bagunçado com ela, não queria voltar mais pra dentro de casa. Eu ligava para lá, ela foi fez uma força, tinha um problema pra resolver. Aí ela resolveu. Venha cá, vamos nos ajeitar, cê sabe, tem cinco anos que mora mais eu, não vamos largar. E eu estou assim sabe, não é aquela, morando em casa, sem ter, não viajo, não fico lá... Parece que eu vou voltar pra dentro de casa, porque o negócio tá ruim pro meu lado. Agora, posso falar aqui uma coisa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Deputado.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – É, Sr. Presidente, eu acho que depois dessas atitudes que foram tomadas, essas posições que o senhor tomou, acho que nós temos que aguardar só agora esses levantamentos para tomar uma posição, porque não adianta. Ele não quer colaborar, então, quero deixá-lo à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, ele quer falar, mas a senhora tem mais alguma pergunta a fazer? Seu Panta, por favor, para suas considerações finais.

O SR. PANTA DOS ALVES SANTOS – Eu estou falando assim: Olha, eu mesmo não trabalho não, mas eu conheço gente que trabalha com isso. Tem gente



forte que trabalha com isso aí. Já me ofereceram e eu não quero mexer com isso.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Se o senhor sabe, então, o senhor conhece. O senhor pode falar pra gente quem é que trabalha com isso, onde nós encontramos a pessoa?

O SR. PANTA DOS ALVES SANTOS – Tem gente, porque a gente não pode... Se a pessoa falar besteira, os caras souberem que fui eu, eles querem fazer besteira comigo. Então, eu não tenho minha vida pra negócio. Mas se me der um telefone, as pessoas que eu sei, eu ligo pra vocês e denuncio todos eles.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Mas o senhor já falou aqui que sabe. Que o senhor vai denunciar. Depois que o senhor falar, todo lugar a que a CPI for, foi o senhor que falou. Não vejo diferença do senhor falar aqui ou falar por telefone.

O SR. PANTA DOS ALVES SANTOS – Porque tem uma mulher mesmo aí... tem uma Socorro, que é a mulher mais forte do mundo; é a Socorro aqui em São Paulo. Não conheço ela. Vejo falar que a mulher mais forte do mundo é ela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Senhores e senhoras, nós vamos transformar agora esta sessão em secreta. E, como a sessão é secreta, eu gostaria que toda a audiência, as taquígrafas, os funcionários, todos se retirassem. E que essa porta fosse fechada, inclusive as pessoas da Polícia Federal podem esperar, aguardar ali fora. Só ficarão aqui os Deputados.